

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - MESTRADO

TIAGO VALENCIANO PREVIATTO AMARAL

**AS ELITES POLÍTICAS DE MARINGÁ: UM ESTUDO SOBRE A CÂMARA
MUNICIPAL, 1997-2012**

MARINGÁ – PR
2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - MESTRADO

TIAGO VALENCIANO PREVIATTO AMARAL

**AS ELITES POLÍTICAS DE MARINGÁ: UM ESTUDO SOBRE A CÂMARA
MUNICIPAL, 1997-2012**

Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais
apresentada junto ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais (Mestrado)
da Universidade Estadual de Maringá, sob a
orientação do Prof. Dr. José Antônio Martins.

MARINGÁ – PR
2011

“AS ELITES POLÍTICAS DE MARINGÁ: UM ESTUDO SOBRE A CÂMARA MUNICIPAL, 1997-2012”

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas.

Aprovada em **20 de abril de 2011**.

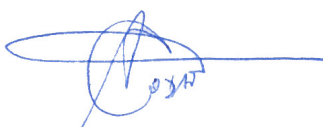
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Antônio Martins
Orientador
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Adriano Nervo Codato
Membro convidado
UFPR

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

A485e Amaral, Tiago Valenciano Previatto
As elites políticas de Maringá : um estudo sobre a Câmara Municipal, 1997-2012 / Tiago Valenciano Previatto Amaral. -- Maringá, 2011.
144 f. : tabs.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Martins.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2011

1. Vereadores - Maringá (PR). 2. Maringá. Câmara Municipal. 3. Elite política. 4. Maringá (PR) - História - Elite política. I. Martins, José Antônio, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 21.ed. 305.524

Para Taila, sinônimo de companheirismo e, sobretudo, de um lindo sentimento.

Agradecimentos

A todos os professores e funcionários do Departamento de Ciências Sociais da UEM, em especial às professoras Carla Cecília de Almeida (banca de qualificação) e Celene Tonella e aos professores Antônio Ozaí da Silva, Ednaldo Ribeiro (banca de qualificação e defesa) e Sérgio Gini. Ao professor Reginaldo Benedito Dias, um interlocutor da política local e com quem mantenho excelentes diálogos. A CAPES, pela bolsa ofertada, que muito colaborou para dois anos de trabalho.

A José Antônio Martins, o responsável por chegar até aqui, com quem aprendi a entender, compreender, estudar, pesquisar e, sobretudo, como desenvolver técnicas de pesquisas que levarei por toda vida. O “Zé Antônio”, filósofo é um cara exigente e com quem tive ótimas discussões e aprendizados; o “Zé Antônio” amigo, são-paulino, somado ao filósofo, ficará por toda a vida.

Aos amigos de academia: Alexandre de Almeida Castro, o colecionador de diplomas de graduação da UEM; Rafael Egidio Leal e Silva, o meu “co-orientador” nas horas vagas e consultor universitário; o gaúcho dos pampas Jéferson Damascena; Jonas Jorge da Silva, meu companheiro de futebol nos finais de semana; e Victor Garcia Miranda, o pai do Antônio Brasileiro.

Aos amigos Jair Elias, renomado historiador do Paraná. A todos aqueles que fizeram e fazem parte de minha trajetória na família rotária – que aqui agradeço em nome de Lucas Gabriel Andrade Correa e Maxmiliann Bender. A amiga Gabriella Quinteiro, uma mala que aprendi a conviver. A minha ermã, Thaynara Ferrari, sinônimo de simpatia e amizade.

Aos companheiros de palco por um ano tocando percussão, os cantores Janderson & Anderson e à equipe José Dias (Empresário), Maestro Tiego Quadros

(Baterista), José Rafael Bianchi (Baixo), o Rafarol, ao Tio Nelson Walker, que vendeu minha gaita e ao meu professor de Acordeon – ou gaita, sanfona, o bagual barbaridade Fernando Schaffenberger.

Aos meus irmãos William Shiniti Yamamoto e Rogério Imai, verdadeiros irmãos e amigos para todas as horas, com quem aprendo diariamente. Ao irmão e Doutor José Buzato, fonte de inspiração e sabedoria, sinônimo de simplicidade. Ao Paulo Henrique Costa, pela oportunidade. Dedico esta dissertação àqueles que trabalham pelo aperfeiçoamento moral e social, livres e de bons costumes, com quem aprendo a cavar masmorras ao vício e erguer templos à virtude.

Aos meus pais, Lucilene e Epitácio, pelo apoio incansável nestes seis anos de jornada acadêmica. Afinal, só de possuírem a paciência necessária para a compreensão do inimaginável mundo dos sociólogos, já mereceriam um prêmio.

À Taila, exemplo de caráter e de mulher, que conheço há cerca de um ano e meio, com quem aprendi a ser mais tranquilo, a acreditar, a ser determinado, mais estudioso e sábio. Pela paciência que ela tem de me aguentar, de ser a musa de meus poemas e textos, com quem mantenho uma amizade especial e um sentimento que aumenta a cada dia.

A todos que fizeram ou fazem parte da minha curta vida: meu sentimento de gratidão e milhares de caracteres não serão suficientes para substituir o meu MUITO OBRIGADO.

SUMÁRIO

Lista de siglas.....	09
Lista de tabelas.....	11
Resumo.....	13
Introdução.....	14
1 UM BALANÇO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A TEORIA DAS ELITES.....	18
1.1 Introdução ao estudo das elites.....	19
1.1.1 A chave clássica: Pareto, Mosca e Michels.....	23
1.1.2 A definição de “Elite do Poder” e o monismo em Wright Mills.....	29
1.1.3 Elitismo versus democracia: as contribuições de Schumpeter.....	33
1.1.4 Suzanne Keller e o “destino das elites”.....	35
1.1.5 Os questionamentos sobre a democracia de Robert Dahl.....	38
1.1.6 A “resposta” de Dahl à Mills.....	42
1.1.7 A herança metodológica: posicional ou decisional?.....	45
1.2 A opção pelo método posicional.....	48
2 O DESENHO DA PESQUISA: O MÉTODO E O OBJETO.....	53
2.1 Notas metodológicas sobre o estudo do recrutamento político.....	54
2.2 A história da política em Maringá e a definição do objeto.....	61
2.3 As oscilações nas Câmaras Municipais e o caso de Maringá.....	68
3 O LEGISLATIVO DE MARINGÁ: PERFIS DOS VEREADORES (1997-2012). 76	76
3.1 Introdução.....	77
3.2 Escolaridade.....	81
3.3 Origem familiar.....	84
3.4 Vínculos sociais e institucionais.....	86
3.5 Trajetória política.....	92
3.6 Faixa etária.....	102
3.7 Mudança partidária.....	106
3.8 Origem sócio-profissional.....	113
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
Referências bibliográficas.....	130
Anexos.....	133

Lista de siglas

ABRAC – Associação Brasileira de Canção

ACEMA – Associação Cultural e Esportiva de Maringá

ACIM – Associação Comercial e Empresarial de Maringá

ANPR – Associação Norte Paranaense de Reabilitação

APIESP – Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior

CODEM – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NUSP – Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PROCON – Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor

SAOP – Secretaria Municipal dos Serviços Públicos

SECOVI – Sindicato da Habitação e Condomínios do Paraná

SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná

SINTEEMAR – Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino em Maringá

STF – Supremo Tribunal Federal

TRE-PR – Tribunal Regional Eleitoral – Paraná

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UEM – Universidade Estadual de Maringá

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

PDC – Partido Democrata Cristão

PC do B – Partido Comunista do Brasil

DEM - Democratas

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PRP – Partido Republicano Progressista

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PST – Partido Social Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PV – Partido Verde

Lista de tabelas

Tabela 1 – Número de Deputados Federais por Unidade Federativa.....	68
Tabela 2 – Número de Deputados Estaduais por Unidade Federativa.....	69
Tabela 3 – Número de vagas para Vereador em Maringá desde a instalação da Câmara Municipal, em 14 de Dezembro de 1952.....	73
Tabela 4 – Vereadores de Maringá na 11 ^a Legislatura (1997-2000).....	78
Tabela 5 – Vereadores de Maringá na 12 ^a Legislatura (2001-2004).....	78
Tabela 6 – Vereadores de Maringá na 13 ^a Legislatura (2005-2008).....	79
Tabela 7 – Vereadores de Maringá na 14 ^a Legislatura (2005-2008).....	79
Tabela 8 – Escolaridade dos Vereadores de Maringá (1997-2008).....	82
Tabela 9 – Cursos superiores e/ou técnicos realizados pelos vereadores de Maringá (1997-2012).....	83
Tabela 10 – Escolaridade dos Vereadores de Maringá por Legislatura (1997-2012).....	84
Tabela 11 – Vínculos institucionais dos Vereadores de Maringá (1997-2012).....	87
Tabela 12 – Vínculos institucionais dos Vereadores de Maringá por grupo de vínculo (1997-2012).....	90
Tabela 13 – Eleições 1982 – carreira política em disputas eleitorais dos vereadores de Maringá (1997-2012).....	93
Tabela 14 – Eleições 1988 – carreira política em disputas eleitorais dos vereadores de Maringá (1997-2012).....	93
Tabela 15 – Eleições 1992 – carreira política em disputas eleitorais dos vereadores de Maringá (1997-2012).....	94
Tabela 16 – Eleições 1996 – carreira política em disputas eleitorais dos vereadores de Maringá (1997-2012).....	94
Tabela 17 – Eleições 2000 – carreira política em disputas eleitorais dos vereadores de Maringá (1997-2012).....	95
Tabela 18 – Eleições 2004 – carreira política em disputas eleitorais dos vereadores de Maringá (1997-2012).....	95
Tabela 19 – Eleições 2008 – carreira política em disputas eleitorais dos vereadores de Maringá (1997-2012).....	96

Tabela 20 – Eleições disputadas pelos vereadores de Maringá até obter o primeiro mandato(1997-2012).....	97
Tabela 21 – Média de eleições disputadas pelos Vereadores de Maringá (1997-2012).....	98
Tabela 22 – Trajetória política dos Vereadores de Maringá antes de assumir o primeiro mandato e após a obtenção do mesmo (1997-2012).....	99
Tabela 23 – Faixa etária dos Vereadores de Maringá (1997-2012).....	103
Tabela 24 – Média de idade dos Vereadores de Maringá ao assumir o mandato e ao término (1997-2012).....	105
Tabela 25 – Contagem populacional de Maringá segundo faixa etária.....	105
Tabela 26 –Vereadores por partido em Maringá, segundo bancada da eleição (1997-2012).....	107
Tabela 27 – Bancadas partidárias dos vereadores de Maringá por legislatura (1997-2012)	108
Tabela 28 – Bancadas partidárias dos vereadores de Maringá por legislatura (1997-2012)	109
Tabela 29 – Movimentação partidária dos Vereadores de Maringá (1997-2012).....	111
Tabela 30 – Prefeitos de Maringá entre 1997 e 2012.....	112
Tabela 31 – Vereadores de Maringá segundo grupo político (1997-2012).....	112
Tabela 32 – Profissão e ocupação dos vereadores de Maringá (1997-2012).....	114
Tabela 33 – Profissão dos vereadores de Maringá segundo Grupo Profissional – classificação de Rodrigues (1997-2012).....	116
Tabela 34 – Profissão dos vereadores de Maringá segundo Grupo Profissional – classificação do autor (1997-2012).....	117
Tabela 35 – Influência profissional na atividade política dos vereadores de Maringá (1997-2012).....	118

RESUMO

A presente pesquisa busca responder a seguinte questão: qual o caminho percorrido para que os vereadores de Maringá, da 11^a a 14^a Legislaturas, façam parte da elite política local? A análise será feita a partir da relação existente entre a “Teoria das Elites” e o perfil dos parlamentares que exerceram mandato durante tais legislaturas. Para tal, um balanço bibliográfico será realizado primeiramente, a fim de elucidar os principais autores e formulações sobre a “Teoria das Elites”, para em um segundo momento expor o método posicional, metodologia utilizada. Quanto à análise destes perfis, pretende-se investigar os padrões de recrutamento dos vereadores em questão, tais como origem familiar, sócio-profissional, escolaridade, trajetória política e vínculos políticos, para então analisarmos o perfil da elite política legislativa de Maringá.

Palavras-chave: Vereadores; Câmara Municipal; Elites políticas; Maringá.

ABSTRACT

This research seeks to answer the question: the city councillors of Maringá, 11th to 14th Legislatures are part of the local political elite. The analysis will be made from the relationship between the "Theory of the Elites" and the profile of lawmakers who were in office during such legislatures. A bibliographic review will be carried out first in order to elucidate the main authors and formulations about the "Theory of the Elites", for a second time, exposing the use of positional method. For the analysis of these profiles, we intend to investigate the recruitment patterns of the city councillors in question: family origin, social background and occupational, educational attainment, political career and political ties, then to analyze the profile of the political elite legislative of Maringá.

Key-words: City councillors; City Hall; Political elites; Maringá.

Introdução

O objetivo deste trabalho é verificar quais os atributos são os mais relevantes no recrutamento da elite legislativa de Maringá, isto é, partindo do pressuposto de que os vereadores posicionalmente compõem a elite política local, questionamos: quem são os componentes desta elite? Para tal, torna-se necessário apresentar o referencial teórico adotado, porque estudar a Câmara Municipal de Maringá e, sobretudo, a justificativa do período escolhido e como procederá esta pesquisa.

A Teoria das Elites surgiu na virada do século XIX para o XX, sendo os italianos e alemães os principais autores, com destaque para Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels. Aquém dos embates políticos por ela travados, somente no período pós-Segunda Guerra Mundial que a teoria adquiriu formas acadêmicas, com o resgate dos autores clássicos e a consolidação das escolas estadunidense e européia.

O momento em que a Teoria das Elites surgiu coincide com a ascensão da democracia e a participação das massas como protagonistas no cenário político, por meio da atuação dos sindicatos e dos movimentos operários, na busca da igualdade de direitos para os trabalhadores. Mediante a esta “ascensão política das massas”, um sentimento de pessimismo rondava as classes dominantes da época e os seus teóricos. Afinal, com uma ampliação da democracia e maior participação das massas nas esferas decisórias do poder, a tendência era de que segmentos com menor grau de instrução se tornassem atores políticos relevantes, pois os membros das massas não eram tão instruídos intelectualmente como os integrantes da classe abastada, segundo esses autores.

Diante da crença nesta incapacidade das massas exercerem o poder, passou a ser democracia avaliada negativamente, já que aquelas eram autoritárias e irracionais, além de se deixarem levar pelo discurso demagógico e inescrupuloso. Irrefutável até então, a democracia foi colocada em xeque pelos autores elitistas. Surgia, neste contexto, a Teoria das Elites, pautada pelos pressupostos “antidemocráticos e antissocialistas”, evidentes nos países em que os primeiros ideólogos elitistas conceberam-na.

Apesar da perspectiva pessimista e nascida em contraposição à democracia, ao socialismo e ao marxismo, a Teoria das Elites ganhou notoriedade ao longo dos anos, principalmente nos estudos ligados à Ciência Política. Mosca e Pareto são exemplos desta corrente, fazendo da análise política um discurso científico – ambos defendendo a ideia de estudar os processos políticos a partir dos grupos de comando.

Optamos pela Teoria das Elites por analisar a política de um modo diferenciado das abordagens presentes nos outros trabalhos sobre a política local¹, ou seja, escolhemos pensar a política local enquanto um espaço em que a minoria organizada pode comandar politicamente a maioria desorganizada e desarticulada. Portanto, esta concepção prevê que um grupo minoritário de lideranças irá comandar os negócios políticos de uma comunidade, por exemplo, definindo assim o futuro da mesma. Além disso, procuraremos entender quem são esses personagens, como são recrutados, como se articulam socialmente, quais são suas profissões, o grau de escolaridade, enfim, delinear um perfil sobre os vereadores do período em questão.

¹ Como por exemplo, os trabalhos de Dias (2008), Tonella (1991) e Dias e Tonella (1999).

Considerando o espaço temporal dos trabalhos existentes² e o estudo da Teoria das Elites, elegemos as quatro últimas legislaturas da Câmara Municipal de Maringá: 11^a (de 1997 a 2000); 12^a (de 2001 a 2004); 13^a (de 2005 a 2008) e 14^a (de 2009 a 2012). O critério para escolha destas legislaturas foi o número de vereadores que compõem cada uma, levando em conta as recentes alterações nos legislativos municipais do Brasil³. Assim, optamos pelas duas últimas legislaturas com 21 vereadores (11^a e 12^a.) e as duas com 15 parlamentares (13^a e 14^a.), pois a partir de 2013 novamente haverá alteração no total de vereadores de Maringá, passando dos atuais 15 vereadores para 23.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, há uma revisão bibliográfica sobre a Teoria das Elites, referencial teórico adotado, onde abordaremos a chave clássica (Pareto, Mosca e Michels), o monismo da teoria capitaneado por Wright Mills, o elitismo democrático em Schumpeter, Keller e, principalmente, Robert Dahl, bem como, os embates entre estas duas vertentes e a opção pelo método posicional.

No segundo capítulo, apresentaremos o modo de análise dos perfis biográficos destes vereadores, mediante o ponto sobre as notas metodológicas do estudo das elites, com destaque para a origem familiar, a origem sócio-profissional e de classe, a escolaridade, a trajetória política e os vínculos sociais e institucionais. Posteriormente, dois pontos serão apresentados: a história política de Maringá, evidenciando como esta tem sido tratada até então; e as mudanças que ocorreram no legislativo local, a fim de que possamos delinear o objeto da pesquisa.

Já no terceiro capítulo, demonstraremos e analisaremos os dados coletados sobre os vereadores dessas legislaturas em questão, conforme as variáveis

² Idem nota 1.

³ Ver o ponto 2.3, no qual há a explicação sobre estas mudanças.

apresentadas no capítulo anterior. Por fim, no último capítulo, refletiremos quanto ao problema proposto: em que medida a Teoria das Elites, o objeto estudado e as reflexões acarretadas contribuem para compreendermos quem é a elite política maringaense?

Capítulo I

UM BALANÇO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A TEORIA DAS ELITES

1.1 Introdução ao estudo das elites

Ao constatar os fatores políticos e sociais que engendram a atuação das minorias, os fundadores da Teoria das Elites (cada qual ao seu modo) procuravam enfocar outros aspectos até então não explorados no campo da Sociologia Política e, para isso, tais autores elegeram as minorias politicamente ativas como protagonistas no cenário político.

A partir de então, a Teoria das Elites assumiu papel de destaque ao início do século XX, com Pareto, Mosca e Michels questionando a presença das minorias nos grupos sociais. As contribuições dadas pelos três movimentaram as Ciências Sociais, principalmente a disputa caracterizada contra a terminologia marxista (HEINZ, 2006, p.6). Assim, as concepções sobre as disputas na sociedade são diferentes entre os elitistas e Marx: enquanto os primeiros acreditavam na existência de uma minoria agindo sobre a maioria, Marx propunha o confronto entre os opressores (a burguesia) e os oprimidos (proletariado), classes antagônicas competindo no modo de produção capitalista⁴.

Destes três autores referentes à origem da Teoria das Elites, Pareto (1984) foi quem elencou pela primeira vez o termo. Para ele, elite significa as qualidades superiores que as pessoas possuem, nas diversas áreas de atuação. Por outro lado, Mosca (1966) identifica na classe menos numerosa (dirigente) uma capacidade maior de organização, o que diferencia seus membros enquanto elite das demais pessoas. Michels (1982) salienta a necessidade das organizações na democracia, uma espécie de “oligarquização” das lideranças políticas, na qual as massas,

⁴ A caracterização de classe para Marx, neste sentido, refere-se às classes para si, ou seja, organizadas politicamente para defenderem seus próprios interesses. Logo, esta consciência de classe conduz à constituição de partidos, por exemplo, para que os oprimidos possam combater e reivindicar tais anseios. Donde conflito existente entre opressores e oprimidos, tipologia utilizada entre autores filiados às ideias de Marx nas Ciências Sociais (Quintaneiro, 2002, p.43).

incompetentes por si mesmas, desarticuladas, apáticas, precisavam de chefes para controlá-las.

Após a metade do século XX, a “disputa” contra os marxistas cede espaço à problematização acadêmica, com muitos autores debatendo as noções de elite. O legado destes debates é a consolidação da Teoria das Elites enquanto matéria relevante para estudos sociológicos – ainda que tal “consolidação” atravessasse momentos de ápice e declínio nos últimos anos (CODATO; PERISSINOTTO, 2008, p X).

Como expoentes desta fase de consolidação, destacamos o amadurecimento e sucesso científico galgado nos Estados Unidos. Apesar das raízes fincadas na Itália (casos de Pareto e Mosca), a propagação das ideias elitistas pelos estadunidenses deve-se ao professor universitário de Nova York Wright Mills.

Wright Mills inaugura o chamado “monismo” da teoria por meio da “unidade das elites”, no qual ele defende a coesão entre os membros pertencentes à elite. Seguindo esta abordagem, “A Elite do Poder” (1968) lança considerações pertinentes ao perfil da elite política norte-americana. As elites possuíam base psicológica e social parecidas, bem como um tipo social semelhante. Assim, componentes das elites se encontravam não somente nas questões econômicas, mas nos círculos de amizade, ponderando os fatores sociais no processo decisório. Outro fator inerente ao texto de Mills é a função desempenhada no exercício do poder. Se poder é tomar decisões, a análise do autor está voltada para quem de fato exerce o poder – ou seja, para as elites ocupantes dos postos governamentais, os chamados *decision-makers*.

Já o “elitismo democrático” (ou pluralismo) surge no contraponto às ideias de Mills. Dois pontos caracterizam-no enquanto divergente da análise monista. O

primeiro, refuta a ideia de democracia soberana-popular (as massas são o centro do poder), pois as elites dirigentes podem sobreviver na democracia, já que são a segurança do binômio elite/sistema democrático. O segundo, fixa uma diferença entre a democracia e autoritarismo, visto que a presença de elites não significa necessariamente um regime autoritário. Na democracia, as elites são permeáveis, com fluidez para alteração dos grupos que constituem a classe dirigente. A concorrência por intermédio do voto justifica, desta forma, as elites.

Dos principais autores referentes ao elitismo democrático, destacamos Schumpeter, Dahl, Lasswell e Keller. O primeiro, considerado um dos fundadores; o segundo como difusor do debate acadêmico, além da contribuição quando debate com Mills; e Laswell/Keller, ainda que a produção de ambos não sejam aqui amplamente contempladas, também evidenciaram alguns pontos entre a relação elite e democracia.

Após o surgimento da Teoria das Elites e a propagação de seus ideais por intermédio destes autores, no início da década de 1970 a quantidade de trabalhos produzidos sofreu diminuição, sendo praticamente erradicados nos anos 80. A explicação plausível diz respeito à mudança de perspectiva de estudo dos cientistas sociais. Outras temáticas passaram a obter relevância, direcionadas por diferentes orientações teóricas. Destas, três são dissecadas por Codato e Perissinotto: o estruturalismo marxista, o institucionalismo de escolha racional e a crítica da sociologia relacional de Pierre Bourdieu (CODATO; PERISSINOTTO, 2008, p. 1).

Somente nos últimos anos o debate acadêmico retomou a Teoria das Elites como objeto central de estudo acerca da formação, recrutamento e conduta das minorias no poder. Podemos citar como exemplo desta retomada dois recentes trabalhos: “Por outra história das elites” (2006) e “Quem Governa? – Um estudo das

elites políticas do Paraná” (2007). O primeiro, organizado por Flávio M. Heinz, evidencia as temáticas das elites e da prosopografia e a relação entre as duas quando o elitismo é posto em cena. O segundo é uma coletânea de artigos que abarca a análise das elites administrativas, parlamentares e partidárias do Paraná, de 1995 a 2002.

A principal contribuição da Teoria das Elites para esta pesquisa refere-se à utilização dela para compreender o objeto escolhido, isto é, a teoria pode nos ajudar a entender as dinâmicas do poder, tais como: qual é o caminho para se tornar membro da elite política local; como os vereadores são membros desta elite? as relações entre os membros da elite; quais os vínculos familiares e institucionais que a elite pertencem ou favorecem a formação da mesma, entre outras dinâmicas. Diferentemente das outras pesquisas sobre a política local, esta pesquisa busca investigar assim uma perspectiva sobre o movimento dos grupos políticos de Maringá via Teoria das Elites, algo ainda não realizado.

Como objetivo desta dissertação é verificar em que medida os atributos individuais e/ou coletivos dos vereadores de Maringá (da 11^a. até a 14^a. Legislaturas) são relevantes no recrutamento das elites políticas, a opção pela utilização da Teoria das Elites é evidente. Alguns estudos atuais⁵ referentes aos perfis parlamentares também prezam por tal abordagem, revelando que esta argumentação teórica possui o devido reconhecimento. Assim, aprofundaremos as noções de elite dadas nesta apresentação em cinco partes: a chave clássica, protagonizada pelos autores já citados; o monismo, de Wright Mills; O elitismo democrático (pluralismo), com Schumpeter, Keller e Dahl; O embate entre o

⁵ Verificar os trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP), da Universidade Federal do Paraná.

monismo e pluralismo e a opção pelo método posicional; e um arremate deste balanço bibliográfico, a fim de que se possa elucidar a questão motriz da pesquisa.

1.1.1 A chave clássica: Pareto, Mosca e Michels.

O primeiro autor da intitulada “chave clássica” da Teoria das Elites é Vilfredo Pareto, pioneiro no destaque da existência das elites. Tendo em vista sua atuação anterior na economia, Pareto direciona alguns pontos de seus argumentos sob influência dos aspectos econômicos. Assim, para compreender o objeto da sociologia, o autor classifica⁶ em dois os tipos de ações humanas: as lógicas e as não-lógicas. As primeiras são de propriedade da economia; as segundas estão no escopo da sociologia, por tratarem de fenômenos subjetivos. E, pelo caráter maleável das ações não-lógicas, os interesses da pesquisa se direcionam a estas, visto que são próprios das ciências humanas: não exatidão dos fenômenos e incapacidade de repetição dos mesmos em tempo/espaço.

Propondo-se a discutir sobre as classes eleitas pelo povo e a circulação das elites entre as mesmas, Pareto trás à tona a temática das elites e sua definição. “Estipulemos, portanto, uma classe dos que têm os mais elevados índices no ramo de sua atividade, à qual daremos o nome de classe eleita (elite)” (PARETO: 1984, p.76). As elites, segundo Pareto, não surgem espontaneamente: quem pertence a uma elite possui algum atributo especial, diferente da maioria. Ainda assim, consideramos que as elites não compõem um grupo desunido, desarticulado: há coesão, organização e parâmetros semelhantes entre os membros desta classe.

⁶ In: PARETO, Vilfredo. **Tratado de sociologia geral**. In: Rodrigues, José Albertino (org.). Vilfredo Pareto: sociologia. São Paulo: Ática. Col. “Grandes Cientistas Sociais”, v. 43, 1984.

A classe das elites é separada em dois estratos: o superior e o inferior. Aos inferiores, denominados de classe não-eleita, não existe participação no governo e/ou nas decisões. Já aos superiores, a classe eleita, a subdivisão empregada consiste entre classe eleita do governo e a classe eleita não de governo. Para esta subdivisão, o autor assinala que, mesmo um político (ou profissional) destacado como elite em seu campo de atuação, não indica necessariamente a participação deste nas decisões diretas do governo. Ou seja, em um grupo, a proporção de quem faz parte do mesmo e quem governa é diferente. Aqui há a retomada da principal característica para classificar a elite: uma classe que possui o melhor aproveitamento naquilo que se propõe a realizar, seguindo a proposição de Pareto.

Prosseguindo, ele passa a tratar da circulação das elites, que se funda sob o aspecto da circulação da classe eleita, ou seja, há a substituição dos membros que outrora eram componentes da elite. Este fenômeno da circulação das elites pode ocorrer com maior ou menor intensidade, variando muito os grupos envolvidos e o contexto em que são ocasionados. A classe eleita, segundo o autor, atravessa um processo de contínua e lenta transformação, pautando tal raciocínio sob a égide da circulação das elites.

Nesta questão da circulação das elites, o autor pontua que existem dois tipos de grupos: o primeiro é composto por pessoas que partilham a mesma condição e os mesmos anseios; já o segundo se reúne para apropriar-se dos bens alheios. Assim, a circulação das elites a qual Pareto se referia apoia no segundo tipo de grupo, pois uma elite organizada disputa contra outra por alguma hegemonia. Tal afirmação sustenta as diferentes concepções sobre as disputas na sociedade entre Pareto e Karl Marx. Por isso, enquanto o primeiro acreditava na existência de uma minoria agindo sobre a maioria, Marx propunha o confronto entre os opressores (a

burguesia) e os oprimidos (proletariado), classes antagônicas competindo no modo de produção capitalista (como já citado anteriormente).

Gaetano Mosca em “A Classe Dirigente” (1966), argumenta que em todos os organismos políticos existem duas classes distintas: os dirigentes e os dirigidos, ou seja, uma que dirige e outra que é dirigida. Destas, a primeira (em menor número), exerce o poder e usufrui dos benefícios que este os traz. Já a segunda, dos dirigidos, a maioria da população, variando o modo de direção de acordo com a realidade de cada grupo. A partir desta verificação, Mosca traça um panorama acerca de tal classe, como estas surgiram, em qual contexto e qual o perfil da mesma.

Consciente ou inconscientemente, nós submetemos a direção dos negócios políticos a uma minoria. Embora esta “submissão” exprima uma faceta perigosa, na realidade, Mosca apresenta dois fatos que não condizem com este temor. O primeiro diz respeito ao chefe da classe dirigente, pois em todos estes grupos dirigentes, há um líder que comanda os demais, variando de acordo com o contexto e exerce diferentes papéis nos postos de comando. Em algumas ocasiões, este líder influencia processos eleitorais, em outras exerce um poder maior do que o de um próprio chefe. O segundo fato sustenta que em qualquer sociedade a pressão das massas influencia a classe dirigente. Assim, descontente ou imbuída de paixão, a massa pressiona quem está à frente do Estado, este que não pode governar sem o apoio da mesma. Apesar desta influência, as massas podem (ou não) até depor um governo, mas novamente a minoria voltaria a governar o referido Estado, pela qualidade excepcional de organização.

A minoria organizada domina a maioria, desorganizada. Diante desta proposição, Mosca enfatiza que tal fator é inevitável, pois a minoria é organizada

justamente por ser uma minoria. Ao passo que na maioria os homens atuam desconexos, dispersos e de modo único, singular: a minoria possui valores similares, comuns, o que facilita a compreensão e a ação conjunta:

Segue-se daí que quanto maior a comunidade política, tanto menor será a proporção da minoria governante em relação à maioria governada, e tanto mais difícil será para a maioria organizar-se em relação à minoria. (MOSCA, 1966, p. 54)

A hereditariedade surge como fator importante para composição da classe dirigente. Esta constatação diz respeito à exorbitante presença deste modelo de “castas” nos países vislumbrados pelo autor. Assim, o critério para participar da “casta hereditária” é o nascimento. Disto, outros dois pontos são debatidos. As classes dirigentes possuem uma tendência para se tornarem “castas hereditárias”, considerando o poder e a riqueza já presentes dos novos membros que virão a integrá-la. Associado a isto, somam-se a tradição, a moral e a herança, pois dotado destas, o indivíduo possui certa intimidade com os serviços públicos. E, apesar do advento da democracia, os candidatos com os valores acima descritos são os que acabam vencendo as eleições.

O segundo ponto enfatiza que, se observamos a hereditariedade no poder, tal Estado que garante a mesma, surgiu de um modelo estatal com características idênticas, ou seja, nasceu da mesma matriz. E, para que esta aristocracia permaneça no poder, vários esforços foram empreendidos antes que a força da hereditariedade se firmasse como fator diferencial.

Como a questão da herança aparenta dominar a constituição da classe dirigente, “a história política da humanidade deveria ser bem mais simples do que é” (MOSCA, 1966, p. 65). No entanto, nem sempre as mesmas classes dirigentes permanecem no poder, seja por possuírem habilidades diferenciais, seja pela

hereditariedade. A mudança dos membros da classe dirigente ocorre quando há o desgaste do atual modelo, bem como os valores outrora importantes são reduzidos:

Pode-se dizer, de fato, que toda a história da humanidade civilizada se resume num conflito entre a tendência de elementos dominantes de monopolizar o poder político, e transmitir sua posse por herança, e a tendência para o deslocamento de velhas forças e para uma sublevação de novas; e esse conflito produz um fermento inesgotável de endosse e exosse entre as classes altas e certas porções das mais baixas (MOSCA, 1966, p. 66).

Assim, o ciclo da elevação, permanência e declínio de uma classe dirigente no poder é mutável. A constante disputa entre manutenção de um determinado poder político (fundado na herança) e a sucumbência de novas forças ao poder é algo complexo e que exige análise diferenciada para cada sociedade. Prova disso são as novas classes dirigentes que nascem em locais recém-colonizados. Destruindo as antigas classes políticas, esta “nova classe”, com novas ideias, atinge o cume do poder, até que decaia após um período de estabilidade.

Finalizando a sequência dos autores vinculados às origens clássicas da Teoria das Elites, Michels (1982) analisa a relação entre os integrantes dos partidos políticos e as massas. Para ele, há um baixo interesse pelos assuntos ligados à política, no que tange à vida dos partidos democráticos, principalmente. Tal desinteresse é uma “renúncia voluntária”, ou seja, falta desejo ao direito de participação democrática. Dos poucos que participam, duas explicações são dadas: ou participam regidos por um sentimento de dever, ou lá estão por puro hábito.

A justificativa dada pelo autor em relação ao desinteresse e, conseqüentemente, baixa participação política, deve-se ao progresso da organização dos partidos políticos. Normalmente, um operário que encara uma dura jornada de trabalho não consegue participar das reuniões partidárias, que

acontecem no período noturno. Diante da incapacidade técnica do exercício da política e, sobretudo, a formação intelectual dos chefes partidários, as massas preferem assim entregar a condução dos negócios políticos aos dirigentes das agremiações partidárias.

Com a valorização dos chefes, a necessidade de ser dirigida e incompetência real para condução dos assuntos políticos, a massa acaba reconhecendo quem fala em nome dela. Logo, o sentimento de gratidão paira em relação aos chefes, pois estes defendem o interesse da massa incompetente, amorfa. Ocasionalmente ocasionando veneração, Michels elenca as principais características de quem a faz:

A adoração dos militantes pelos seus chefes permanece geralmente latente. Ela se revela através de sintomas apenas perceptíveis, tais como o tom de veneração com que se pronuncia o nome do chefe, a absoluta docilidade com que se obedece ao menor dos seus sinais, a indignação com que se acolhe toda crítica dirigida contra a sua pessoa. (MICHELS: 1982, p. 41)

Dentre os argumentos elencados por Michels, a incompetência torna-se o fundamento mais sólido para justificativa do poder dos chefes. Pela falta de capacidade das massas para gerir os negócios políticos, estas elegem os chefes, o que de imediato pressupõe que os eleitos possuem devida competência. Ainda assim, o paradigma da insuficiência da soberania popular foi reconhecido por alguns defensores da democracia, o que corrobora com a indispensabilidade de chefes para condução das massas.

Para Michels, as elites partidárias democráticas são os chefes ou dirigentes da organização, que também ocupam postos no governo, mediante eleição. No embrião político (o partido), nasce a tendência inexorável à necessidade da existência de lideranças, comprovadas ao assumirem postos de comando na máquina política. Assim, os chefes assumem papel de protagonismo na política,

trabalhando de acordo com seus interesses e transferindo as massas como “segundo plano”.

1.1.2 A definição de “Elite do Poder” e o monismo em Wright Mills

Qual o perfil dos membros da classe dirigente da sociedade estadunidense? Inspirado em tal questionamento, Wright Mills organizou uma série de manuscritos e publicou “A Elite do Poder” (1968). Dos quinze capítulos que compõem o livro, dois em especial tratam da temática das elites. O primeiro atribuído como “As altas rodas” presta esclarecimentos gerais relativos ao objetivo da obra; o décimo segundo intitulado “A elite do poder” retoma os pontos expostos no primeiro, munindo-se de exemplos trabalhados em outros capítulos.

Ao longo do texto, verifica-se a preocupação em delinear as facetas das distintas pessoas consideradas como partes da elite. Para elite, considerar o fator poder é imprescindível, pois este interfere diretamente na constituição do grupo. Na prévia definição, a elite do poder é formada por aqueles que não participam de um grupo comum e podem tomar decisões de grandiosas proporções. Independentemente de tomar ou não estas decisões, o que conta neste caso é o posto ocupado e o poder que tal posto desencadeia – ponto este que será abordado mais adiante.

A priori, Mills salienta uma preocupação duradoura em sua argumentação: a elite não age separadamente, mas sim em conjunto. Abaixo deste grupo, encontram-se os políticos profissionais (membros do congresso, funcionários estatais entre outros). Ainda assim, vale ressaltar que a elite não é um grupo descontextualizado: a instituição “sociedade” fundamenta a ação do mesmo – no caso do autor, a

sociedade americana. Consideramos, sobretudo, a constatação de Mills para o debate acerca das elites: a composição do poder ocorre nas esferas militar, política e econômica. As três atuando juntas, coesas, centralizadas, produzem importantes decisões e que interferem umas nas outras.

Mas afinal, de qual modo surgiram as elites? Segundo o autor, estas surgiram a partir da cúpula do poderio militar, político e econômico. Ou seja, no cume destes três campos nasceram as “altas rodas” – agora denominadas de elites. Desta visão, Mills argumenta: “a elite é simplesmente o grupo que tem o máximo que se pode ter, inclusive, de modo geral, dinheiro, poder e prestígio” (WRIGHT MILLS, 1968, p.17). Há de se anotar: entende-se como poderoso quem pode realizar algo a partir da própria vontade, sem depender da aprovação (ou não) de outros⁷.

As altas rodas compreendem um estrato social superior, na qual os membros se vêem, se conhecem e possuem afinidades comuns. Por estas características peculiares, diversos fatores são levados em consideração para a tomada de decisões. Assim, a elite funda-se no “círculo íntimo” das classes superiores (as altas rodas), compondo, portanto, o estrato elevado da sociedade capitalista:

Forma uma entidade social e psicológica mais ou menos compacta; seus componentes tornaram-se membros conscientes de uma classe social. As pessoas são ou não aceitas nessa classe, havendo uma divisão qualitativa, e não simplesmente uma escala numérica, separando os que são a elite dos que não são. Têm certa consciência de si como uma classe social e se comportam, uns para com os outros, de modo diverso daquele que adotam para com os membros de outras classes. Aceitam-se, compreendem-se, casam entre si, e procuram trabalhar e pensar, se não juntos, pelo menos de forma semelhante (WRIGHT MILLS, 1968, p.20)

⁷ Se tal pessoa pode então realizar algo sem depender de outro, a noção de poder aqui se refere ao individual. E, se o poder da própria pessoa é exercido, esta conseqüentemente pode participar da elite.

Wright Mills enfatiza que as elites são idealizadas como quem se auto-define. Esta “idealização” pode ocorrer de dois modos: ou é realizada pela própria elite (ação afirmativa) ou outros posicionam determinado grupo como elite (identificação dos demais perante aos aqui expressos como diferenciados).

Quatro são as definições de elite proporcionadas por Mills:

O primeiro conceito define a elite em termos da sociologia da posição institucional e da estrutura social que essas instituições formam; o segundo, em termos de estatística dos valores escolhidos; o terceiro, em termos de participação de um conjunto de pessoas semelhantes a uma igreja; o quarto, em termos da moralidade de certos tipos de personalidade. Ou em termos menos elegantes: os que aparentam, os que têm, aquilo a que pertencem, quem realmente são. (WRIGHT MILLS, 1968, p.25)

Pelo exposto, uma série de fatores devem ser ponderados para que a elite seja elencada enquanto grupo. Valer-se de apenas uma das definições acima é um exercício prejudicial. O contexto social e o perfil dos membros que participam das “altas rodas” são necessários para efetuar-se uma avaliação atenta. Todavia, voltar os olhos aos que de fato assentam o poder ainda é objeto de maior preocupação do autor.

Prossegue ele mostrando como a elite do poder possui a capacidade de direcionar as políticas nacionais. Nesta, os grupos políticos, econômicos e militares estão presentes, cada qual comungando de ideias convergentes e as considerando para elaboração das decisões. Para tomar conhecimento sobre a elite do poder, três fatores devem ser anotados. O primeiro deles diz respeito à base psicológica e social semelhantes, pois quem participa desta elite é dotado desta característica. O segundo fator impacta sobre as escalas de domínio do grupo: quanto maior o nível de dominação, maior o posto ocupado e há a confirmação da unidade de decisão. Por último, tais membros vislumbram a plausibilidade dos interesses quando estes

são trabalhados em conjunto. Torna-se prudente, sobretudo, salientar que a elite do poder não se resume ao processo de tomar decisões, mas sim envolver-se no mesmo amplamente.

Os argumentos de Mills sobre a elite do poder não são meras anotações e observações: a complexidade dos processos históricos da sociedade americana engendrou estas elites, outrora denominada de “altas rodas”. A ambição do autor constitui-se em envidar esforços para compreender este processo histórico – que ocasionou na análise sobre os círculos militar, econômico e político, verdadeiros núcleos do surgimento da elite do poder.

Mills concentra seus esforços para a unidade no poder, ou seja, esferas do poder que confluem entre si e com um modo de ação ordenado e coeso. A isto denominamos como monismo elitista, a orientação política da elite pautada em um único grupo, no qual a coesão assume posto fundamental. Agindo em uníssono, as elites política, militar e econômica pareciam predominar a ocupação dos altos postos da sociedade estadunidense pesquisada pelo autor. “Quando as exigências dos altos postos em cada uma das principais hierarquias se tornam semelhantes, os tipos de homem que os ocupam – pela seleção e pelo treinamento – se tornam semelhantes” (WRIGHT MILLS, 1968, p.339).

Tratando sobre a metodologia utilizada, o autor delimita o foco de análise para os que ocupam o poder. Tal ênfase é chamada de “método posicional”, pois considera aqueles que exercem posições privilegiadas no exercício do poder. O método posicional torna-se válido referente à argumentação do autor. Se a elite é um grupo que age de maneira homogênea, unificada, esta também exerce o poder político, militar e econômico – ou seja, nas três áreas de atuação e congruência dos membros da elite do poder. O argumento consolida-se quando Mills demonstra que

as elites estão em constante processo de mudança: “E é por isso que podemos definir a elite do poder em termos dos meios de poder – como sendo os que ocupam os postos de comando” (WRIGHT MILLS, 1968, p.34).

O método posicional, portanto, condiz com o monismo elitista de Mills. Os critérios de homogeneidade e coesão estão presentes nesta abordagem, bem como a principal característica do método: a posição estratégica ocupada. Os trabalhos de Anthony Giddens(1974) e Suzane Keller (1971), por exemplo, são caracterizados como desdobramentos em relação ao pensamento elitista de Wright Mills (1996). Quem deseja trabalhar com o referencial teórico elitista e preza pela utilização do método posicional costumeiramente o faz para analisar postos legislativos, os quais a alternância entre atores políticos no poder é recorrente. Logo, a primazia pelos postos estratégicos ocupados entram em cena.

A herança do pensamento elitista de Mills verifica-se nos sucessores da teoria das elites. O monismo assumiu relevante papel nas análises vindouras. No entanto, o método posicional constituiu (e constitui) um modo palpável para a elaboração de pesquisas nesta seara. Identificar as posições estratégicas assumidas pela elite na sociedade é uma maneira adotada pelos pesquisadores quando do manuseio de perfis, sejam estes políticos, empresariais, institucionais, entre outros.

1.1.3 Elitismo versus democracia: as contribuições de Schumpeter

Expondo a teoria democrática clássica para então evidenciar a “nova proposta”, Schumpeter, em “Capitalismo, Socialismo e Democracia” (1984) alia democracia e elitismo, filiando-se à ala dos autores do elitismo democrático (ou

pluralismo). Para ele, o método democrático do século XVIII (doutrina clássica da democracia) se define em:

Arranjo institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o bem comum fazendo o próprio povo decidir as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo (SCHUMPETER: 1984, p.313).

Se democracia é fazer o bem comum para o povo, as opiniões pessoais não podem ser manifestadas. Mas, mesmo que estas opiniões fossem respeitadas, não é possível constituir a vontade do povo, o bem comum, para Schumpeter. Assim, é estabelecida a proposta da teoria democrática clássica: o povo possui uma opinião constituída e racional acerca de todas as questões individuais e os representantes deste povo zelam para o cumprimento dessa opinião. Nestas condições clássicas, o poder de decisão do eleitorado é mais importante do que a eleição dos representantes, valorizando novamente o ideal de execução da vontade do povo.

A proposta da “outra teoria” dada por Schumpeter assume a inversão dos valores da democracia clássica. O papel do povo é originar um “corpo intermediário”, que posteriormente irá produzir um governo. O modo democrático também é alterado nesta “nova” teoria:

Assumimos agora a visão de que o papel do povo é produzir um governo, ou melhor, um corpo intermediário que, por sua vez, produzirá um governo ou executivo nacionais. E definimos: o método democrático é aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população. (SCHUMPETER: 1984, p. 336)

O “corpo intermediário” pode ser classificado como o parlamento que irá eleger o executivo ou governo. Esta conjuntura é típica da democracia representativa, transferindo à população o poder de escolher os representantes e a

estes a delegação do executivo (caso do parlamentarismo, por exemplo). Igualmente, a competição dos indivíduos para a busca dos votos acentua-se, confirmando a inversão dos valores democráticos – o povo atento à escolha dos representantes e estes, não se preocupando mais com a vontade do povo ou bem comum.

Assim, Schumpeter aponta a existência vital da liderança e a valorização da mesma. A substituição dos protagonistas nas “democracias” (saída do povo e entrada do líder) corrobora com a tendência inevitável da liderança. Tal tendência é “infinitamente mais realista” e, sobretudo, indica a competição pelo voto livre na democracia em comunidades de qualquer tamanho.

O elitismo democrático de Schumpeter preconiza, portanto, que a massa era incapaz de explicar suas ideias e possuía apenas a capacidade de recusar ou aceitar a liderança a ela proposta. Portanto, a disputa na democracia deve-se à disputa de lideranças, com a livre concorrência pelo voto, na qual os líderes disputam entre si a preferência do eleitorado. Se tal afirmação é verdadeira, os líderes formarão assim elites políticas, ou seja, lideranças propostas e aceitas pela população (esta participando apenas durante o processo eleitoral).

1.1.4 Suzanne Keller e o “destino das elites”

Em “O Destino das Elites” (1967), Suzanne Keller define elite como uma minoria composta por pessoas destinadas a servir a coletividade, porém com “um sentido social”. Elite ganhou o significado de nata, os melhores que ocupam determinado posto. Nas ciências sociais, o uso do termo é caracterizado como “excelência”, em sentido mais amplo.

Visando compreender a história das elites e, sobretudo, o papel destas nas sociedades industriais, Keller identifica duas vertentes nos estudos empreendidos até então: a moral e a funcional. A primeira vertente concentra os esforços na “excelência moral dos indivíduos”, estes com superioridade em relação aos demais; a segunda elege as funções sociais exercidas pela classe ou grupo diante da sociedade. O que propõe a autora é conciliar as duas vertentes, mantendo “as funções das elites isoladas dos êxitos ou fracassos dos indivíduos no exercício dessas funções” (KELLER: 1967, p.15).

Diante dos problemas quanto ao estudo das elites, a autora aponta quatro critérios de recrutamento e seleção das elites, que darão respostas para verificar a face das elites de uma determinada sociedade⁸: os atributos desejáveis dos candidatos que almejam pertencerem às elites, onde encontrar tais candidatos, quais mecanismos utilizar para obter estes candidatos e de qual modo atrair estes candidatos. Destes, vamos nos concentrar nos dois primeiros, por obterem maior relevância em relação à pesquisa.

Analisando o passado, os modos de recrutamento das elites eram dados ou por herança biológica/social ou no mérito. Relacionados entre si, é possível constatar o grau de “mobilidade social” de um determinado grupo, em qual medida são mais abertos ou fechados e, portanto, delinear os valores das elites. Assim, mediante as perguntas propostas por Keller, pode-se examinar qual a origem dos membros das elites e como surgem as “novas elites”.

Os atributos desejáveis para quem busca pertencer à elite dividem-se em três conjuntos: naturais, conquistados e funcionais. Como a própria denominação ressalta, os atributos naturais são os que existem independente da vontade do

⁸ Mensurar o nível de permeabilidade da elite, isto é, se é aberta ou fechada, quais caminhos percorrer até a “cúpula” da elite, quem são as pessoas que vão compor tal elite e o nível de satisfação das mesmas.

indivíduo, como sexo, cor e idade. Já os conquistados são adquiridos pela pessoa por seus próprios méritos ou força de vontade – caso da honra, riqueza e popularidade. Por último, os atributos funcionais abordam sobre as peculiaridades de uma pessoa em relação a “um processo social em andamento”, como a liderança, por exemplo. Keller enfatiza que tais atributos em separado não podem caracterizar uma elite estratégica: somente os três agrupados podem definir uma elite.

Para a procura de candidatos, duas faces são apresentadas: ou por via hereditária – tornando assim mais fácil encontrar os aptos para pertencer à elite – ou de modo não-hereditário. Sem herança, as elites estratégicas podem ser formadas por uma fusão de elites ou por outros meios. Em face da não-hereditariedade existente, as elites estão mais “representativas”, mas ainda assim continuam pertencendo à minoria da sociedade. Keller salienta que não há um método “superior ou inferior” para o recrutamento das elites, este variando de acordo com o meio social.

Ainda tratando sobre o recrutamento das elites, a transmissão hereditária possui a vantagem de que os valores do membro que almeja atingir à posição de elite já são repassados desde cedo, facilitando assim a absorção de tais valores. A desvantagem principal salienta que o problema é “a inconstância dos genes humano e a incerteza quanto à transmissão de capacidade específica” (KELLER: 1967, p. 193). Isto é, as mudanças nos valores da sociedade e a não precisão relativa à aquisição dos princípios das elites acarretam desvantagem, comparadas com a hereditariedade.

1.1.5 Os questionamentos sobre a democracia de Robert Dahl

No capítulo quinto de “Um Prefácio à Teoria Democrática, Robert Dahl define o que entende por democracia. Imbuído da afirmação de Madison sobre a “tirania da maioria”, o autor elenca sete proposições sobre o que já foi dito acerca da democracia. Este capítulo é importante, pois, por intermédio dele pode-se compreender o que chamamos de “pluralismo”, pelo qual é por vezes, definido o pensamento político de Dahl.

A primeira proposição diz respeito às eleições. São nos processos eleitorais que a soberania popular e a igualdade política estão salvaguardadas. Considerando a “maquinaria eleitoral” estadunidense, as eleições são meras expressões das primeiras escolhas dos votantes. Ora, uma eleição nacional pouco pode expor acerca da vontade da população, pois em certos casos, o resultado das urnas pouco (ou não) condiz com a decisão do colégio eleitoral. Logo, as minorias são pequenas no jogo político, mas ativas. Em contrapartida, as eleições são ineficazes para expressão política da maioria, mas são importantes para garantir a participação de cidadãos comuns. Nesta medida, verificamos que Dahl admite a existência de eleições e da concorrência de grupos pelo poder: “Podemos apenas distinguir vários grupos de vários tipos de tamanho, todos procurando de várias maneiras promover seus objetivos, geralmente às expensas, pelo menos em parte, dos demais” (DAHL, 1989, p. 130).

Apesar destas considerações sobre as eleições, este método garante o controle social. Aliado à competição política, são ferramentas importantes para a democracia. Entretanto, eleições e competição política não garantem um governo da maioria, mas evidenciam cada vez mais “o tamanho, número e variedade das

minorias” (DAHL, 1989, p. 131). Assim, o governo não é composto apenas por um tipo de minoria, mas por várias minorias, que é a segunda proposição.

A terceira proposição diz respeito à relevância das maiorias no sistema político. Se as minorias são “politicamente ativas”, a maioria compõe um grupo importante, visto que esta decide quem fará parte da minoria. A chamada “política democrática” constitui um conceito superficial sobre política: dentro dela há outro grupo, que de fato exerce os poderes políticos – a minoria ativa. É nesta minoria ativa que se encontra o íntimo da democracia, ou seja, são estas minorias que de fato dão forma à face da democracia.

Na quarta proposição, Dahl refuta o argumento de Madison acerca de a democracia reproduzir uma “tirania da maioria”. Se o governo da maioria constitui-se em um mito, não existe a citada tirania, pois não é a maioria que governa – e, portanto, não poderá aplicar a noção de tirania. Assim, mais importa verificar o porquê da presença da minoria no exercício do governo e como as maiorias aderem a tal aspecto. Nesta, o autor enfatiza que a diferença entre a democracia e a ditadura é o número de membros que governam. Cabe, portanto, falar de minorias no governo e não de apenas uma minoria comandando:

Em comparação com os processos políticos das ditaduras, as características da poliarquia aumentam muito o número, tamanho e diversidade de minorias, cujas preferências influenciarão o resultado das decisões governamentais. Além do mais, essas características evidentemente exercem influência recíproca sobre certo número de aspectos importantes da política: os tipos de líderes recrutados, os tipos legítimos e ilegítimos de atividade política, a faixa de opções e tipos de políticas abertas aos líderes, os processos sociais para disseminação de informações e de comunicação (DAHL, 1989, p. 132)

Durante uma disputa política, se há igualdade de condições, o produto de tal disputa dar-se-á pelas preferências dos membros do grupo. Ou seja, proteger

determinado grupo em detrimento à liberdade do outro é fator que não existe constitucionalmente. Assim, as relações políticas surgem a partir da esfera extraconstitucional. Eis a quinta proposição. A lei proporciona igualdade de competição, mas são pelas relações humanas que as escolhas são dadas.

Em vista disso, Robert Dahl questiona: qual é, então, a importância da constituição? Define ele constituição por “normas prescritas que influenciam a distribuição, os tipos e métodos legítimos de controle” (DAHL, 1989, p. 134). O que é inconstitucional diz respeito às decisões do governo. Disto, surge a sexta proposição. Mesmo que os preceitos constitucionais busquem propiciar igualdade nas oportunidades de disputa política, fatalmente um grupo possuirá maiores vantagens na mesma – ainda que a função da constituição seja a descrita anteriormente. “Em nenhuma sociedade as pessoas entram em igualdade de condições na luta política” (DAHL, 1989, p. 135). Do mesmo modo, conclui-se que os intentos constitucionais são dignos para verificar quem entra em vantagem no embate político.

Pela sétima e última proposição, o autor contradiz o princípio de que na democracia todos os grupos são ouvidos durante as tomadas de decisões. Para ele, em algum momento um grupo estará excluído do processo, por se tornar “inativo” e não possuírem a legitimidade para exercerem efeito sobre seus próprios anseios. Os intentos constitucionais já previam a “exclusão” de alguns grupos neste processo – o denominado “realismo” dos grupos.

Dahl argumenta que as majorias não são privilegiadas na arena política. Pela constante barganha nos negócios políticos e pela incapacidade da maioria realizar alguma ação coordenada, as minorias exercem papel fundamental na política. Há um “apaziguamento permanente de grupos relativamente pequenos”, para que os

interesses de todos sejam (ou não) contemplados. Aqui, o pluralismo possui destaque. Se claramente ele não é citado, os pressupostos pluralistas são compreendidos pela argumentação do autor em referência à democracia.

Pelo exposto, os esforços de Robert Dahl são convergidos para a pluralidade de grupos na disputa do poder e, sobretudo, no momento de decidir. A isto denominamos o método decisional, que toma em conta como são formados os grupos do poder e quem de fato participa das decisões políticas. Destas, a preocupação do método decisional também abarca o comportamento de um referido grupo quando no exercício do poder – além dos fatores já citados anteriormente. Além de Dahl, podemos considerar Peter Bachrach & Morton S. Baratz (1979) como defensores do método decisional. Há de se ponderar, especialmente, que o método em questão pode ser utilizado, por exemplo, em análises referentes a comportamentos políticos, nas quais o olhar do pesquisador não está voltado apenas para postos estratégicos, mas para o que de concreto foi realizado durante determinado período.

Validando a concorrência entre os grupos para a disputa do poder, a análise volta-se para os que de fato vão decidir, considerando a disputa política anterior. Mediante a isto, aferimos que as anotações do autor em alusão à democracia são inerentes para a compreensão do “elitismo democrático” ou pluralismo. Em suma, o pluralismo defende as eleições, com a igualdade política assegurada por estas. Todavia, as eleições não garantirão um governo das maiorias, mas sim a acentuação da permanência das minorias no poder e, em certos momentos, alguns grupos ainda assim ficarão de fora do processo de tomada de decisões.

1.1.6 A “resposta” de Dahl à Mills

Em “Uma Crítica do modelo de Elite Dirigente”, Robert Dahl anuncia que irá tratar sobre dois temas relacionados às elites: o que ele considera como elite dirigente e como um determinado sistema político pode ser considerado como um sistema de elite dirigente. Entretanto, o fator salutar deste texto é o embate travado com Wright Mills.

Inicialmente, Dahl pontua aspectos sobre o poder. O primeiro deles diz respeito a dois grupos comparados, no qual um possui mais poder que o outro – estabelecendo assim uma relação de forças entre os grupos. Acerca do segundo aspecto, a influência não pode ser medida e tampouco confrontada. Mesmo agindo de modo igual, os grupos influenciados são diferentes, ou seja, são outros atores em voga – e não são sempre os mesmos. Então, Dahl expõe que para medir o poder ou influência de determinado grupo, deve-se considerar o grupo em si e não colocá-lo diante de outro. De tal modo, cada relação de poder é estabelecida em condições *sui generis*, peculiares, não passíveis de repetição ou reprodução.

Para Dahl, a condição fundamental para a identificação de uma elite dirigente é a alternância no poder. Se de época em época os grupos no poder se modificam, pode-se verificar se há ou não uma elite. A este, Dahl denomina “grupo de controle” (menor que uma maioria, recebe a preferência dos demais). Para constituir uma elite dirigente, um grupo de controle não necessita somente cumprir algumas regras democráticas. “Uma elite dirigente, então, é um grupo de controle menor do que a maioria e que não é um simples arranjo de regras democráticas” (DAHL, 1970, p. 93).

Três “testes ruins” são apresentado por Dahl em relação às elites dirigentes, momento em que se inicia a crítica a Mills. O primeiro “teste” salienta a confusão existente entre elite dirigente e um grupo com alto potencial de controle. Compor a elite dirigente não significa necessariamente possuir grande poder de controle. Enquanto Mills aborda a unidade do poder, Dahl enfatiza que um grupo pode sim obter este potencial alto de controle, mas ao mesmo tempo ser caracterizado como baixa unidade. Ou seja, alto controle e unidade são fatores que não estabelecem uma relação causal.

No segundo “teste”, ele mostra que é perigoso relacionar elite dirigente com um grupo de pessoas que possuem maior influência do que as demais. Nisto, a igualdade política não prova que haja uma elite dirigente. Por fim, em seu último “teste”, o autor elege a influência como elemento importante. Quem possui alta influência em um setor pode (ou não) ter a mesma capacidade em outros setores. O fato de muito influenciar em um determinado setor não significa que este poder de influência comprove-se-á nos demais. Assim, a hipótese da elite do poder de Mills (militar, econômica e política) se dissolve, pois Dahl não indica e também não defende a unidade do poder.

Por conseguinte, se tais testes alusivos ao “trunvirato burocrático” de Wright Mills não possuem a devida validade, Dahl propõe uma nova tentativa. Se há ou não esta elite dirigente, ela pode ser colocada à prova se a “elite hipotética” está bem definida; se existem exemplificações que atingem decisões tomadas pela elite dirigente contra outro grupo bem definido – também dotado da possibilidade de decidir algo; e, se o que a elite almeja prevalece. Nas palavras de Dahl:

Resumindo: a hipótese da existência de uma elite dirigente pode ser estritamente testada somente se:

1. A elite dirigente hipotética é um grupo bem definido.
2. Há uma quantidade razoável de casos envolvendo decisões políticas fundamentais nos quais as preferências da elite dirigente hipotética se chocam com as preferências de qualquer outro grupo provável que possa ser sugerido.
3. Em tais casos, as preferências da elite regularmente prevalecem. (DAHL, 1970, p. 96)

Algumas objeções e dificuldades são apresentadas face aos três argumentos acima destacados. Dizer que o teste é vulnerável é o primeiro deles. No entanto, esta vulnerabilidade se dissolve quanto ao proponente, que deve citar qual grupo este caracterizou como elite dirigente. Assim, o teste torna-se válido. O teste proposto pode ser deveras exagerado. Neste, Dahl ratifica a questão da preferência versus indiferença: os modelos são distintos, necessitando assim verificar múltiplos fatores para que o teste seja plausível. A terceira objeção cabe dizer que o teste não explicita a diferença entre uma elite verdadeira e outra que possui homens também participando das decisões. O raciocínio do autor ratifica que novamente devem-se provar os casos concretos, como no segundo ponto do teste. Pela quarta objeção, o teste é muito exigente. Todavia, devem-se avaliar algumas questões para que esta exigência seja válida. A quinta objeção salienta que o teste não é plausível para as ditaduras totalitárias, porém, Dahl o dissolve, já que o objeto de estudo não são as ditaduras.

A conclusão de Dahl diz respeito às provas do que foi dito por Mills em “A Elite do Poder”. A intenção do texto não é examinar o teste proposto. Os pontos expostos até então em relação às elites não foram suficientes para convencer de que Mills tinha razão. Por isso, o autor enfatiza que ainda buscará critérios para constituir sua hipótese. Apesar desta constatação, a crítica edificada por Dahl é ferramenta dura no embate contra os postulados do monismo. Outrossim, é

instrumento importante para compreender a disputa travada entre os dois, esta que será confrontada e comentada adiante.

1.1.7 A herança metodológica: posicional ou decisional?

Qual o referencial teórico deve-se utilizar quando o objeto de estudo são as elites: o monismo de Wright Mills ou o pluralismo de Robert Dahl? A predominância pela utilização de um dos referenciais teórico-metodológicos foi alvo de clara disputa envolvendo Mills e Dahl. Durante a leitura destes autores, verifica-se claramente a diferença de um para outro. Se colocados lado a lado, os textos destes apresentam singelas alternâncias entre as concepções de elite. Mário Grynszpan em “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada” (1996) faz um balanço bibliográfico acerca da temática “elites”. Neste, o autor enfatiza a evocação dos clássicos para um estudo da teoria das elites. Ainda assim, diferencia em duas partes as concepções de Mills e Dahl. Na primeira, intitulada “Mills, Hunter e a Unidade das Elites”, Grynszpan levanta os principais aspectos do monismo. Do mesmo modo, “Pluralismo e Elitismo Democrático” é base para o entendimento de uma série de autores que trabalharam com o pluralismo. Aqui também há a admissão das divergências entre o monismo e o pluralismo.

O monismo, cujo representante utilizado foi Wright Mills, sustenta a homogeneidade da elite e a confluência de interesses da mesma. Há, sobretudo, uma coesão na elite do poder, com atuação nas esferas política, econômica e militar. Dispondo de valores sociais semelhantes, a ação da elite está ligada entre os atores da mesma, de forma íntima e pessoal. Ainda assim, o monismo prevê que a *posição estratégica* ocupada na sociedade interfere diretamente na elite que

participa do poder. Desta preocupação, extraímos o método posicional, o qual volve o olhar para os “postos de comando” ocupados por tal elite. Defendendo a “soberania das elites”, Wright Mills exprime a grande atribuição dada às mesmas:

De um lado, os que participam desse sentimento sobre os grandes acontecimentos históricos presumem haver uma elite cujo poder é grande. Do outro, os que ouvem atentamente os relatórios dos homens aparentemente ligados às grandes decisões com frequência não acreditam na existência de uma elite cujos poderes tenham consequências decisivas (WRIGHT MILLS, 1968, p. 13)

Ainda à luz dos pressupostos de Mills, destacamos a defesa da concentração da unidade do poder na sociedade estadunidense. De fato, a crença do autor em relação à ligação dos membros da elite era evidente:

À medida que cada um desses domínios se amplia e centraliza, as consequências de suas atividades se tornam maiores, e seus contatos com os outros domínios aumentam. As decisões de um punhado de empresas influem nos acontecimentos militares e políticos, além dos econômicos em todo o mundo (...). Já não existem, de um lado, uma ordem econômica, e de outro, uma ordem política encerrando uma organização militar sem importância para a política e os lucros (...). No sentido estrutural, esse triângulo de poder é a fonte das diretorias interligadas, de grande importância para a estrutura histórica do presente. (WRIGHT MILLS, 1968, p. 16)

Do mesmo modo, a preocupação em consolidar o método posicional vinha à tona. Mills argumentava que julgar a elite pelo caráter moral não era satisfatório, já que tal critério imbuía de certa arbitrariedade. Ainda assim, não é interessante selecionar membros da elite como componentes de uma determinada classe social. Esta é a primeira vantagem em utilizar a definição estrutural ou institucional – aqui chamada de método posicional, uma sociologia em que prioriza as posições ocupadas. A segunda vantagem do método posicional é poder identificar os outros três conceitos de elite, dados nas palavras de Mills:

1) as posições institucionais que os homens ocupam em toda a sua vida determinam suas oportunidades de obter e conservar valores escolhidos; 2) o tipo de seres psicológicos em que se transformam é em grande parte determinado pelos valores que assim experimentam e pelos papéis institucionais que desempenham; 3) finalmente, se eles chegam ou não a se sentir como pertencentes a uma classe social seleta, se agem ou não de acordo com o que consideram seus interesses – são questões também em grande parte determinadas pela sua posição institucional (WRIGHT MILLS, 1968, p.25)

Diferentemente, Dahl enfatiza a disputa de grupos (dada pelas eleições) para a tomada de decisões no exercício do poder. Em conta do embate político via processo eleitoral, o elitismo democrático do autor recebeu a alcunha de pluralismo – justamente por priorizar a pluralidade dos grupos na competição da maquinaria política e principalmente a alternância destes no poder. Ao contrário de Mills, Dahl reunia esforços para o *processo de tomada de decisões políticas*. Por causa desta inquietude, o legado metodológico proporcionado por Dahl é o método decisional. “Essas decisões precisam constituir o universo ou uma fiel amostra do universo de decisões políticas fundamentais tomadas no sistema político” (DAHL, 1970, p. 95).

Dahl diverge de Mills quanto à sua concepção sobre o elitismo. O pluralismo realça a competição dos grupos em eleições e, posteriormente, a tomada de decisões. A concorrência destes grupos é fator inerente aos propósitos do mesmo. Entretanto, em dado momento, as minorias se acentuam e mantêm a hegemonia no poder:

Eleições e competição política não significam governo de maiorias em qualquer maneira significativa, mas aumentam imensamente o tamanho, número e variedade das minorias, cujas preferências tem que ser levadas em conta pelos líderes quando fazem opções de política. Sinto-me inclinado a pensar que é nesta característica das eleições – não o governo de uma minoria, mas de minorias – que temos que procurar algumas das diferenças fundamentais entre ditaduras e democracias (DAHL, 1989, p. 131)

As críticas aqui demonstradas são principalmente de Dahl (1970), que as fez abertamente, divergindo de Mills enquanto à natureza conjunta das elites. Há de se ressaltar que tanto um como outro elegeram as minorias “politicamente ativas”. No entanto, Dahl admitia a presença de mais de uma minoria no poder, enquanto Mills acreditava na confluência dos membros da elite. Nos escritos de Dahl, a apreciação desfavorável ao modelo de elite dirigente:

Mas não compreendo como alguém possa pensar que tenha estabelecido o domínio de um grupo específico em uma comunidade ou em uma nação sem basear sua análise no exame cuidadoso de uma série de decisões concretas. E essas decisões precisam constituir o universo ou uma fiel amostra do universo de decisões políticas fundamentais tomadas no sistema político. (DAHL, 1970, p. 95)

Face ao embate proporcionado por Wright Mills e Robert Dahl, concluímos que tanto o primeiro como o último contribuíram para a consolidação da Teoria das Elites no campo acadêmico. Variando com as ambições de cada pesquisa, o estudioso das elites necessita conhecer substancialmente as dissonâncias entre os dois. Ambos possuem qualidades, cada qual à sua maneira.

1.2 A opção pelo método posicional

Considerando o objeto da pesquisa (os vereadores de Maringá da 11^a. à 14^a. Legislaturas) e os embates apresentados entre o método posicional e o decisional, a opção eleita foi pelo método posicional. Para tal, convém retomarmos as questões metodológicas do mesmo, discutidas por Wright Mills e, a seguir, a explicação acerca da escolha deste.

Metodologicamente, Mills sinaliza quatro passos para a identificação das elites: 1) verificar qual a ordem das instituições presentes na sociedade, da mais importante para a menos importante, pois são nas “altas rodas” que concentrará os membros da elite; 2) descrição das três instituições que mais influenciaram na sociedade americana, sendo o Estado, as forças armadas e as grandes companhias e estudar minuciosamente o interior de cada uma, constatando assim que todas tenderam à centralização; 3) narrar às relações existentes entre estas três instituições, o que demonstrou uma coesão dos membros, isto é, um grupo pequeno e coeso capaz de tomar as principais decisões políticas; 4) delimitar o grupo e apresentar a unidade do mesmo, o poder de coesão, formado por base psicológica, interesse e instituições semelhantes.

Concluído os passos metodológicos, Mills analisa sob diferentes óticas a elite do poder. Quanto à educação e aos laços familiares e de amizade, o autor pontua que uma boa educação está presente nos membros da elite, bem como um alto valor nas relações interpessoais – o que ajuda a garantir prestígio diante do grupo. Economicamente, acumular posições estratégicas coopera para que o indivíduo pertença à elite, pois também angariará maior riqueza. Acerca do poder das forças armadas, ele também dá certa ênfase ao mesmo, face ao contexto de guerra fria da época, envolvendo os Estados Unidos. Por fim, politicamente falando, três são os tipos de políticos existentes na sociedade americana: o profissional, em decadência; o ex-burocrata; e o que provém das grandes empresas, em ascensão, por possuir apoio das mesmas.

Ele operacionaliza o estudo da elite política, definida por ele como diretório político em quatro fases: 1) munido da definição posicional de elite, deve-se visualizar quais são os postos de comando considerados importantes em um

governo; 2) Em seguida, estuda a carreira dos integrantes de tais postos, como origem social e econômica; 3) Depara-se com a ocupação profissional destes políticos, averiguando assim o poder político aliado à renda; 4) E por último examina a origem educacional dos membros da elite, quase sempre parecidas.

Como a proposta desta dissertação é verificar quem são os vereadores destas legislaturas e qual tipo de elite política local eles são, direcionamos o olhar para o exercício dos cargos formais, ou seja, utilizando a abordagem posicional, obtemos de imediato o primeiro critério para a caracterização de uma possível elite política maringaense.

Ainda assim, o método posicional prevê que a posição estratégica ocupada na sociedade influencia de modo direto nas elites que participam do poder. Em conjunto com o Poder Executivo (Prefeito e Vice-Prefeito), o Poder Legislativo (Vereadores) coopera para o direcionamento do futuro político da cidade. Ao passo que os vereadores fiscalizam as ações do executivo e elaboram leis para melhoria do convívio em sociedade, o executivo é responsável pelo bom andamento das verbas do município, aplicando-as em obras e ações em prol do mesmo. Logo, os principais assuntos relacionados à política local envolvem os dois poderes. No caso desta pesquisa, há a primazia pelo estudo dos parlamentares, confirmando que a posição ocupada por estes intervém claramente no cenário político de Maringá.

O terceiro aspecto elencado para ratificar a escolha do método posicional diz respeito ao grupo de vereadores escolhidos. Tal grupo é base para apontar outras pessoas que também atuam nos negócios políticos local. Como exemplo, cito os demais membros da classe política formal da cidade: prefeito, secretários municipais, líderes partidários, deputados federais e estaduais, senadores, entre outros. Apesar de tratarmos dos vereadores do período eleito, as relações que estes

estabeleceram durante seus mandatos podem colaborar para entender como atuam os políticos em Maringá. Questões como o relacionamento entre as lideranças políticas, auxílio em financiamento de campanhas, apoio para outras candidaturas, por exemplo, são desdobramentos que podem surgir a partir desta pesquisa.

A utilização do método posicional em outras pesquisas também contribuiu para a opção por este. Com alguns trabalhos orientados posicionalmente, podemos estabelecer parâmetros, verificando qual a metodologia utilizada no decorrer da investigação. Destacamos, outrossim, dois trabalhos que prezam pelo método posicional: o livro *“Quem governa? Um estudo das elites políticas no Paraná”* (2007), uma coletânea de artigos sobre as elites paranaenses, organizado por Renato Perissinotto, Adriano Codato, Mario Fuks e Sérgio Braga; e o recente trabalho de Rodrigues (2006), que aponta acerca das elites políticas no legislativo e no executivo em Ponta Grossa-PR.

E, por fim, o último aspecto referente à opção pelo método posicional pondera que este é um momento anterior às análises de decisões concretas. Ao passo que o método decisional verificará o resultado da discussão no momento da tomada de decisões, o método posicional condensará esforços nas preferências dos atores que participam deste processo (tomada de decisões) e quais destas serão consideradas ao término do mesmo. Ou seja, mediante as preferências anteriores, colocar-se-á a prova as medidas tomadas, confrontando se estas fazem parte do conjunto das escolhas iniciais. Logo, o método posicional contribui para o processo decisório:

Ao identificar a origem social, a trajetória política e os valores da elite, o método posicional permite traçar em grandes linhas quem são, de onde vêm e qual a visão de mundo desse grupo, assim como suas preferências políticas mais gerais daí derivadas (PERISSINOTTO, 2007, p. 34)

Assim, elencamos cinco justificativas para utilização do método posicional: 1) identificação dos cargos formais envolvidos na pesquisa; 2) a posição estratégica dos agentes na sociedade influencia o modo de participação das elites no poder; 3) os vereadores escolhidos podem apontar “outras elites” que atuam na política local; 4) primazia por este em outras pesquisas, o que facilita o estabelecimento de parâmetros; 5) a posição estratégica ocupada é um momento anterior à decisão, interferindo diretamente na mesma.

Capítulo II

O DESENHO DA PESQUISA: O MÉTODO E O OBJETO

Após a realização de uma revisão sobre nosso referencial teórico e a opção pelo método posicional, pretende-se neste segundo capítulo elucidar o que se entende por recrutamento político e quais variáveis serão utilizadas para o andamento da pesquisa. Dois pontos serão analisados: a história política de Maringá, no intuito de compreender como se desenvolveu a dinâmica política na cidade e, em seguida, alguns referenciais teóricos sobre o recrutamento destes vereadores serão avaliados, como sustento para a disposição e posterior análise dos dados.

2.1 Notas metodológicas sobre o estudo do recrutamento político

Em geral, o termo recrutamento é utilizado nas pesquisas que buscam identificar como foram selecionados os membros de uma determinada elite política. Pesquisar o recrutamento político é, então, evidenciar e analisar o perfil político, social e econômico dos eleitos, isto é, daqueles que compõem uma elite escolhida pela população. Assim, uma pesquisa que envolve o recrutamento procura entender quais são os atributos que a elite política possui e quais foram os impactos destes no decorrer da disputa pela obtenção do mandato. Consoante com esta pesquisa, procuramos desvendar os perfis parlamentares dos vereadores de Maringá de 1997 a 2012 e qual a influência dos atributos pessoais dos eleitos.

Para entender o fator recrutamento, há autores que atribuem diferentes classificações, segundo o padrão necessário para cada pesquisa. Neste caso, trataremos adiante sobre cinco fatores inerentes à formação de um perfil dos parlamentares pesquisados, esboçando as principais abordagens de cada um: origem familiar, sócio-profissional e de classe; escolaridade; trajetória política; e

vínculos sociais e institucionais. Tais fatores foram atribuídos segundo Perissinotto (2003), que constatou a presença destes nos trabalhos sobre recrutamento por ele pesquisados.

Origem familiar

Estabelecer a origem familiar do parlamentar é tarefa importante para a pesquisa, já que por intermédio dela é possível verificar duas variáveis: a mobilidade social do vereador em questão, sendo esta ascendente ou não, isto é, se houve uma elevação no nível social do mesmo ou declínio; e se a origem familiar possui alguma ligação com a trajetória política. Neste último subfator, relembramos o texto de Max Weber (2005), que aborda os três tipos puros de dominação: legal, tradicional e carismática. É no tipo tradicional que a dominação pode ocorrer em relação à trajetória política, pois o vereador recorre à crença de lideranças já existentes – no caso algum membro da família – sendo esta transferida por gerações.

Cayrol e Perrineau (1982) salientam que os dados devem ser levantados não somente dos pais dos analisados, mas também dos avós maternos e paternos, como prerrogativa para obter parâmetro de mobilidade social e, sobretudo, para identificar alguma atividade política prévia. Além dos nomes, ocupação, escolaridade, atividade política, religião e raça compõem o rol de variáveis. Cruzando os dados em voga, uma árvore genealógica será formada, constatando (ou não), qual o envolvimento das respectivas famílias na política local.

A opção para a pesquisa no que tange à origem familiar será o levantamento simples do histórico familiar de cada vereador e se este possui algum político em sua família, podendo assim verificarmos possíveis conexões entre a presença de

políticos na família do vereador e se nestes vereadores existem grau de parentesco entre os próprios parlamentares ou no histórico familiar de cada um.

Origem sócio-profissional e de classe

A origem sócio-profissional é o fator que recebe maior atenção dos trabalhos referentes às elites políticas, segundo Perissinotto (2003). Esta preocupação dos autores diz respeito aos diversos tipos de abordagens relatadas às profissões dos políticos, cada qual compatível com as respectivas pesquisas. Três pontos são colocados em relação a este fator: qual é a base de seleção das elites políticas, ou seja, se essas são democráticas ou elitistas; há alguma relação entre profissão e comportamento político; existe determinada profissão que combina com a atividade política, isto é, as que favorecem o ingresso na carreira?

Para elucidar estes pontos, o primeiro binômio apresentado trata sobre a profissão/ocupação. Será que a profissão do político condiz, de fato, com a ocupação por ele exercida? Rodrigues (2002), em seu estudo sobre as bancadas partidárias da Câmara dos Deputados estabelece esta distinção. Separar, portanto, o “diploma” adquirido pelo político em relação à ocupação real é tarefa importante, pois assim é possível constatar qual a área de atuação de determinado político – ainda que profissão/ocupação coincidam, esta medida deve ser tomada.

Após, qual profissão deve ser escolhida? As exercidas durante toda a vida ou a última antes de assumir um mandato? O primeiro modelo exige uma investigação da história de vida do político, no intuito de descobrir em quais profissões este atuou (ou atua). A principal vantagem é uma análise qualitativa maior e melhor, que esbarra na carência de fontes precisas. Já o segundo modelo, utilizado também por

Rodrigues (2002), opta pela última profissão até ser eleito, esta que também pode continuar sendo a atividade profissional principal do político. Excluem-se, neste caso, àquele que se declara como “vereador”, “deputado”, entre outros. Fleischer (1976), por exemplo, optou pela entrevista com o parlamentar pesquisado. Em uma escala de um a quatro, o entrevistado listava no máximo quatro profissões, da mais relevante para a menos relevante. A vantagem da utilização deste método é verificar a profissão “real” exercida antes de assumir o primeiro mandato, esta que muitas vezes não condiz com o curso superior do entrevistado, por exemplo.

Mediante estas considerações, quais parâmetros devem ser utilizados para a classificação das profissões? Ainda utilizando a classificação de Rodrigues, quatro segmentos profissionais foram identificados na pesquisa: empresarial, profissionais liberais, funcionalismo público e magistério, cada qual com exposição das particularidades. Ainda assim, há espaço para os “políticos profissionais” – neste caso os que nunca exerceram outra profissão sequer, somente cargos políticos. A classificação de Braga (1998) abrange três grandes setores (proprietários, intelectuais e profissões manuais). Fleischer (1976) e McDonough (1981), por sua vez, utilizam classificações mais específicas, esmiuçando as profissões.

Pelo exposto, a origem profissional e de classe varia muito de acordo com o interesse de cada pesquisa, respeitando os interesses dos autores e as fontes consultadas no decorrer da mesma. Deve-se, portanto, seguir os três pontos apresentados para colocar à prova qual o grau de composição da classe política, esta mais democrática – composta por membros de diversas classes sociais – ou mais elitista, formada apenas por indivíduos de alguns segmentos.

Para a pesquisa, além de seguir as três opções metodológicas expostas anteriormente, o levantamento da formação profissional aliado à ocupação dos

vereadores será realizado, justamente para contrapor qual a escolaridade do mesmo e formação profissional com a atividade que exerce. Dos grupos profissionais, além das subdivisões internas, utilizaremos como um primeiro referencial, a proposta de Rodrigues em “Mudanças na Classe Política Brasileira” (2006), quando pesquisa a composição profissional da Câmara dos Deputados: “se fizermos abstração de suas subdivisões internas, de quatro grandes segmentos profissionais e ocupacionais: (1) o empresarial; (2) as profissões liberais; (3) o magistério e (4) a alta burocracia pública. Além disso, daremos enfoque às “fontes secundárias de recrutamento político”, ou seja, as profissões não contempladas nestes quatro grandes grupos e as peculiaridades das bancadas do parlamento, como por exemplo estudantes, agricultores, representantes sindicais, entre outras.

Escolaridade

A questão que paira sobre a escolaridade dos parlamentares inseridos na pesquisa é se o nível de formação é uma condição para pertencer à elite. Hipoteticamente, tal imposição pode ser verdadeira, pois os membros da elite política possuem, na maioria dos casos, ao menos o ensino superior. Mas, será que a alta escolaridade enquanto condicionante para pertencimento à elite política é válida para os vereadores de Maringá?

Outro ponto aborda sobre os cursos superiores e técnicos escolhidos pelos vereadores de Maringá. Há algum que favorece a entrada na carreira política e, conseqüentemente, sucesso na mesma? Cruzando os dados da formação escolar aliados aos cursos escolhidos (ou não), podemos responder se alta escolaridade é um critério fundamental para que um candidato torne-se vereador em Maringá.

Trajetória política

É notório que o surgimento das elites no cenário político não é espontâneo, havendo um “processo de socialização política” que coopera para o surgimento destas. Se as elites não nascem espontaneamente, verificar a trajetória política do membro da elite é necessário, no intuito de responder a questão: existe um caminho “padrão, específico” para atingir um posto de comando? Se repensarmos esta pergunta para as ambições da pesquisa, indagaríamos: há uma trajetória para se tornar vereador em Maringá?

No decorrer da análise da trajetória política, obrigamo-nos a constatar as características deste caminho percorrido, contribuindo para traçar o perfil do vereador em voga. Além disso, cruzar estas peculiaridades com o comportamento político e a função desempenhada pelo partido político compreende o próximo passo, no intuito de examinar se a trajetória política interfere no procedimento político e na escolha do partido. Por fim, um último dado a ser apresentado é o local de nascimento dos vereadores, a fim de que se possa averiguar se a classe política é de fato maringaense ou é oriunda de outros municípios.

Comumente, as análises de trajetória política consideram a carreira política anterior ao primeiro cargo a ser assumido, em nosso caso até a eleição para o primeiro mandato como vereador. Perissinotto (2003) acredita que avaliar as trajetórias políticas somente via cargos eletivos e não-eletivos pode tornar a pesquisa incompleta. Assim, ele sugere alguns procedimentos para a constituição de uma carreira política, formando o perfil do(s) político(s) examinado(s).

Em relação ao pertencimento aos partidos políticos, Perissinotto enfatiza que a filiação partidária no início/término do mandato, quais cargos diretivos ocupou na

instituição e quantos e quais partidos pertenceu durante a pesquisa são tarefas que devem ser efetuadas. Munido dessas informações, o analista contribuirá com o perfil político a ser formado, investigando a filiação político-ideológica do mesmo.

Acerca das características pessoais/eleitorais, estabelecer a idade que assumiu o primeiro mandato e do último é importante para verificar quanto tempo determinado político atuou – para a Câmara Municipal de Maringá, a idade deve ser relativa ao período estudado. Por fim, um último cuidado metodológico para estabelecer a trajetória política é pesquisar onde o vereador recebeu os votos, ou seja, se possui uma base eleitoral concentrada ou dispersa pela cidade.

Para a trajetória política as variáveis utilizadas serão: 1) idade do primeiro/último mandato; os partidos que os vereadores pertenceram para verificar qual a alternância das siglas durante o(s) mandato(s); o local de nascimento, no intuito de examinar se há uma elite política nascida em Maringá; o histórico político, também chamado de trajetória política, para investigar qual é o caminho apropriado para se tornar um vereador em Maringá; e, por último, também no tópico “histórico político”, apontar qual(is) o local(is) onde estes vereadores receberam votos, na tentativa de elucidar se há ou não uma base eleitoral definida.

Vínculos sociais e institucionais

Poucos são os trabalhos que buscam valorizar os vínculos institucionais dos políticos, como lembra Perissinotto (2003). Tal fator é relevante no sentido de que por intermédio das relações dos vereadores com as entidades da cidade, podemos confrontar com a origem social e ocupação dos mesmos e, sobretudo, concluir se tais vínculos com as instituições interferem na trajetória política.

Dos autores apresentados, citamos apenas Floyd Hunter (1963) que durante seu estudo sobre os *decision-makers* apresentou uma lista de entidades para os entrevistados, na tentativa de decifrar as relações institucionais dos “poderosos” da comunidade. Destas relações institucionais, uma lista das principais entidades de Maringá pode ser elaborada e, via perfil dos vereadores, cruzarem as informações e verificar qual o envolvimento destes com as mesmas.

Já os vínculos sociais são as ligações entre pessoas importantes dos campos econômico, religioso, cultural, entre outros. Autores como Love e Barickman (1991) argumentam que apontar essas conexões são úteis para entender o nível de coesão das elites, isto é, quanto maior a dependência entre os membros, maior o vínculo social e, conseqüentemente, maior coesão da elite.

Quanto os vínculos sociais e institucionais, utilizaremos os dados da história política dos vereadores para este fator, pois, via trajetória política, é possível descobrir qual(is) entidade(s) ou instituição os vereadores pertenceram e se estas contribuíram ou não para a sua eleição.

2.2 A história da política em Maringá e a definição do objeto

Relembrando o objetivo proposto por esta pesquisa, buscamos responder a seguinte questão: quais são os atributos individuais e coletivos que fazem com que os vereadores de Maringá, da 11^a até a 14^a Legislaturas pertençam a uma elite política? Para tal, se faz necessário demonstrar duas vertentes ainda não explicadas: a escolha do objeto (os vereadores de Maringá) e o espaço temporal, que compreende o período de 1997 a 2012, passando por quatro legislaturas: 11^a

Legislatura (1997-2000), 12^a Legislatura (2001-2004), 13^a Legislatura (2005-2008) e 14^a Legislatura (2009-2012).

A opção por tais legislaturas diz respeito aos quatro últimos mandatos eletivos para o parlamento maringaense. Nos dois primeiros períodos, a Câmara Municipal de Maringá possuía vinte e um vereadores. Em 2004, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reestruturou o número de cadeiras de todos os legislativos municipais do país, sob o argumento da redução de gastos nos legislativos municipais. Em relação à Maringá, seis vagas foram diminuídas, passando a Câmara de vereadores a contar com quinze parlamentares. Já em 2009, foi sancionada uma emenda constitucional que alterava novamente o número de vereadores no Brasil, e Maringá passa a ter, doravante, vinte e três cadeiras⁹. Optamos, portanto, por este período para estabelecermos um período temporal que respeita a proporcionalidade das vagas do parlamento, isto é, as duas últimas legislaturas com vinte e um parlamentares e as duas últimas com quinze, já que o número de cadeiras novamente sofrerá alteração. Assim, constituímos um escopo delimitado para o estudo dos perfis dos vereadores, enfatizando um período único na história política local, ou seja, um período em que a Câmara voltou a possuir quinze cadeiras – fato este que não se repetia desde 1969 – e que posteriormente, a partir de 2013, passará a contar com vinte e três cadeiras, fato único na história da cidade.

Mas, porque escolher a Câmara Municipal de Maringá como objeto de estudo? Na literatura sobre a política (e porque não da sociedade) maringaense, encontramos cinco importantes trabalhos, que servem como parâmetros para esta pesquisa: 1) “Poder local, partidos e eleições na reedição do pluripartidarismo em Maringá, Paraná – 1979-1988: um estudo de caso”, de Celene Tonella (1991); 2) “A

⁹ A explicação sobre as mudanças nas cadeiras das Câmaras Municipais, em especial a de Maringá, será dada a seguir.

experiência do legislativo municipal em Maringá – 1947/1998”, de Reginaldo Benedito Dias e Celene Tonella (1999); 3) “Repensando...: a construção da hegemonia empresarial nos 10 anos que mudaram Maringá (1994-2004), de Sérgio Gini (2008); 4) o livro organizado por Reginaldo Benedito Dias e José Henrique Rollo Gonçalves “Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional” (1999), com destaque para os capítulos XI e XII; 5) “Da arte de votar e ser votado – as eleições municipais em Maringá”, Reginaldo Benedito Dias (2008).

Tonella (1991), via estudo de caso, analisa a movimentação político-partidária em Maringá na reedição do pluripartidarismo, isto é, do início da década de 1980 até a promulgação da última constituição brasileira, em 1988. A pesquisa da autora é relevante por tratar da expansão econômica pujante da cidade, confrontada com a fragilidade da sociedade civil organizada – o que segundo ela foi “propícia a estimular comportamentos conservadores e personalistas no exercício da política e do voto” (TONELLA, 1991, p.4).

Ao longo do texto, Tonella apresenta uma rápida história de Maringá e traça um panorama do quadro político local e estadual. Após, a relação entre poder local e a reformulação partidária de 1979 são expostas, culminando com enfoque para as eleições vindouras. A conclusão enfatiza que a recente ocupação populacional em Maringá não permitiu uma prática política ligada ao coronelismo, uma vez que se destaca a alta rotatividade nas lideranças. Entretanto, as camadas populares não se fizeram presentes no cenário político, predominando assim personagens das altas classes sociais, mantendo “fortes contornos clientelistas e personalistas”.

O livro de Dias e Tonella, de 1999, é um pequeno compêndio sobre a história da Câmara Municipal de Maringá, demonstrando o balanço dos projetos apresentados pelos vereadores até 1997, ano do cinquentenário de fundação do

município. A partir do Capítulo III, os perfis dos parlamentares são apresentados em tabelas, constando os votos obtidos, partido político, naturalidade e profissão dos mesmos até a 11^a. Legislatura, bem como as composições da mesa executiva. Ainda em alusão aos perfis, dados como os mais votados para a vereança, quem mais obteve mandatos, o índice de reeleição, a presença de mulheres, a presença nipônica, o perfil ocupacional, a cidade de origem dos parlamentares e o perfil sócio-ocupacional também estão presentes. Deste rol de variáveis, os autores destacam que a Câmara de Vereadores é o primeiro passo para início de uma carreira política e que alguns prefeitos e deputados começaram as respectivas carreiras no legislativo maringaense – fato este que não se perpetuou, como demonstraremos adiante.

Gini (2008) alia a história política de Maringá com as ações do empresariado – no caso a Associação Comercial e Industrial de Maringá, ACIM. Por intermédio da criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá (CODEM) e do movimento “Repensando Maringá”, o autor analisa dez anos das ações da ACIM – 1994 a 2004 – com interferências relevantes na política local.

Dias e Gonçalves (1999) organizaram “Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional”, composto por vinte artigos que abordam assuntos sobre o Norte do Paraná. Destes artigos, enfatizamos dois: o de José Carlos Alcântara, que analisa o bipartidarismo e a transição para o pluripartidarismo em Maringá entre 1966 e 1978; e o de Celene Tonella, uma síntese de sua dissertação de Mestrado, na qual examina as eleições municipais em Maringá no retorno do pluripartidarismo.

Destes cinco trabalhos, o que merece maior destaque em prol de nossos interesses é o de Dias (2008). Com o objetivo de realizar um panorama acerca das eleições ocorridas na cidade, o autor descreve em três períodos o panorama das

urnas. Para isto, estabelece um diálogo com a bibliografia acadêmica existente e escritores locais, que também rememoram os pleitos municipais. Assim, Dias adverte que o livro não é produto de uma pesquisa acadêmica, porém transita entre áreas como história, ciência política e toponímia.

Na introdução, o autor indica a metodologia utilizada para constituição dos períodos históricos: o sistema partidário. Deste modo, o primeiro período inicia-se em 1947 (fundação de Maringá) e vai até 1964, princípio da “ditadura civil militar” e que se estendeu até 1985. O segundo período tem início em 1968 e se alonga até 1982. Assim, o lapso temporal começa na introdução do bipartidarismo (ARENA e MDB) e se finda no retorno do sistema pluripartidário. E, por fim, o terceiro e último período data do ano da promulgação da última constituição brasileira (1988) e se estende até os dias atuais.

As advertências da introdução são necessárias para o entendimento da proposta elencada por Dias. Realizar este tipo de balanço histórico, a “história do tempo presente”, é tarefa difícil – não só pela proximidade dos fatos, mas também pela confissão do autor que participou “ativamente” das últimas cinco eleições locais. Neste sentido, Dias assume a sua filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1985. Outro destaque diz respeito ao estudo dos processos eleitorais. O livro não pretende avaliar governos municipais e as possíveis obras realizadas, mas sim os fatores que corroboraram para as vitórias nas urnas.

No primeiro período, a formação política do município pode ser visualizada. Famílias pioneiras, nomes de políticos que hoje ilustram muitas ruas da cidade, enfim, Maringá começa a dar os primeiros passos. Deste, destaco três fatores. O primeiro refere-se ao subitem “A política antes da polis”, o qual reproduz as origens da cidade e as primeiras figuras do cenário político maringaense. O segundo fator

perpassa pela eleição de João Paulino Vieira Filho, em 1960. Dezesete anos depois, João Paulino tornara-se o primeiro a exercer pela segunda vez o cargo de prefeito. E o terceiro retrata um fato único na história política da “Cidade Canção”: a eleição de Luiz Moreira de Carvalho em 1964, único candidato eleito apoiado por um prefeito que ocupava o cargo – ou seja, João Paulino elegeu seu sucessor.

Já no segundo período, mesmo com a inserção do bipartidarismo no cenário político, Dias ressalta o “sabor” pluripartidário, com o instituto das sublegendas. Assim, nos pleitos de 1968 e 1972, tanto MDB quanto a ARENA, poderiam lançar mais de um candidato para a chefia do executivo. Em ambas as oportunidades o MDB saiu vencedor da disputa. Vale ressaltar que na última das duas disputas citadas, um novo político ganha poder na conjuntura local: Silvio Magalhães Barros. A partir de então, a família “Barros” disputa eleições e as vence, como observaremos adiante. Coube a João Paulino Vieira Filho o feito de ser o primeiro a exercer por dois mandatos o cargo de prefeito de Maringá – eleito novamente em 1976.

Por fim, no terceiro e último período do livro, a democracia é enfatizada. Recursos midiáticos e a inserção do marketing político marcam as campanhas até 2004, a última descrita por Dias. Cabe anotar, portanto, a consolidação de Said Ferreira como gestor que mais tempo ficou à frente da administração municipal. Após seis anos de governo (1983-1988), Said é eleito para o mandato 1993-1996, consolidando assim dez anos como prefeito de Maringá. Os conturbados anos de Jairo Gianotto e o momento do PT com José Cláudio e João Ivo na Prefeitura também receberam destaque. Em seguida, o autor expõe a hegemonia do nome Barros na política local, com Ricardo Barros eleito em 1988 e a eleição de Silvio

Magalhães Barros II, em 2004 – o que determina os doze anos e duas gerações de políticos do mesmo sobrenome no poder local.

Mesmo com o foco voltado para as eleições municipais, a Câmara de Vereadores foi contemplada nos períodos. Todavia, olhar as eleições para o executivo é o principal interesse do autor – que relata os detalhes dos bastidores e os envolvidos nestas mais de cinco décadas da política maringaense. Por fim, Dias faz um balanço do que foi apresentado, no qual ressalta temas do legislativo, a participação feminina nas eleições, a carreira prévia dos vices-prefeitos, as nuances partidárias, a terceira via como alternativa política e as candidaturas novatas para prefeitura que alcançaram sucesso.

Tal bibliografia alusiva à história política de Maringá preza por outro modelo teórico-metodológico. Esses trabalhos apresentados optaram por um levantamento de perfis político-partidários – casos de Tonella (1991) Dias & Tonella (1999) – a atuação do empresariado na política em Gini (2008) e o relato da história política de Maringá de Dias (2008). Com efeito, o estudo das elites políticas e a contextualização destas na política local são inéditos. Deste modo, empreender uma análise a partir da Teoria das Elites é algo que traz uma nova contribuição teórico-metodológica para o estudo da política local.

Levando em conta esta “nova” linha de argumentação teórica, escolhemos assim, a Câmara Municipal de Maringá como objeto de estudo por três motivos: 1) analisar um período recente da história política e perfil dos parlamentares maringaenses ainda não contemplados em outros trabalhos; 2) pesquisar estes perfis possuindo como referencial teórico a Teoria das Elites, fator ainda não aferido; 3) demonstrar que os estudos locais são relevantes e interferem diretamente no cotidiano das pessoas.

2.3 As oscilações nas Câmaras Municipais e o caso de Maringá

Desde a promulgação da Constituição em 1988, uma das questões mais polêmicas no cenário político é o número de vereadores que cada município deve possuir. Motivado pela justiça eleitoral e/ou pela própria classe política, a redução e aumento dos vereadores divide opiniões. Na opinião pública, alguns alegam que há excesso de parlamentares; outros enfatizam que em cidades com maior número de habitantes, por exemplo, o número de vereadores é baixo, quando comparado com a população residente. Logo, qual é a proporcionalidade ideal para cada legislativo?

Diferentemente dos legislativos locais, a Câmara dos Deputados mantém o número de parlamentares – 513, divididos entre os 26 estados e o Distrito Federal – assim como o Senado, com 3 representantes por unidade federativa. Do mesmo modo, as Assembleias Legislativas conservam de maneira intacta os Deputados Estaduais. Nas eleições realizadas desde então (1990,1994,1998, 2002, 2006 e 2010), é possível somente um voto para Deputado Federal, um para Deputado Estadual e a alternância do voto para Senador, sendo um voto a cada quatro anos e dois votos na eleição posterior – preservando assim os mandatos de oito anos para tal cargo. As tabelas a seguir indicam o número de representantes por UF (Unidade da Federação) na Câmara dos Deputados e a proporcionalidade de deputados nos parlamentos estaduais¹⁰:

Tabela 1 Número de Deputados Federais por Unidade Federativa

Estado	Número de Deputados
São Paulo	70
Minas Gerais	53
Rio de Janeiro	46

¹⁰ Segundo a Resolução 20.986/2002, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Bahia	39
Rio Grande do Sul	31
Paraná	30
Pernambuco	25
Ceará	22
Pará	17
Maranhão	18
Santa Catarina	16
Goiás	17
Paraíba	12
Espírito Santo	10
Piauí	10
Alagoas	9
Rio Grande do Norte	8
Amazonas	8
Mato Grosso	8
Mato Grosso do Sul	8
Distrito Federal	8
Sergipe	8
Rondônia	8
Tocantins	8
Acre	8
Amapá	8
Roraima	8
TOTAL	513

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tabela 2 Número de Deputados Estaduais por Unidade Federativa

Estado	Número de Deputados
São Paulo	94
Minas Gerais	77
Rio de Janeiro	70
Bahia	63
Rio Grande do Sul	55
Paraná	54
Pernambuco	49
Ceará	46
Pará	41
Maranhão	42
Santa Catarina	40
Goiás	41
Paraíba	36
Espírito Santo	30
Piauí	30
Alagoas	27
Rio Grande do Norte	24
Amazonas	24
Mato Grosso	24
Mato Grosso do Sul	24
Distrito Federal	24

Sergipe	24
Rondônia	24
Tocantins	24
Acre	24
Amapá	24
Roraima	24
TOTAL	1059

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tal cenário de manutenção do número de vagas no parlamento nacional e nos parlamentos estaduais não condiz com a realidade dos legislativos locais. Segundo a Constituição Federal (1988), Título III “Da Organização do Estado”, Capítulo IV “Dos Municípios”, originalmente o número de vereadores era estabelecido pela Lei Orgânica Municipal, instruindo apenas que disposições populacionais fossem respeitadas para cada caso. Logo, a autonomia dos municípios perante a união era mais evidente, com particularidades em todo o país. Destacamos que a maioria das Leis Orgânicas dos municípios foi promulgada no início da década de 90, isto é, após a última Constituição. Este fato justifica-se pela necessidade de harmonia entre as leis, pois uma lei municipal, por exemplo, não tem efeitos nacionais. Assim, a Lei Orgânica surge no intuito de regulamentar as ações dentro dos limites territoriais de um município.

Para estabelecimento de uma ordem comum a todos os legislativos municipais brasileiros, o TSE, por intermédio da resolução nº 21.702 de 02 de Abril de 2004 relatada pelo Ministro Sepúlveda Pertence, alterou a antiga denominação, passando a vigorar “faixas” populacionais para fixar o número de vereadores de cada município. Assim, 36 faixas foram criadas, com número mínimo de 9 vereadores para os municípios com até 47.619 habitantes. A partir deste parâmetro populacional, seguiram-se mais 35 “faixas”.

Concomitantemente com o estabelecimento das “faixas”, tramitava no Senado uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), já aprovada na Câmara dos Deputados, aumentando o número de parlamentares municipais em 8.043 vagas. Maringá, por exemplo, saltaria dos atuais 15 para 23 vereadores. Para que esta PEC obtivesse efeito no pleito de 2008, deveria ser aprovada no Senado até 30 de Junho, prazo limite para os partidos políticos realizarem suas convenções, conforme afixado pelo calendário eleitoral do TSE. No entanto, a PEC nº 336/2009 continuou sob discussão na Câmara dos Deputados.

Encerradas as eleições em 2008, o sistema de “faixas” para delimitação do número de vereadores por município ainda permaneceu. Todavia, a PEC ainda continuava em tramitação. Aprovada em Setembro de 2009, tornando-se então Emenda Constitucional nº 58/2009, as antigas “faixas” foram substituídas por 24 novas. Dos votantes, 380 foram favoráveis à alteração, 29 se mantiveram contrários e duas foram as abstenções. O número de vereadores em todo país saltaria dos atuais 51.988 para 59.611 parlamentares.

Após a promulgação, a chamada “PEC dos Vereadores” continuou a gerar polêmica. Prevendo efeitos retroativos às eleições de 2008, algumas Câmaras chegaram até mesmo a diplomar os então suplentes. Manifestações organizadas pelos “suplentes de vereador” de vários municípios do país aconteceram, com viagens até Brasília para pressionar o TSE. No entanto, o Presidente do TSE, Ministro Carlos Ayres Britto, declarou que a mesma só teria valor para as eleições de 2012. Do mesmo modo, no Supremo Tribunal Federal (STF), a Ministra Carmen Lúcia concedeu uma liminar à justiça eleitoral, impedindo a diplomação dos suplentes. E em 11 de Novembro de 2009, o STF confirmou por 8 votos a 1 a manutenção de tal liminar, suspendendo assim a criação das novas vagas.

No texto da emenda constitucional 58/2009, que consta em anexo, as 24 novas “faixas populacionais” criadas estabelecem os novos números de vereadores por município. Assim, 9 serão os vereadores com municípios até 15 mil habitantes e 55 para municípios com mais de 8 milhões de habitantes. Logo, os novos patamares fixados se aproximam da constituição promulgada em 1988, excluindo doze “faixas” e restabelecendo as cadeiras até então “excluídas”. Maringá atingiria a faixa “h”, que define 23 vereadores para municípios com mais de 300 mil habitantes e até 450 mil habitantes – o que estabelece um recorde no número de cadeiras para a Câmara Municipal.

Aquém da oscilação entre o número de vereadores de cada município, o argumento básico para a redução ocorrida em 2004 foi a redução dos gastos com o legislativo. Com menos vereadores, a lógica era a redução de gastos das câmaras de vereadores. Para compensar o restabelecimento de mais de 7 mil vagas para vereadores em todo país, foram afixados valores máximos de despesas oriundas dos parlamentos locais. Assim, de 3,5% a 7% foram os percentuais cravados, estes em relação à receita tributária do município referente ao ano anterior. Onde, juntamente com um aumento no número de vereadores, tem-se uma restrição do gasto com a câmara.

Em Maringá, a Câmara de Vereadores, instalada em 14 de Dezembro de 1952, já contava com diversas disposições aritméticas para as vagas de vereadores. Com a promulgação da emenda, Maringá saltará dos atuais 15 vereadores – número este que desde 1969 não era tão baixo – para 23 parlamentares, o maior parlamento até então constituído na cidade desde sua fundação. Na tabela abaixo, verificamos o seu número ao longo de sua história:

Tabela 3 Número de vagas para Vereador em Maringá desde a instalação da Câmara Municipal, em 14 de Dezembro de 1952.

Legislatura	Período	Nº Vereadores	População
1 ^a	1952-1956	9	38.588
2 ^a	1956-1960	15	38.588
3 ^a	1960-1964	15	104.131
4 ^a	1964-1969	15	140.131
5 ^a	1969-1973	17	121.374
6 ^a	1973-1977	21	121.374
7 ^a	1977-1983	21	168.239
8 ^a	1983-1988	21	168.239
9 ^a	1989-1992	21	240.135
10 ^a	1993-1996	21	240.135
11 ^a	1997-2000	21	267.942
12 ^a	2001-2004	21	288.653
13 ^a	2004-2008	15	325.968
14 ^a	2008-2012	15	335.511

Fontes: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) / Censos e contagens populacionais - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quatro períodos podem ser destacados em relação ao número de vereadores existentes em Maringá. O primeiro deles compreende de 1952 a 1973, ou seja, após a emancipação política até o início da década de 70, quando os vereadores ainda eram 17. Descartando o primeiro parlamento composto por 9 vereadores, as variações não foram significativas, mantendo então de 15 a 17 vereadores. O segundo período vai de 1973 a 2004, abarcando sete legislaturas com 21 parlamentares, o maior espaço de tempo sem alterações nas vagas. Já o terceiro período compreende duas legislaturas, a última e a atual (13^a e 14^a), quando o total de vereadores caiu para 15. Por fim, destacamos a fase vindoura, quando os vereadores de Maringá somar-se-ão em vinte e três.

Entre 2007/2008, durante a realização da pesquisa intitulada “O Legislativo municipal de Maringá: Perfis dos vereadores da 12^a. e 13^a. Legislaturas”, realizamos entrevistas com alguns vereadores e ex-vereadores. Dos entrevistados, a maioria foi favorável ao aumento no número de vereadores para a cidade. Sob o argumento de que se a cidade for dividida em porções para cada vereador “cuidar”, há uma

defasagem no número de cadeiras da câmara, pois assim um parlamentar “cuida” de cerca de 22 mil pessoas, enquanto em municípios de 5 mil habitantes, por exemplo, cada vereador “cuida” de grupos de 500 pessoas. Na via contrária, podemos destacar a atuação dos órgãos de imprensa do município, que na maioria das vezes argumentavam que os parlamentares pouco realizam em prol da população – além da imagem ruim do legislativo passada à sociedade e o gasto excessivo das receitas municipais.

Ainda que as alterações fossem motivadas por conta das despesas das Câmaras Municipais, é necessário salientar que os vereadores representam grupos de pessoas que os elegeram, na maioria das vezes atendendo os interesses destes. Logo, questionamos: qual o papel da representação política do vereador? Será que a redução no número de vagas na Câmara Municipal não diminuiu a representação política da comunidade durante este período de oito anos? E mais: se reduziram os valores dos repasses nas Câmaras, porque não manter um número maior de vereadores, já que a equação muitos vereadores = altas despesas não é necessariamente válida?

A condução nos rumos desta prévia de “reforma política” demonstra como o tema foi tratado até então, isto é, via TSE – e não por métodos democráticos. Quer dizer, o número de vagas nas Câmaras Municipais do Brasil parece não ter relevância para a população e o aumento das vagas, por exemplo, não gera grande demanda em manifestações populares. Além desta inércia da população em relação às vagas nos legislativos do Brasil, salientamos que o argumento de redução de gastos em detrimento ao número de vereadores é falso, pois os gastos não reduziram e as despesas continuam as mesmas, ou seja, o que está em questão

não é a movimentação financeira dos legislativos, mas sim o aumento na representatividade política exercida pelos vereadores.

Tais perguntas perpassam por este projeto, pois a questão da representatividade no parlamento maringaense poderá nos direcionar para elucidar o problema envolvendo estes vereadores, isto é, qual o perfil dos vereadores que compõem a elite política local. Logo, ainda fica a dúvida: além da representatividade política (se alta ou baixa) e, assim, responder ao problema anteriormente exposto – pauta esta que será estudada no próximo capítulo.

Capítulo III

O LEGISLATIVO DE MARINGÁ: PERFIS DOS VEREADORES (1997-2012)

3.1 Introdução

Após a delimitação teórica, a definição do método e do objeto que são tratados nesta pesquisa, apresentaremos adiante os dados coletados, no intuito de elucidar quem é esta elite política que compõe nosso universo de pesquisa, ou seja, todos aqueles que exerceram ao menos um mandato de vereador em Maringá da 11^a à 14^a Legislatura, que se encerra em 2012. Outrossim, nossa pesquisa vai até o ano de 2010, já que não há possibilidade de análise dos vereadores após a conclusão desta.

As fontes dos dados consultadas – além da bibliografia existente sobre a Câmara Municipal de Maringá (DIAS & TONELLA, 1999 e DIAS, 2008), constituem-se da base de dados existente no site do legislativo local (www.cmm.pr.gov.br), o qual nos forneceu informações quanto à atividade dos parlamentares. Ainda assim, buscamos dados no site do Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.gov.br), para obtermos informações quanto aos dados biográficos dos vereadores.

Nos casos em que não conseguimos os dados necessários, recorreremos às consultas efetuadas com membros de partidos¹¹, professores¹², militantes, simpatizantes, entre outros, bem como foram consultadas a documentação do Museu da Bacia do Paraná, da Universidade Estadual de Maringá e da Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural de Maringá, situada nas dependências do Teatro Municipal Calil Haddad.

Desde a instalação em 14 de Dezembro de 1952, a Câmara Municipal de Maringá obteve quatorze legislaturas, com as oscilações no número de cadeiras já apresentadas. Também, como já mencionado, por conta da quantidade de

¹¹ Caso de José Buzato, filiado ao PP.

¹² Referimo-nos principalmente ao Professor Reginaldo Benedito Dias, do Departamento de História da UEM.

parlamentares existentes no legislativo maringense, escolhemos o período de estudo desta pesquisa, ou seja, as duas últimas legislaturas com vinte e um parlamentares (11^a e 12^a) e as duas últimas com quinze (13^a e 14^a), que são:

Tabela 4 Vereadores de Maringá da 11^a Legislatura (1997-2000)

Nome	Partido	Votos
Aldi Cezar Mertz	PDT	1.182
Aparecida Fabiana Corrêa (Bia)	PT	948
Basílio Baccarin (Prof. Baccarin)	PSDB	1.431
Belino Bravin Filho	PFL	1.721
Décio Sperandio (Prof. Décio)	PDT	1.412
Divanir Braz Palma	PPB	1.769
Edith Dias de Carvalho (Prof ^a Edith Dias)	PTB	1.140
João Alves Correa (John)	PMDB	1.561
João Borri Primo	PFL	1.908
José Maria dos Santos (Cabo Zé Maria)	PT	1.480
Manoel Batista da Silva Júnior (Dr. Batista)	PTB	3.534
Maria Arlene de Lima	PMDB	1.247
Miguel Vieira dos Santos Oliveira (Miguelzinho)	PDT	1.484
Nilton Tuller (Pastor Nilton Tuller)	PSDB	1.236
Paulo Mantovani	PPB	1.700
Roosevelt Carneiro de Freitas (Seu Rose)	PTB	1.531
Serafina Martins Carrilho	PSDB	2.315
Shinji Gohara	PSDB	1.452
Shudo Yasunaga (Dr. Shudo Yasunaga)	PL	2.021
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas	PTB	2.100
Valdir Pignata	PTB	1.001
Suplentes que assumiram	Partido	Votos
Francisco Chico Coutinho Neto	PDT	1.387
Paulo Sunao Kato	PPB	990
Victor Manoel Hoffmaister	PSDB	1.078

Fonte: Câmara Municipal de Maringá / TRE-PR

Tabela 5 Vereadores de Maringá da 12^a Legislatura (2001-2004)

Nome	Partido	Votos
Altamir Antonio dos Santos (Altamir da Mercearia Pão de Ouro)	PST	1.751
Antonio Carlos Marcolin (Dr. Marcolin)	PTB	1.271
Aparecido Domingos Regini (Zebraão)	PPB	1.814
Belino Bravin Filho	PPB	3.579
Divanir Moreno Tozati	PST	1.520
Dorival Ferreira Dias	PSDB	1.902
Edith Dias de Carvalho (Prof ^a Edith Dias)	PFL	1.891
Edmar de Souza Arruda	PFL	2.756
Edson Roberto Brescansin (Beto)	PT	1.140
Geremias Vicente da Silva	PTB	1.467
João Batista Beltrame (Joba)	PMDB	1.715

João Alves Correa (John)	PMDB	3.833
José Maria dos Santos (Cabo Zé Maria)	PSD	1.805
Manoel Álvares Sobrinho (Dr. Manoel)	PDT	1.724
Márcia do Rocio Bittencourt Socreppa	PSDB	2.216
Mário Massao Hossokawa	PSDB	2.458
Marly Martin Silva	PPB	1.560
Paulo Mantovani	PSDB	1.874
Silvana Maria Ribeiro Borges	PT	1.581
Valter Viana	PHS	1.112
Walter Luiz Guerlles	PSDB	4.002
Suplentes que assumiram	Partido	Votos
Iran Negrão Ferreira (Dr. Iran)	PTB	1.231
Marco Antonio Almendra Meger	PFL	1.504
Umberto Crispim de Araújo	PMDB	1.168

Fonte: Câmara Municipal de Maringá / TRE-PR

Tabela 6 Vereadores de Maringá da 13ª Legislatura (2005-2008)

Nome	Partido	Votos
Altamir Antonio dos Santos (Altamir da Mercearia Pão de Ouro)	PR	3.467
Aparecido Domingos Regini (Zebrão)	PP	4.898
Belino Bravin Filho	PP	6.422
Dorival Ferreira Dias	PSDB	2.079
Edith Dias de Carvalho (Profª Edith Dias)	PP	3.009
Francisco Gomes dos Santos (Chico Caiana)	PTB	2.584
Humberto José Henrique	PT	2.112
João Alves Correa (John)	PMDB	5.098
Márcia do Rocio Bittencourt Socreppa	PSDB	2.531
Mário Massao Hossokawa	PMDB	3.413
Mário Sérgio Verri	PT	2.523
Marly Martin Silva	PFL	3.336
Odaír de Oliveira Lima (Odaír Fogueteiro)	PTB	2.342
Valter Viana	PHS	2.934
Walter Luiz Guerlles	PL	4.809
Suplentes que assumiram	Partido	Votos
Norma Deffune Leandro (Profª Norma)	PP	1.924
Umberto Carlos Becker	PPS	3.049

Fonte: Câmara Municipal de Maringá / TRE-PR

Tabela 7 Vereadores de Maringá da 14ª Legislatura (2009-2012)

Nome	Partido	Votos
Aparecido Domingos Regini (Zebrão)	PP	2.921
Belino Bravin Filho	PP	4.265
Carlos Eduardo Sabóia (Dr. Sabóia)	PMN	2.083
Evandro Buquera Freitas Oliveira Júnior	PSDB	3.220
Flávio Marcelo Gonçalves Vicente	PSDB	4.250
Heine Santa Rosa Macieira (Dr. Heine)	PP	3.243
Humberto José Henrique	PT	3.681
João Alves Correa (John)	PMDB	2.133
Luiz Carlos Clóvis (Luiz do Postinho)	PRP	1.820
Manoel Álvares Sobrinho (Dr. Manoel)	PC do B	2.791

Mário Sérgio Verri	PT	3.077
Mário Massao Hossokawa	PMDB	3.002
Marly Martin Silva	DEM	2.180
Paulo Soni (Dr. Paulo Soni)	PSB	1.551
Wellington Andrade	PRP	4.862
Suplentes que assumiram	Partido	Votos
Márcia do Rocio Bittencourt Socreppa	PSDB	2.867
Ailton Carlos Schiavone (Ton Schiavone)	PRP	1.485

Fonte: Câmara Municipal de Maringá / TRE-PR

Elegemos apenas os vereadores que obtiveram um mandato neste período, incluindo também os suplentes que eventualmente assumiram – ainda que estes possuam diferença no período que estiveram na Câmara Municipal. Justificamos a inclusão dos suplentes pelo método posicional, ou seja, posicionalmente optamos por estudar quem foi vereador em Maringá de 1997 a 2010, excluindo o espaço temporal no exercício da atividade legislativa.

Assim, cinquenta e sete parlamentares assumiram vagas na Câmara Municipal de Maringá no período, de um total de setenta e duas cadeiras disponíveis. Destes cinquenta e sete parlamentares, quarenta e oito foram eleitos diretamente e nove foram os suplentes que assumiram ao longo dos mandatos. Resumindo: foram 72 cadeiras disponíveis, sendo duas legislaturas com 21 cadeiras e duas com 15; destas vagas, 57 foram os eleitos e reeleitos; e destes 57 vereadores, 48 foram os eleitos/reeleitos nos pleitos ocorridos e 9 são os suplentes que assumiram ao decorrer dos mandatos.

Isto demonstra que aproximadamente 66% da quantidade de cadeiras foram preenchidas por novos vereadores¹³, ou seja, as alterações na composição da Câmara Municipal de Maringá no período analisado evidenciam as mudanças ocorridas. Portanto, podemos afirmar que houve grande movimentação de vereadores nestes 14 anos no parlamento maringaense, com alta incidência de novos personagens no cenário político local.

¹³ Exceto os suplentes, totalizando assim 48 vereadores para 72 vagas.

Dispondo das variáveis apresentadas quanto às notas metodológicas sobre o estudo das elites (origem familiar, origem sócio-profissional e de classe, escolaridade, trajetória política e vínculos sociais e institucionais), pretendemos analisar a seguir cada ponto como uma característica deste grupo de vereadores e, posteriormente, delinear os perfis de cada legislatura e da soma das mesmas.

3.2 Escolaridade

A questão proposta quanto à escolaridade dos vereadores diz respeito às variáveis elite política *versus* alta escolaridade. Há a confirmação da hipótese “elite política é altamente escolarizada” no caso destes parlamentares? Se houver tal confirmação, a elite política parlamentar maringense não difere da elite política paranaense, conforme apontam Codato e Gouvêa (2007), que 89% dos Deputados Estaduais de 1995 a 2002 possuíam o ensino superior completo.

Verificamos que, dos vereadores que obtiveram mandato nas quatro legislaturas que envolvem a pesquisa, 54,5% possuem ensino superior completo. Acrescido àqueles que ainda cursam o ensino superior ou acabaram por não concluir o mesmo, o percentual eleva-se para 66,7%, ou seja, dois terços dos 57 parlamentares já frequentaram cursos universitários. Somados aos que concluíram o ensino médio, atingimos 89,6% dos vereadores, números que nos permite apontar que a Câmara Municipal de Maringá neste período pode ser caracterizada como um legislativo de alta escolaridade por duas vias: considerando os que já cursaram ou cursam um ensino superior ou os que ao menos encerram os estudos médios, como podemos verificar na tabela abaixo:

Tabela 8 Escolaridade dos vereadores de Maringá (1997-2012)

Grau de Escolaridade	Quantidade de vereadores	Porcentual
Superior Completo	31	54,5
Superior Incompleto	07	12,2
Ensino Médio	13	22,9
Ensino Médio Incompleto	03	5,2
Ensino Fundamental	03	5,2
Total	57	100%

Fonte: banco de dados do autor

Segundo o censo demográfico de 2000, a população maringaense possui alto índice de alfabetização, com média de 88% entre todas as faixas etárias. Quanto ao tempo de estudo dos responsáveis pelos domicílios do município, apenas 7,3% estudou menos de um ano ou não possui instrução, enquanto 11,77% estudou mais de quinze anos. As maiores incidências em anos de estudos dos maringaenses aparecem entre 4 e 7 anos (26,75% da população) e 11 a 14 anos de estudo (24,69% da população). Se considerarmos que para atingir o ensino fundamental o aluno passa ao menos 8 anos estudando, a média de estudo da população é superior aos patamares dos vereadores que concluíram o ensino fundamental ou atingiram o médio, com 10,4%, isto é, se confrontarmos a parcela dos maringaenses que concluíram o ensino fundamental (10,4%) com os vereadores de mesmo grau de instrução (5,2%), há maior grau de instrução da população. Todavia, se considerarmos que 66,7% dos vereadores cursam ou já cursaram o ensino superior (necessitando, portanto, ao menos 11 anos de estudo) o índice supera a parcela da população que possivelmente atingiu o ensino superior (24,69%) e dos que já fatalmente o concluíram (11,77%).

Quanto à hipótese de que há algum curso superior ou técnico que favorece o ingresso na carreira política, salientamos a predominância dos formados ou que

cursam direito, com 21,1% dos vereadores, seguido pelos médicos, com seis vereadores. Se considerarmos os cursos por grupo profissional, oito estão ligados à área da saúde (Medicina, Farmácia e Odontologia), número que ainda não supera a quantidade de bacharéis em direito – indicando uma inclinação da atividade legislativa relacionada ao direito.

Tabela 9 Cursos superiores e/ou técnicos realizados pelos vereadores de Maringá (1997-2012)

Curso	Quantidade de vereadores	Porcentual
Direito	12	21,1
Medicina	06	10,6
Outros	04	7,0
Administração	03	5,2
Pedagogia	03	5,2
Comunicação	02	3,5
Serviço Social	02	3,5
Farmácia	01	1,7
Matemática	01	1,7
Economia	01	1,7
Ciências Contábeis	01	1,7
Filosofia	01	1,7
Odontologia	01	1,7
Teologia	01	1,7
Sem formação	18	32,0
Total	57	100%

Fonte: banco de dados do autor

Se não considerarmos as quatro legislaturas envolvidas no período como um bloco homogêneo, mas analisando-as em separado, constatamos que a 11ª Legislatura, de 1997 a 2000, é a com maior grau de instrução, com mais de 70% dos parlamentares possuindo grau superior, uma tendência que caiu nas legislaturas subsequentes – mantendo-se nos últimos oito anos. Todavia, o número de vereadores com grau superior incompleto (tanto os que não concluíram o curso como os estudantes), cresceu desde 1997, ampliando a quantidade de parlamentares com curso superior.

Paralelamente, a parcela dos vereadores que já concluíram o ensino médio aumentou, saltando de 14,3% na 11ª Legislatura para 33,3% na 14ª Legislatura. Tal número demonstra um indício de permeabilidade quanto à escolaridade da elite política local, no sentido de que há mais vereadores graduados até o ensino médio dos 18,7% que representam o período.

Tabela 10 Escolaridade dos vereadores de Maringá por legislatura (1997-2012)

Grau de Escolaridade	11ª Legislatura		12ª Legislatura		13ª Legislatura		14ª Legislatura	
	Nº Ver.	%	Nº Ver.	%	Nº Ver.	%	Nº Ver.	%
Superior Completo	15	62,7	13	54,3	8	47,1	9	53,1
Superior Incompleto	2	8,3	4	16,7	2	11,7	2	11,7
Ensino Médio	5	20,8	5	20,8	5	29,4	5	29,4
Ensino Médio Incompleto	1	4,1	1	4,1	1	5,8	1	5,8
Ensino Fundamental	1	4,1	1	4,1	1	5,8	0	0
Total	24	100%	24	100%	17	100%	17	100%

Fonte: banco de dados do autor

Portanto, verifica-se que a escolaridade dos vereadores é maior, proporcionalmente à população, sem contudo representar uma grande discrepância, visto o alto grau de instrução do colégio eleitoral maringaense.

3.3 Origem familiar

Em relação à origem familiar dos vereadores pesquisados, verificamos que apenas seis parlamentares possuem algum grau de parentesco no cenário político local. Para isto, realizamos um levantamento histórico-familiar simples, no intuito de identificar se houve algum Vereador, Prefeito, Deputado Estadual ou Deputado Federal membro das famílias dos 57 parlamentares do período.

Belino Bravin Filho, vereador durante os quatro mandatos pesquisados, figura entre estes quatro nomes, já que seu pai, Belino Bravin, foi vereador durante a 4ª Legislatura (1964-1969), eleito pelo PDC com 412 votos. Maria Arlene de Lima também é filha de um ex-vereador, Ary de Lima, que legislou durante os anos de 1964-1969 (4ª Legislatura) e 1969-1973 (5ª Legislatura), deixando o legislativo em 1971, após ter sido eleito Deputado Federal em 1970.

Já Marco Antonio Almendra Meger, suplente na 12ª Legislatura por ocasião do afastamento de Edmar Arruda para concorrer à Prefeitura de Maringá, é filho do ex-Deputado Federal, que assumiu em 1999, filiado ao PFL, o mesmo partido de Marco na época. Valdomiro assumiu o mandato nas mesmas condições do filho (como suplente), passando apenas sete meses na Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara durante o biênio 1997-1998, Ulisses de Jesus Maia Kotsifas, vereador durante a 11ª Legislatura, teve o irmão, Ricardo Aparecido Maia Kotsifas vereador na 9ª e 10ª Legislaturas, de 1989 a 1996. Eleito para o primeiro mandato com 1.519 votos e para o segundo com 722 votos (ambos pelo PDT), Ricardo Maia ainda foi Deputado Estadual de 1998 a 2002. Tais fatos demonstram a presença da família Maia na década de 1990 na política maringaense: ao término do mandato de vereador, Ricardo Maia lançou o irmão mais novo, Ulisses, que além de eleito, presidiu o parlamento local e, conseqüentemente, pode ter colaborado para a eleição do irmão.

A mesma relação de parentesco ocorre com Mário Sérgio Verri, vereador durante a 13ª e 14ª Legislaturas. Integrante do PT, Mário assumiu o primeiro mandato em 2005 e, no ano seguinte, seu irmão, Enio José Verri, foi eleito para o cargo de Deputado Estadual. Enio foi reeleito em 2010 para seu segundo mandato como Deputado Estadual. Ambos já possuíam experiência na administração pública

como secretários municipais do governo de José Cláudio Pereira Neto, prefeito de Maringá de 2001 a 2003.

O último mandatário com algum político na família é o vereador Evandro Buquera de Oliveira Freitas Júnior. Ainda que distante em relação aos casos anteriores, Evandro Júnior é neto do ex-Deputado Estadual Hermas Eurides Brandão, que possui extensa carreira política: Prefeito de Andirá (1977-1982) e Deputado Estadual por seis mandatos, de 1982 a 2002, Hermas ainda foi Governador do Paraná de Setembro de 2006 a Janeiro de 2007, após a licença do titular, Roberto Requião. A exemplo do avô, Evandro Junior foi eleito Deputado Estadual em 2010.

Deste modo, constatamos que a origem familiar não é um fator preponderante para a obtenção de um mandato como vereador em Maringá – perfazendo 10,5% do total de parlamentares, e tampouco há presença da dominação tradicional segundo Max Weber (COHN, 2005). Logo, possuir algum membro na família no cenário da política local é uma condição que não favorece os postulantes para o cargo neste período analisado, o que implica dizer ainda que, por esse dado, fica difícil constatar a presença de “oligarquias” na política maringaense.

3.4 Vínculos sociais e institucionais

Qual a importância dos vínculos sociais e o pertencimento às instituições pelos vereadores quanto à obtenção de um mandato? Considerando esta pergunta, realizamos um levantamento dos perfis de cada parlamentar, identificando a participação em entidades, instituições, movimentos religiosos, sociais, entre outros. Tal questão é pertinente para a pesquisa, pois mesmo que os vínculos estabelecidos

pelos vereadores não ofereçam uma garantia da presença destes na elite política local, podemos cruzar estes dados com a origem social e a ocupação dos parlamentares, a fim de compreender os perfis políticos (individual e do grupo).

Acerca dos vínculos sociais, ponderamos que estabelecê-los é tarefa difícil, pois é muito difícil mensurar o relacionamento dos vereadores com os integrantes da elite social maringaense – e, sobretudo, quem faz parte desta elite social, ou seja, há um padrão para pertencer à elite social na cidade? E mais: como e quais valores utilizar para medir o grau de amizade ou envolvimento de um vereador com um grande empresário local, por exemplo? Mesmo que se entrevistássemos cada um dos 57 parlamentares pesquisados, será que eles responderiam com sinceridade nossas perguntas sobre suas relações sociais? Diante destas “dificuldades”, descartamos a hipótese de identificar e medir estes vínculos, optando por verificar apenas o grau de parentesco no item origem familiar.

Por outro lado, os vínculos institucionais mantidos pelos vereadores são mais evidentes e passíveis de classificação. Levantamos assim os vínculos estabelecidos por cada parlamentar e elaboramos uma lista das principais entidades que estes participam ou participaram. Além das entidades, optamos por incluir na lista alguma característica peculiar do vereador quando comparada com as dos demais parlamentares, como por exemplo, um comércio que interfira diretamente enquanto condição para obter o mandato, participações artísticas, culturais, desportivas, entre outras. Eis a relação:

Tabela 11 Vínculos institucionais dos vereadores de Maringá (1997-2012)

Vereador	Vínculo institucional
Ailton Carlos Schiavone	Pastor, atuação na ordem dos pastores de Maringá e na Igreja Adventista
Aldi Cezar Mertz	Presidente do Maringá Esportes Iguatemi e Presidente do Sindicato dos

	Bancários
Altamir Antonio dos Santos	Proprietário da Merceria Pão de Ouro
Antonio Carlos Marcolin	-
Aparecida Fabiana Corrêa (Bia)	Líder da Pastoral de Juventude (Igreja Católica)
Aparecido Domingos Regini (Zebrão)	Presidente do Grêmio Metropolitano Maringá
Basílio Baccarin	Presidente do Instituto da Árvore de Maringá e Ex-Diretor do Colégio Gastão Vidigal
Belino Bravin Filho	-
Carlos Eduardo Sabóia	-
Décio Sperandio	Ex-reitor da UEM 1990-1994, 2007-2010, diretor da APIESP
Divanir Braz Palma	-
Divanir Moreno Tozati	Presidente da Associação Paranaense do Quarto de milha
Dorival Ferreira Dias	Atuação na Associação dos servidores públicos de Maringá, presidente por diversos mandatos
Edith Dias de Carvalho	-
Edmar de Souza Arruda	Secovi, Sinduscon, ACIM, Instituto Isis Bruder, ANPR
Edson Roberto Brescansin (Beto)	-
Evandro Buquera de Freitas Oliveira Junior	Tabelião Substituto do Cartório 3º Registro de Imóveis de Maringá
Flávio Marcelo Gonçalves Vicente	Rotary Club Cidade Ecológica, Presidente 2009-10
Francisco Chico Coutinho Neto	-
Francisco Gomes dos Santos (Chico Caiana)	Atuação na Igreja Adventista – ancião ¹⁴
Geremias Vicente da Silva	Pastor da Congregação Cristã no Brasil
Heine Santa Rosa Macieira	-
Humberto José Henrique	Conselheiro tutelar e líder da pastoral da juventude na igreja católica
Iran Negrão Ferreira	-
João Alves Correa (John)	-
João Batista Beltrame (Joba)	Atuação na igreja católica e como palestrante em equipes de futebol da cidade
João Borri Primo	-
José Maria dos Santos (Cabo Zé Maria)	Atuação na Associação dos cabos e soldados
Luiz Carlos Clóvis	-
Manoel Álvares Sobrinho	-
Manoel Batista da Silva Júnior	Ex-jogador de futebol do Marília Atlético Clube
Márcia do Rocio Bittencourt Socreppa	-
Marco Antonio Almendra Meger	-

¹⁴ O ancião na igreja adventista é o substituto do pastor.

Maria Arlene de Lima	Membro da Academia de Letras de Maringá, Presidente do Lar Betânia
Mário Massao Hossokawa	ACEMA – membro do conselho executivo
Mário Sérgio Verri	Espaço Nelson Verri (líder)
Marly Martin Silva	Lions Clube, Casa Lar Talita, atuação na Igreja Adventista
Miguel Vieira dos Santos Oliveira	-
Norma Deffune Leandro	Lions Clube e ex-diretora do Instituto de Educação de Maringá
Odair de Oliveira Lima (Odair Fogueteiro)	Proprietário de Casa de Fogos na Avenida Paraná
Pastor Nilton Tuller	Pastor, atuação na Igreja Molivi, Cantor
Paulo Mantovani	-
Paulo Sunao Kato	-
Paulo Soni	Músico
Roosevelt Carneiro de Freitas	Presidente de Associação de Bairro
Serafina Martins Carrilho	Presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer
Shinji Gohara	ACEMA – diretor, membro renovação carismática católica
Shudo Yasunaga	ACEMA – Conselho executivo, ABRAC – Assoc. Brasileira da Canção (karaokê japonês), Parque do Japão
Silvana Maria Ribeiro Borges	SINTEEMAR, sendo Tesoureira
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas	Presidente do Centro Acadêmico de Direito da UEM, Membro Academia Maringaense de Letras
Umberto Carlos Becker	Presidente do Grêmio Maringá ¹⁵
Umberto Crispim de Araújo	-
Valdir Pignata	Rotary Club Maringá Cidade Ecológica
Valter Viana	Renovação carismática católica, Ministro Extraordinário da Comunhão Eucarística
Victor Manoel Hoffmeister	-
Walter Luiz Guerlles	Jogador de futebol
Wellington Andrade	Radialista

Fonte: banco de dados do autor

Em seguida, dividimos os vínculos institucionais dos vereadores em oito subcategorias, a saber: 1) Entidades e clubes de serviço – instituições voltadas para filantropia, clubes de serviço, lojas maçônicas, entre outras; 2) Sindicatos e associações classistas – sindicatos de classe e outras associações do mesmo

¹⁵ O Grêmio Maringá que Becker preside é o GEM de Esportes Maringá, uma tentativa de desportistas da cidade em fundar um Grêmio semelhante ao do antigo Grêmio Maringá, que foi tri-campeão paranaense (1963/1964/1977).

gênero; 3) Clubes de futebol – diretores e ex-futebolistas; 4) Identificação religiosa – participação ativa na respectiva igreja e posicionamento de destaque na mesma; 5) Instituições de ensino – reitores e diretores de faculdades e colégios; 6) Clubes – cargos na diretoria de clubes esportivos de Maringá; 7) Conselhos municipais e associações de moradores; 8) Outros.

Optamos por incluir os vereadores em mais de uma categoria quanto àqueles que possuem mais de um vínculo. A tabela abaixo demonstra o resultado da incidência de vínculos institucionais, ou seja, considerando assim a quantidade de vínculos em que os parlamentares se associaram – e não o número de vereadores por vínculo, já que alguns vereadores pertencem a mais de uma categoria. Logo, a soma da tabela obedece à divisão vínculos institucionais por vereadores – e não ao total de 57 parlamentares, pois conforme dito, há vereadores que se encaixam em mais de um vínculo institucional e, assim, incluímo-los em mais de uma categoria.

Em primeiro lugar, destacamos que mais de um terço dos vereadores pesquisados participam ou participaram de alguma entidade direcionada à prática da filantropia – ainda que pertencessem aos clubes de serviço, o objetivo destes é praticamente o mesmo. Em segundo lugar, há a predominância dos que possuem alguma identificação religiosa, isto é, aqueles que possuem participação ativa em pastorais, grupos ou que possuem funções destacadas nas igrejas. Todavia, se considerarmos que outros três vereadores detêm posição de destaque em clubes esportivos, o vínculo com o desporto assumiria o segundo lugar, com nove parlamentares.

Tabela 12 Incidência de vínculos institucionais dos vereadores de Maringá por grupo de vínculo (1997-2012)

Tipo de vínculo	Vínculos / Vereadores	Porcentual
Entidades e clubes de serviço	14	27,1

Sindicatos e Associações classistas	10	19,2
Identificação religiosa	09	17,3
Clubes de futebol	06	11,5
Instituições de ensino	03	5,7
Clubes	03	5,7
Conselhos municipais e associações de moradores	02	3,9
Outros	05	9,6
Total	52	100%

Fonte: banco de dados do autor

Podemos considerar que os vínculos institucionais dos vereadores de Maringá do período estudado são de médio para alto, pois 36 dos 57 vereadores possuem algum tipo de vínculo. Destes, a participação nas entidades assistenciais, nas associações classistas/sindicais e no campo religioso são as de maior evidência, caracterizando-os assim como integrantes da elite institucional da cidade, assumindo posicionamento de destaque nas instituições – na maioria das vezes em cargos de direção das mesmas.

Em vista desta inserção social, questionamos: qual o impacto dos vínculos institucionais estabelecidos e o que significa a tríade entidades assistenciais / sindicatos e associações classistas / religiosidade liderar a vinculação social destes parlamentares? Segundo Mills (1968), o triunvirato do poder nos Estados Unidos perpassa pela política, forças armadas e economia, compondo assim as altas rodas da sociedade. Estas altas rodas são frequentadas por pessoas de base social e psicológicas parecidas e que possuem interesses em comum – no geral, para pertencer à elite é necessário atuar em mais de um campo. Nesta definição, Mills caracteriza a elite social como uma espécie de “igrejinha”, isto é, com os membros unidos, coesos, partilhando de um interesse comum e participando dos mesmos espaços.

Salientamos que para pertencer à elite, conforme Mills, não basta apenas atuar politicamente, ou seja, é preciso uma inserção social maior, estabelecendo

vínculos institucionais além do campo político. Nesta medida, apontamos que os vereadores de Maringá do período possuem uma vinculação social média/alta e a participação destes nas instituições sociais permite dizer que estes buscam um posicionamento enquanto elite da sociedade – e não somente como elite política local. Outrossim, para pertencerem à esta condição de elite social, os parlamentares associaram-se preferencialmente em três modalidades: os clubes de serviço e entidades sociais, voltados para o voluntariado e que angariam um capital social relevante enquanto membros da elite social; a participação em grupos religiosos, fator importante em um universo ligado à religiosidade¹⁶; e os sindicatos e associações classistas, espaços também voltados para a socialização.

Assim, importa dizer que, conforme demonstrado por Tonella (1991), tendo em vista que Maringá é uma cidade de ocupação recente, esses espaços (clubes de serviço e entidades assistenciais, grupos religiosos e sindicatos e associaç) são pontos de agregação social de uma população majoritariamente migrante. Enfim, ter uma participação ativa nesses lugares gera visibilidade, o que é sempre um grande capital político

3.5 Trajetória política

Para identificarmos a trajetória política dos vereadores, utilizaremos três variáveis: 1) o histórico político de cada vereador e, sobretudo, as disputas prévias antes de assumir o primeiro mandato; 2) as idades em que os parlamentares assumiram o primeiro mandato até o término do último; 3) e a alternância partidária

¹⁶ Segundo dados do Observatório das Metrópoles, a composição populacional de Maringá segundo orientação religiosa divide-se em 73,72% de católicos, 21,15% de evangélicos e 5,13% de muçulmanos, budistas, espíritas, ateus e outros. http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/como_anda/como_anda_RM_maringa.pdf Acesso em: 02 fevereiro 2011.

no período, identificando as mudanças partidárias dos parlamentares. Estes pontos ajudam-nos a delinear o perfil dos vereadores de Maringá de 1997 a 2010 e colaboram para elucidar algumas perguntas: há alguma trajetória específica para se tornar vereador na cidade? Existe uma faixa etária específica para se tornar vereador? Qual a inclinação política dos parlamentares pesquisados?

O levantamento do histórico político de cada vereador foi efetuado sob duas vertentes: antes de assumir o mandato e após a respectiva passagem pelo legislativo local. Diante da pequena quantidade de vereadores com alguma inserção política antes de se tornar vereador neste período, a carreira política prévia é pequena, uma vez que grande parte destas carreiras inicia-se após a vereança, isto é, para a maioria dos vereadores este foi (ou é) o primeiro mandato, galgando novos postos posteriormente. Ainda assim, consideramos as disputas eleitorais prévias, verificando as eleições disputadas por cada vereador até a obtenção do primeiro mandato (e após o mesmo) desde 1982¹⁷:

Tabela 13 Eleições 1982 – carreira política em disputas eleitorais dos vereadores de Maringá (1997-2010)

Candidato / Vereador	Partido	Votos	Situação
Paulo Mantovani	PMDB	2.101	Eleito
Mário Massao Hossokawa	PMDB	1.182	Suplente
Aldi Cezar Mertz	PMDB	891	Suplente
Victor Manoel Hoffmeister	PMDB	778	Suplente
Umberto Crispim de Araújo	PMDB	754	Suplente
Belino Bravin Filho	PDS	573	Suplente

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR)

Tabela 14 Eleições 1988 – carreira política em disputas eleitorais dos vereadores de Maringá (1997-2010)

Candidato / Vereador	Partido	Votos	Situação
Mário Massao Hossokawa	PMDB	2.042	Eleito
Edith Dias de Carvalho	PMDB	1.237	Eleito
Aldi Cezar Mertz	PDT	1.172	Eleito

¹⁷ Convém ressaltar que não houve eleição em 1986, já que os mandatos no Brasil entre 1983 e 1988 duraram seis anos.

Paulo Mantovani	PTB	1.034	Eleito
Victor Manoel Hoffmeister	PMDB	1.119	Eleito
Umberto Crispim de Araújo	PMDB	754	Suplente
Belino Bravin Filho	PL	749	Suplente
João Alves Correa	PMDB	704	Suplente
Francisco Chico Coutinho Neto	PTB	478	Suplente
Divanir Moreno Tozati	PMDB	461	Suplente
Iran Negrão Ferreira	PL	07	Suplente

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR)

Tabela 15 Eleições 1992 – carreira política em disputas eleitorais dos vereadores de Maringá (1997-2010)

Candidato / Vereador	Partido	Votos	Situação
Umberto Crispim de Araújo	PMDB	1.560	Eleito
Belino Bravin Filho	PFL	1.386	Eleito
Victor Manoel Hoffmeister	PSC	1.127	Eleito
Manoel Batista da Silva Junior	PL	991	Eleito
João Alves Correa	PMDB	933	Eleito
Valdir Pignata	PST	866	Eleito
Serafina Martins Carrilho	PDS	743	Eleito
Francisco Chico Coutinho Neto	PMDB	719	Eleito
Edith Dias de Carvalho	PSDB	684	Eleito
Divanir Moreno Tozati	PFL	832	Suplente
José Maria dos Santos	PT	647	Suplente
Roosevelt Carneiro de Freitas	PMDB	626	Suplente
Maria Arlene de Lima	PMDB	600	Suplente
Paulo Mantovani	PST	593	Suplente
Aldi Cezar Mertz	PDT	504	Suplente
João Borri Primo	PFL	488	Suplente
Ailton Carlos Schiavone	PDS	317	Suplente

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR)

Tabela 16 Eleições 1996 – carreira política em disputas eleitorais dos vereadores de Maringá (1997-2010)

Candidato / Vereador	Partido	Votos	Situação
Francisco Chico Coutinho Neto	PDT	1.387	Suplente
Victor Manoel Hoffmeister	PSDB	1.078	Suplente
Walter Guerlles	PSDB	1.028	Suplente
Paulo Sunao Kato	PPB	990	Suplente
Ailton Carlos Schiavone	PPB	955	Suplente
Umberto Crispim de Araújo	PMDB	932	Suplente
Dorival Dias	PSDB	921	Suplente
Marly Martin Silva	PPB	912	Suplente
Manoel Álvares Sobrinho	PSB	840	Suplente
Antonio Carlos Marcolin	PTB	758	Suplente
Silvana Maria Ribeiro Borges	PT	608	Suplente
Aparecido Domingos Regini (Zebrão)	PP	518	Suplente
Francisco Gomes dos Santos	PFL	490	Suplente

(Chico Caiana)			
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR)			

Tabela 17 Eleições 2000 – carreira política em disputas eleitorais dos vereadores de Maringá (1997-2010)

Candidato / Vereador	Partido	Votos	Situação
Manoel Batista da Silva Júnior	PTB	39.281	Prefeito ¹⁸
Ulisses Maia de Jesus Kotsifas	PPS	6.371	Prefeito
Pastor Nilton Tuller	PL	1.697	Suplente
Basílio Baccarin	PSDB	1.597	Suplente
Aldi Cezar Mertz	PDT	1.521	Suplente
Marco Antonio Almendra Meger	PFL	1.504	Suplente
Ailton Carlos Schiavone	PPB	1.503	Suplente
Paulo Sunao Kato	PPB	1.465	Suplente
Iran Negrão Ferreira	PTB	1.231	Suplente
Umberto Carlos Becker	PST	1.172	Suplente
Umberto Crispim de Araújo	PMDB	1.168	Suplente
Francisco Gomes dos Santos (Chico Caiana)	PSD	1.144	Suplente
Shinji Gohara	PHS	978	Suplente
João Borri Primo	PPB	952	Suplente
Victor Manoel Hoffmeister	PSDB	898	Suplente
Aparecida Fabiana Correa	PT	819	Suplente
Francisco Chico Coutinho Neto	PTB	819	Suplente
Maria Arlene de Lima	PMDB	742	Suplente
Roosevelt Carneiro de Freitas	PTB	250	Suplente

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR)

Tabela 18 Eleições 2004 – carreira política em disputas eleitorais dos vereadores de Maringá (1997-2010)

Candidato / Vereador	Partido	Votos	Situação
Manoel Batista da Silva Júnior	PTB	37.557	Prefeito
Edmar de Souza Arruda	PPS	25.915	Prefeito
João Batista Beltrame (Joba)	PV	7.799	Prefeito
Umberto Carlos Becker	PPS	3.049	Suplente
Flavio Marcelo Gonçalves Vicente	PPS	2.826	Suplente
Manoel Álvares Sobrinho	PV	2.445	Suplente
Pastor Nilton Tuller	PSB	1.937	Suplente
Norma Deffune Leandro	PP	1.924	Suplente
Heine Santa Rosa Macieira	PP	1.891	Suplente
Antonio Carlos Marcolin	PTB	1.885	Suplente
Marco Antonio Almendra Meger	PTB	1.815	Suplente
Iran Negrão Ferreira	PTB	1.795	Suplente
Paulo Sunao Kato	PPS	1.778	Suplente
Wellington Andrade Freitas	PRTB	1.571	Suplente
Edson Roberto Brescansin	PT	1.537	Suplente

¹⁸ Incluímos também as candidaturas à Prefeitura Municipal por conta que levantamos todas as eleições municipais disputadas por quem exerceu a vereança no período pesquisado.

Luiz Carlos Clóvis	PRTB	1.494	Suplente
Ailton Carlos Schiavone	PP	1.460	Suplente
Silvana Maria Ribeiro Borges	PT	1.333	Suplente
Paulo Mantovani	PSDB	1.283	Suplente
João Borri Primo	PFL	1.241	Suplente
Francisco Chico Coutinho Neto	PSB	699	Suplente

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR)

Tabela 19 Eleições 2008 – carreira política em disputas eleitorais dos vereadores de Maringá (1997-2010)

Candidato / Vereador	Partido	Votos	Situação
Manoel Batista da Silva Júnior	PMN	10.198	Prefeito
Márcia do Rocio Bittencourt Socreppa	PSDB	2.867	Suplente
Altamir Antonio dos Santos	PR	2.672	Suplente
Francisco Gomes dos Santos	PTB	2.507	Suplente
Dorival Dias	PSDB	2.276	Suplente
Odair de Oliveira Lima (Odair Fogueteiro)	PTB	2.041	Suplente
João Borri Primo	PMN	1.995	Suplente
Umberto Carlos Becker	PTB	1.964	Suplente
Valter Viana	PHS	1.953	Suplente
Edith Dias de Carvalho	PP	1.350	Suplente
Norma Deffune Leandro	PP	1.284	Suplente
Umberto Crispim de Araújo	PMDB	1.193	Suplente
Paulo Mantovani	PRP	566	Suplente
Roosevelt Carneiro de Freitas	PR	233	Suplente

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR)

Destes parlamentares, os que mais disputaram eleições foram Paulo Mantovani (sete disputas), seguido de Belino Bravin Filho, Edith Dias de Carvalho, João Alves Corrêa (John), Umberto Crispim de Araújo e Mário Massao Hossokawa, cada um destes com seis disputas eleitorais. Assim, Paulo Mantovani está no cenário político de Maringá desde 1982, sendo o vereador que permanece por mais tempo disputando uma cadeira na Câmara Municipal. Entretanto, para a eleição de Mantovani, bastou apenas uma disputa – ou seja, eleito em 1982 quando de seu ingresso na política. Do mesmo modo, oito parlamentares disputaram apenas uma eleição e conseguiram se eleger: alguns estreantes no legislativo maringaense em 2008, isto é, pelo escopo de parlamentares escolhidos, pudemos apenas constatar a

eleição na respectiva estreia – casos de Carlos Eduardo Sabóia, Evandro Júnior e Paulo Soni; outros foram vereadores por apenas uma vez e não mais disputaram eleições – Décio Sperandio, Divanir Braz Palma¹⁹, Geremias Vicente da Silva, Miguelzinho de Oliveira e Shudo Yasunaga.

Tabela 20 Eleições disputadas pelos vereadores de Maringá até obter o primeiro mandato(1997-2012)

Eleições até obter o 1º mandato	Quantidade de vereadores	Porcentual
Uma disputa	29	51,0
Duas disputas	24	42,1
Três disputas	03	5,2
Cinco disputas	01	1,7

Fonte: banco de dados do autor.

Na tabela acima, constatamos que a média de disputa para obtenção de uma cadeira na Câmara Municipal de Maringá no período é de apenas uma eleição, isto é, quem se candidatou a vereador primeira vez acabou se elegendo – caso de 29 parlamentares. Entretanto, para se eleger vereador não basta apenas disputar uma eleição, não significando portanto que qualquer candidato à vereança pela primeira vez se elegerá, necessitando assim estabelecer vínculos institucionais e trajetória política, por exemplo.

Ainda assim, se somarmos todas as eleições disputadas pelos vereadores de Maringá no período, o primeiro lugar se concentra naqueles que disputaram duas eleições ao menos, com 33,3%, seguido por três disputas com 22,9%. Salientamos que, a rigor, apenas oito parlamentares disputaram uma única eleição e se elegeram, retirando-se posteriormente do cenário político. Logo, os demais 21 parlamentares que se elegeram pela primeira vez (Tabela 20) continuaram disputando eleições municipais em Maringá.

¹⁹ Divanir Braz Palma foi eleito Deputado Estadual em 1998 e não mais disputou eleições municipais.

Tabela 21 Média de eleições disputadas pelos vereadores de Maringá (1997-2012)

Eleições disputadas no total	Quantidade de vereadores	Porcentual
Uma eleição	08	14,0
Duas eleições	19	33,3
Três eleições	13	22,9
Quatro eleições	05	8,8
Cinco eleições	06	10,6
Seis eleições	05	8,7
Sete eleições	01	1,7

Fonte: banco de dados do autor.

Verificamos que após a obtenção de um mandato de vereador, há facilidade para permanência no cenário político – mas não em cargos eletivos ascendentes, como Deputado e Prefeito, por exemplo. Alguns²⁰ dos vereadores pesquisados obtiveram sucesso nas eleições para Deputado Estadual e Deputado Federal, mas esta é uma tendência que não se manteve ao longo dos anos. Dias e Tonella (1999) destacavam a eleição para a Câmara Municipal como primeiro passo de uma carreira política:

O Legislativo municipal tende a ser a esfera mais acessível para o cidadão aspirar a ser um representante popular. O exercício do mandato de vereador tanto propicia o amadurecimento quanto consolida e amplia a representatividade política. A partir dessa experiência, muitos aspiraram a realizar novos vãos políticos (DIAS & TONELLA, 1999, p. 85).

Assim, constatamos na tabela abaixo as trajetórias políticas dos vereadores antes de assumir o primeiro mandato e após o mesmo. Destes, treze já havia cumprindo ao menos um mandato como vereador antes de 1997, sendo que sete vinham de reeleição da 10^a Legislatura (1993-1996), ou seja, a primeira antes do

²⁰ Para Deputado Estadual são os casos de Divanir Braz Palma e Serafina Martins Carrilho (1998), Manoel Batista da Silva Júnior (2006 e 2010) e Evandro Buquera de Oliveira Freitas Júnior (2010); e para Deputado Federal Edmar de Souza Arruda (2010)

período estudado. Destaque também para os que exerceram cargo nas secretarias ou diretorias do município depois de sua passagem pela Câmara Municipal: quatorze vereadores, a maioria durante os dois mandatos do atual Prefeito, Silvio Magalhães Barros II. Ademais, Mário Massao Hossokawa foi vice-prefeito de 1993 a 1996, durante o segundo mandato de Said Felício Ferreira, o único dos 57 vereadores a ascender ao executivo.

Tabela 22 Trajetória política dos vereadores de Maringá antes de assumir o primeiro mandato e após a obtenção do mesmo (1997-2012)

Vereador	Trajetória política
Ailton Carlos Schiavone	-
Aldi Cezar Mertz	Vereador na 9ª Legislatura (1989-1992)
Altamir Antonio dos Santos	-
Antonio Carlos Marcolin	-
Aparecida Fabiana Corrêa (Bia)	-
Aparecido Domingos Regini (Zebrão)	-
Basílio Baccarin	Secretário Municipal (1997-2000)
Belino Bravin Filho	Vereador na 10ª Legislatura (1993-1996)
Carlos Eduardo Sabóia	-
Décio Sperandio	-
Divanir Braz Palma	Deputado Estadual (1999-2002)
Divanir Moreno Tozati	Suplente ²¹ na 10ª Legislatura (1993-1996)
Dorival Ferreira Dias	Diretor do Procon (2009-)
Edith Dias de Carvalho	Vereadora na 9ª (1989-1992) e 10ª Legislatura (1993-1996)
Edmar de Souza Arruda	Deputado Federal (2011-2014)
Edson Roberto Brescansin (Beto)	-
Evandro Buquera de Freitas Oliveira Junior	Deputado Estadual (2011-2014)
Flávio Marcelo Gonçalves Vicente	Secretário da Indústria, Comércio e Turismo (2005-06)
Francisco Chico Coutinho Neto	Vereador na 10ª Legislatura (1993-1996)
Francisco Gomes dos Santos (Chico Caiana)	-
Geremias Vicente da Silva	-
Heine Santa Rosa Macieira	Secretário da Saúde (2005)
Humberto José Henrique	-
Iran Negrão Ferreira	-

²¹ Suplente, que chegou a assumir o mandato.

João Alves Correa (John)	Vereador na 10ª. Legislatura (1993-1996)
João Batista Beltrame (Joba)	Secretário do Meio Ambiente e Turismo de Apucarana (2005-), Prefeito de Iguaraçu (1993-1996)
João Borri Primo	Administrador do Distrito de Iguatemi (2009-)
José Maria dos Santos (Cabo Zé Maria)	Suplente ²² na 10ª Legislatura (1993-1996), Chefe da Guarda Municipal
Luiz Carlos Clóvis	-
Manoel Álvares Sobrinho	-
Manoel Batista da Silva Júnior	Deputado Estadual (2006-2010/2011-2014), Vereador na 10ª Legislatura (1993-1996)
Márcia do Rocio Bittencourt Socreppa	Secretária de Educação (2009-10)
Marco Antonio Almendra Meger	-
Maria Arlene de Lima	-
Mário Massao Hossokawa	Vice-Prefeito 1993-1996, Vereador na 9ª. Legislatura (1989-1992)
Mário Sérgio Verri	Secretário Municipal de Esportes (2001-2004)
Marly Martin Silva	-
Miguel Vieira dos Santos Oliveira	-
Norma Deffune Leandro	Secretária de Educação (2005-2008)
Odair de Oliveira Lima (Odair Fogueteiro)	-
Pastor Nilton Tuller	Vereador na 10ª Legislatura (1993-1996)
Paulo Mantovani	Vereador na 8ª Legislatura (1983-1988) e 9ª Legislatura (1989-1992)
Paulo Sunao Kato	-
Paulo Soni	-
Roosevelt Carneiro de Freitas	-
Serafina Martins Carrilho	Deputada Estadual (1999-2002), Vereadora na 10ª Legislatura (1993-1996)
Shinji Gohara	Secretário da Indústria, Comércio e Turismo (2008-)
Shudo Yasunaga	Diretor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (2007-) e do Parque do Japão
Silvana Maria Ribeiro Borges	-
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas	Diretor do Procon (2005-2006), Chefe de Gabinete do Prefeito (2006-2010), Chefe do Núcleo Regional de Educação (2002)
Umberto Carlos Becker	-
Umberto Crispim de Araújo	Vereador na 10ª Legislatura (1993-1996)
Valdir Pignata	Secretário de Transportes, Diretor de

²² Suplente, que chegou a assumir o mandato.

	licitações da prefeitura, Vereador na 10ª Legislatura (1993-1996)
Valter Viana	Secretário de Desenvolvimento Econômico (2008-)
Victor Manoel Hoffmeister	Vereador na 9ª Legislatura (1989-1992), Vereador na 10ª Legislatura (1993-1996)
Walter Luiz Guerlles	Presidente do Serviço Autárquico de Obras Públicas (SAOP), Secretário de Transportes (2007-)
Wellington Andrade de Freitas	-

Fonte: banco de dados do autor

Além dos cargos de âmbito local, alguns parlamentares continuaram com as respectivas carreiras políticas, confirmando a vereança como primeiro passo e atividade preliminar para o futuro político, mesmo com a baixa incidência dos vereadores que impulsionaram suas trajetórias eletivas. João Batista Beltrame – o popular Joba, possui uma peculiaridade: foi prefeito de Iguaraçu (1993-1996) e transferiu-se para Maringá. Ao término do mandato (2001-2004), assumiu a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Apucarana, função que desempenha desde 2005.

Quanto aos Deputados Estaduais e Federais “genuinamente” maringaenses, confirmamos cinco casos. A dupla de vereadores da 11ª Legislatura Divanir Braz Palma e Serafina Martins Carrilho foi a primeira eleita (em 1998) para o cargo de Deputado Estadual. Braz Palma obteve 22.692 votos, enquanto que Serafina contabilizou 15.952 votos, ambos beneficiados pelo quociente eleitoral, face à pequena votação quando comparada à média dos demais eleitos. Cumpriram apenas o mandato de 1999 a 2002, já que Braz Palma desistiu de concorrer a um novo mandato e Serafina alcançou a quinta suplência em 2002, com 16.062 votos.

Manoel Batista da Silva Júnior, o Dr. Batista, encerrou suas atividades no legislativo maringaense em 2000, após o término de seu segundo mandato. Ainda naquele ano, Dr. Batista (pelo PTB) tentou se eleger Prefeito de Maringá, sendo

derrotado no segundo turno para José Cláudio Pereira Neto, do PT. Em 2002, disputou uma cadeira para Deputado Estadual pelo PSDB, obtendo 25.767 votos, o que garantiu a quinta suplência. Novamente, Batista disputou a prefeitura de Maringá em 2004, de volta ao PTB, atingindo 37.557 votos, terminando em terceiro lugar e, conseqüentemente, não passando à disputa do segundo turno. Somente em 2006 elegeu-se para um novo mandato, após obter 26.714 votos pelo PMN nas eleições para Deputado Estadual. Em 2010, Dr. Batista se reelegeu para o cargo, agora com 41.891 votos, também pelo PMN.

Evandro Buquera de Oliveira Freitas Júnior encerra o rol de Deputados Estaduais eleitos e que foram vereadores em Maringá no período pesquisado. Eleito vereador para a 14^a Legislatura, Evandro disputou o cargo de Deputado Estadual em 2010, sendo eleito com 41.083 votos pelo PSDB para o mandato de 2011 a 2014. É o novato tanto da Câmara Municipal (na época eleito com 20 anos) e da Assembleia Legislativa do Paraná, eleito com 22 anos.

Já Edmar de Souza Arruda é o único dos vereadores pesquisados eleito para Deputado Federal. Edmar foi vereador de 2001 a 2004 e, ao término do mandato, candidatou-se a Prefeito de Maringá pelo PPS, terminando o pleito em quarto lugar com 25.951 votos. Desde então, não se candidatou a mais nenhum cargo, retornando ao cenário político em 2010, quando foi eleito para o mandato de Deputado Federal (2011-2014), pelo PSC, com 61.309 votos.

3.6 Faixa etária

Sobre a faixa etária dos vereadores, elegemos a idade que o vereador possuía ao assumir o primeiro mandato e confrontamo-la com a idade ao término do

último mandato obtido, isto é, no fim da passagem pela Câmara Municipal. Como pesquisamos um espaço de tempo delimitado, alguns vereadores obtiveram mandato antes do período escolhido e outros ainda poderão assumir um novo mandato após 2012. Neste caso, consideramos a idade do vereador na primeira legislatura assumida (ainda que não compreendesse o período entre 1997 e 2012) até a o último ano da última legislatura, mesmo que este seja 2012. Eis os resultados:

Tabela 23 Faixa etária dos vereadores de Maringá (1997-2012)

Vereador	Idades entre mandato (s)	Tempo de permanência
Ailton Carlos Schiavone	55-58	4 anos
Aldi Cezar Mertz	37-48	12 anos
Altamir Antonio dos Santos	31-38	8 anos
Antonio Carlos Marcolin	54-57	4 anos
Aparecida Fabiana Corrêa (Bia)	21-24	4 anos
Aparecido Domingos Regini (Zebrão)	41-52	12 anos
Basílio Baccarin	62-65	4 anos
Belino Bravin Filho	46-65	20 anos
Carlos Eduardo Sabóia	62-65	4 anos
Décio Sperandio	46-49	4 anos
Divanir Braz Palma	54-57	4 anos
Divanir Moreno Tozati	-	4 anos
Dorival Ferreira Dias	47-54	8 anos
Edith Dias de Carvalho	36-55	20 anos
Edmar de Souza Arruda	42-45	4 anos
Edson Roberto Brescansin (Beto)	36-39	4 anos
Evandro Buquera de Freitas Oliveira Junior	21-24	4 anos
Flávio Marcelo Gonçalves Vicente	38-41	4 anos
Francisco Chico Coutinho Neto	36-43	8 anos
Francisco Gomes dos Santos (Chico Caiana)	41-44	4 anos
Geremias Vicente da Silva	-	4 anos
Heine Santa Rosa Macieira	58-61	4 anos
Humberto José Henrique	41-48	8 anos
Iran Negrão Ferreira	54-57	4 anos
João Alves Correa (John)	31-50	20 anos
João Batista Beltrame (Joba)	49-52	4 anos
João Borri Primo	48-51	4 anos
José Maria dos Santos (Cabo Zé Maria)	48-55	8 anos
Luiz Carlos Clóvis	50-53	4 anos

Manoel Álvares Sobrinho	55-66	12 anos
Manoel Batista da Silva Júnior	40-47	8 anos
Márcia do Rocio Bittencourt Socreppa	47-54	8 anos
Marco Antonio Almendra Meger	31-34	4 anos
Maria Arlene de Lima	60-63	4 anos
Mário Massao Hossokawa	42-65	24 anos
Mário Sérgio Verri	39-46	8 anos
Marly Martin Silva	42-53	12 anos
Miguelzinho de Oliveira	48-51	4 anos
Norma Deffune Leandro	63-66	4 anos
Odair de Oliveira Lima (Odair Fogueteiro)	36-39	4 anos
Pastor Nilton Tuller	54-61	8 anos
Paulo Mantovani	35-52	18 anos
Paulo Sunao Kato	43-46	4 anos
Paulo Soni	55-58	4 anos
Roosevelt Carneiro de Freitas	54-57	4 anos
Serafina Martins Carrilho	54-61	8 anos
Shinji Gohara	46-49	4 anos
Shudo Yasunaga	46-49	4 anos
Silvana Maria Ribeiro Borges	44-47	4 anos
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas	28-31	4 anos
Umberto Carlos Becker	40-43	4 anos
Umberto Crispim de Araújo	42-53	12 anos
Valdir Pignata	35-42	8 anos
Valter Viana	34-41	8 anos
Victor Manoel Hoffmeister	51-62	12 anos
Walter Luiz Guerlles	44-51	8 anos
Wellington Andrade de Freitas	28-31	4 anos

Fonte: banco de dados do autor

A maioria dos vereadores permanecem na Câmara Municipal durante 4 anos (31 casos), seguidos de 13 parlamentares que ficaram por 8 anos, outros 6 por 12 anos, 3 por 20 anos, um por 18 anos e um por 24 anos, Mário Massao Hossokawa, o recordista do período. Apesar da baixa permanência de tempo no legislativo municipal, obter um mandato de vereador significa ingressar no cenário político local, já que outros cargos são logo desempenhados – como apontado anteriormente.

A média etária entre os vereadores pesquisados para assumir o mandato figura entre os 41 e 50 anos e, ao final do mandato, entre os 51 e 60 anos. A tabela abaixo demonstra que, entre os 31 e 50 anos o vereador obtém o primeiro mandato

e, entre os 41 e 60 anos encerra sua passagem pela Câmara Municipal, ou seja, na média inicia-se a carreira após os 31 anos e a termina após os 51 anos, demonstrando assim que os maringaenses optam por pessoas mais experientes para o cargo de vereador, mas sem que sejam de idade avançada.

Tabela 24 Média de idade dos vereadores de Maringá ao assumir o mandato e ao término (1997-2012)

Faixa etária	Vereadores - início	Porcentual	Vereadores - fim	Porcentual
18-30	4	7,0	2	3,5
31-40	14	24,6	6	10,5
41-50	22	38,6	17	29,9
51-60	12	21,1	19	33,4
61-70	3	5,2	11	19,2
Sem inf.	2	3,5	2	3,5
Total	57	100	57	100

Fonte: banco de dados do autor

Quando comparada a faixa etária dos vereadores de Maringá do período com a população local, constatamos que o início de carreira dos vereadores ocorre – em sua maior incidência, na faixa etária populacional entre os 41 e 50 anos de idade e, tal faixa figura na sequência das duas maiores concentrações populacionais votantes, isto é, entre os 18 e 30 anos e entre 31 e 40 anos. Ainda assim, observamos que a carreira na Câmara Municipal se encerra acompanhado a redução no percentual da população maringaense, ou seja, ao passo que diminui o número de pessoas, há também o término das carreiras no legislativo municipal.

Tabela 25 Contagem populacional de Maringá segundo faixa etária

Faixa etária	Total	Porcentual
Menores de 18 anos	97.266	29,8
18-30	55.323	17,1
31-40	53.937	16,5
41-50	50.767	15,5
51-60	34.173	10,5
61-70	19.484	6,0
70 ou mais	15.018	4,6

Total	325.968	100
--------------	----------------	------------

Fonte: Contagem populacional (IBGE-2007)

Portanto, podemos afirmar que os maringaenses optaram por vereadores que possuem faixa etária em comum e, ao ponto que a população envelhece, a carreira legislativa tende a se encerrar. Outrossim, constatamos que os jovens de Maringá (17,1%) não escolhem vereadores da mesma faixa etária, pois apenas 4 parlamentares iniciaram carreira nesta faixa.

3.7 Mudança partidária

Por fim, analisaremos a alternância partidária dos vereadores, no intuito de verificar quais foram às mudanças ocorridas durante os mandatos. Igualmente, dois pontos serão considerados: o grau de fidelidade e identificação partidária dos vereadores e a classificação quanto ao posicionamento político dos partidos em âmbito local. Nesta variável, não consideramos os vereadores suplentes, mas somente as vagas em âmbito partidário – até porque os suplentes não trocaram de partido durante os respectivos mandatos e, na maioria dos casos, mantiveram-se por curto período na Câmara Municipal.

Acerca da distribuição das cadeiras por partido no período, consideramos sempre a bancada da eleição, isto é, a agremiação na qual o vereador pertencia quando da disputa eleitoral, além de considerar a totalidade das setenta e duas vagas na Câmara de Vereadores – e não somente os quarenta e oito parlamentares que ocuparam as respectivas cadeiras. Logo, obedecemos o critério das bancadas dos partidos políticos e não os vereadores que assumiram mandato ao longo do período.

Tabela 26 Vereadores por partido em Maringá, segundo bancada da eleição (1997-2012)

Partido	Vereadores	Porcentual
PSDB	13	18,2
PP	12	16,7
PT	8	11,2
PMDB	8	11,2
PTB	8	11,2
DEM	6	8,4
PDT	4	5,6
PR	3	4,2
PHS	2	2,7
PRP	2	2,7
PST	2	2,7
PSD	1	1,3
PMN	1	1,3
PC do B	1	1,3
PSB	1	1,3
Total	72	100

Fonte: banco de dados do autor

As três siglas que obtiveram o maior número de vereadores no período – PSDB, PP e PT, também chefiaram a prefeitura municipal, ou seja, a tendência para as eleições legislativas espelha a disputa no executivo, pois o PSDB venceu em 1997, o PT em 2000 e o PP em 2004 e 2008. Do mesmo modo, o PTB (que cedeu o vice-prefeito em 1997) e o PDT (vice em 2004 e 2008) possuem destaque, com 8 e 4 cadeiras, respectivamente. Ainda em bom posicionamento no ranking de partidos, o PMDB preserva sua característica de maior vencedor em eleições para a vereança no Brasil, com 8 cadeiras e o DEM possui seis vereadores.

Se considerarmos as bancadas por período, afirmamos que não houve nenhum crescimento partidário significativo, mas somente redução. O PSDB decresceu de quatro/cinco vereadores para somente dois – baixa esta sofrida quando da diminuição do número de vagas na Câmara Municipal. Situação semelhante ocorreu com o PTB e o PDT: o primeiro, de 4 vereadores em 1997 não

possui nenhum parlamentar hoje; o segundo, de 3 vereadores em 1997 também não possui nenhum vereador. Ademais, ambas as bancadas iniciaram suas derrocadas a partir da 12^a Legislatura, ou seja, ainda quando eram 21 parlamentares, conforme a tabela:

Tabela 27 Bancadas partidárias dos vereadores de Maringá por legislatura (1997-2012)

Partido	11^a Legislatura	12^a Legislatura	13^a Legislatura	14^a Legislatura
PSDB	4	5	2	2
PP	3	3	3	3
PT	2	2	2	2
PMDB	2	2	2	2
PTB	4	2	2	-
DEM	2	2	1	1
PDT	3	1	-	-
PR	1	-	2	-
PHS	-	1	1	-
PRP	-	-	-	2
PST	-	2	-	-
PSD	-	1	-	-
PMN	-	-	-	1
PC do B	-	-	-	1
PSB	-	-	-	1
Total	21	21	15	15

Fonte: banco de dados do autor

Já alguns partidos conservam suas cadeiras desde a primeira eleição do período em 1996. PP (três), PMDB (dois) e PT (dois) não sofreram decréscimo ou acréscimo em suas bancadas. Acerca dos pequenos partidos, constatamos uma sazonalidade eleitoral, elegendo representantes apenas em épocas específicas – casos do PHS, PRP, PMN, PC do B e PSB, enquanto que o PST foi incorporado pelo PR e o PSD incorporado pelo PTB.

A movimentação partidária ocorrida no período foi moderada, reduzida a partir de 04 de outubro de 2007, após a regulamentação do Supremo Tribunal Federal quanto à fidelidade partidária. Segundo a nova lei, quem trocar de partido político a partir de 16 de março de 2007 sem justificativa cabível estará sujeito a um processo

de expulsão da sigla. Tal instrumento surgiu no intuito de coibir as exacerbadas trocas partidárias. Adotamos as trocas partidárias ocorridas durante o exercício de mandatos no período pesquisado e, para os vereadores que obtiveram mandato antes de 1996, constamos também os partidos que estes fizeram/ fazem parte. As eventuais trocas partidárias após a passagem de um vereador pela Câmara Municipal (ainda que este assumira outro cargo por outro partido) não foram consideradas. Assim, verificamos abaixo os partidos políticos que pertenceram / pertencem os 48 parlamentares pesquisados:

Tabelas 28 Bancadas partidárias dos vereadores de Maringá por Legislatura (1997-2012)

Vereador	Anterior à 1996 ²³	11 ^a	12 ^a	13 ^a	14 ^a
Aldi Cezar Mertz	PDT	PSB/ PDT ²⁴	-	-	-
Altamir Antonio dos Santos	-	-	PST	PR	-
Antonio Carlos Marcolin	-	-	PTB	-	-
Aparecido Domingos Regini (Zebrão)	-	-	PP	PP	PP
Basílio Baccarin	-	PSDB	-	-	-
Belino Bravin Filho	DEM	DEM	PP	PP	PP
Fabiana Corrêa (Bia)	-	PT	-	-	-
Carlos Eduardo Sabóia	-	-	-	-	PMN
Décio Sperandio	-	PDT	-	-	-
Divanir Braz Palma	-	PP	-	-	-
Divanir Moreno Tozati	PMDB	PST/ PMDB			
Dorival Ferreira Dias	-	-	PSDB	PSDB	-
Edith Dias de Carvalho	PMDB (89-92), PSDB (92-96)	PP	DEM	PP	-
Edmar de Souza Arruda	-	-	DEM/ PPS	-	-
Edson Roberto Brescansin (Beto)	-	-	PT	-	-
Evandro Buquera de Oliveira Freitas Junior	-	-	-	-	PSDB
Flávio Gonçalves Marcelo Vicente	-	-	-	-	PSDB

²³ Excluimos as eleições disputadas pelos vereadores por outros partidos, isto é, consideramos apenas os partidos pelos quais disputaram um mandato e foram eleitos.

²⁴ O Vereador Aldi Cezar Mertz foi eleito pelo PSB, mas antes mesmo de assumir o mandato, retornou o PDT.

Francisco Gomes dos Santos (Chico Caiana)	-	-	-	PTB/ PMDB/ PTB	-
Geremias Vicente da Silva	-	-	PTB/ PR	-	-
Heine Santa Rosa Macieira	-	-	-	-	PP
Humberto José Henrique	-	-	-	PT	PT
João Alves Correa (John)	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB
João Batista Beltrame (Joba)	-	-	PMDB/ PV	-	-
João Borri Primo	-	DEM	-	-	-
José Maria dos Santos (Cabo Zé Maria)	PT	PT	PSD/ PMDB	-	-
Luiz Carlos Clóvis	-	-	-	-	PRP
Manoel Álvares Sobrinho	-	-	PDT/ PV	-	PC do B
Manoel Batista da Silva Júnior	PR	PTB	-	-	-
Márcia do Rocio Bittencourt Socreppa	-	-	PSDB	PSDB	-
Maria Arlene de Lima	-	PMDB	-	-	-
Mário Massao Hossokawa	PMDB	PMDB	PSDB	PMDB	PMDB
Mário Sérgio Verri	-	-	-	PT	PT
Marly Martin Silva	-	-	PP	DEM	DEM
Miguelzinho de Oliveira	-	PDT	-	-	-
Odair de Oliveira Lima (Odair Fogueteiro)	-	-	-	PTB	-
Pastor Nilton Tuller	DEM	PSDB	-	-	-
Paulo Mantovani	PMDB(82- 88), PTB (88-96)	PP	PSDB	-	-
Paulo Soni	-	-	-	-	PSB
Roosevelt Carneiro de Freitas	-	PTB	-	-	-
Serafina Martins Carrilho	PR	PP	-	-	-
Shinji Gohara	-	PSDB	-	-	-
Shudo Yasunaga	-	PR	-	-	-
Silvana Maria Ribeiro Borges	-	-	PT	-	-
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas	-	PTB	-	-	-
Valdir Pignata	PP	PP	-	-	-
Valter Viana	-	-	PHS	PHS	-
Walter Luiz Guerlles	-	-	PSDB	PR/ PTC/ PR	-
Wellington Andrade	-	-	-	-	PRP

Fonte: Câmara Municipal de Maringá

Dos vereadores, aqueles que pertenceram ao maior número de partidos foram Edith Dias de Carvalho (PMDB, PSDB, DEM e PP) e Paulo Mantovani (PMDB, PTB, PP e PSDB), seguidos por Manoel Álvares Sobrinho (PDT, PV e PC do B),

Walter Luiz Guerlles (PSDB, PTC e PR) e José Maria dos Santos (PT, PMDB e PSD). Os demais parlamentares realizaram, no máximo, uma troca partidária.

Tabela 29 Movimentação partidária dos vereadores de Maringá (1997-2012)

Quantidade de Vereadores	Trocas partidárias	Porcentual (Vereadores)
02	03	5,2
03	02	3,5
13	01	22,9
30	00	52,6
09	Suplentes	15,8
57	-	100%

Fonte: banco de dados do autor

Assim, podemos apontar que os vereadores do período não efetuaram grande movimentação partidária, já que 52,6% dos parlamentares não realizaram nenhuma troca de agremiação partidária. Portanto, há um alto índice na manutenção do quadro partidário-parlamentar no período, demonstrando que a permanência em um partido político é motivo de sucesso para obter uma cadeira na Câmara Municipal.

Quanto ao espectro ideológico partidário, verificamos que Rodrigues (2006) – na pesquisa sobre as mudanças recorrentes na Câmara dos Deputados sobre as eleições de 1998 e 2002, classifica o alinhamento político-partidário considerando a política nacional. Assim, subdivide os partidos entre direita (PFL, PPB/PP, PL e PTB), centro (PSDB e PMDB) e esquerda (PT, PDT, PSB, PC do B e PPS).

Do mesmo modo, Perissinotto (2007) adverte que elaborou um agregado dos espectros partidários, isto é, uma combinação entre os autores da Ciência Política e o posicionamento das siglas no Paraná – no caso, o recorte de sua pesquisa. O resultado deste critério alinha à direita PTB, PP e PFL, ao centro PSDB e PDT e à esquerda PT e PMDB.

Para classificar os partidos políticos, optamos por uma perspectiva própria, diferenciando dos autores citados, pois estas classificações citadas abordam universos de pesquisa de maior amplitude e implicam um modelo clássico de alinhamento partidário. Logo, para definirmos o cenário político-partidário maringense do período, optamos por diferenciar os parlamentares entre situação e oposição à chefia do governo municipal, de acordo com o mandato adotado. Abaixo, verificamos os Prefeitos de Maringá de 1997 ao presente:

Tabela 30 Prefeitos de Maringá entre 1997 e 2012

Prefeito/Vice	Mandato	Partidos
Jairo Gianoto / Marcos Alves	1997-2000	PSDB / PTB
José Cláudio Pereira Neto / João Ivo Calleffi	2001-2004	PT / PT
Silvio Magalhães Barros II / Carlos Roberto Pupin	2005-2008	PP / PDT
Silvio Magalhães Barros II / Carlos Roberto Pupin	2009-2012	PP / PDT

Fonte: banco de dados do autor

Em relação à classificação dos vereadores entre situação e oposição, partimos de dois pressupostos: a coligação estabelecida pelo partido político nas eleições do período (1996, 2000, 2004 e 2008) e a respectiva relação deste com o grupo político do prefeito; e o posicionamento do vereador durante o mandato quanto às ações do executivo local:

Tabela 31 Vereadores de Maringá segundo grupo político (1997-2012)

Partido	11^a	12^a	13^a	14^a
Situação	19	06	12	11
Oposição	02	15	03	04
Total	21	21	15	15

Fonte: banco de dados do autor

Constata-se que, mesmo com a ascensão do PT ao executivo em 2001, houve a permanência de um grupo político sedimentado, isto é, ao menos 15 vereadores (12^a Legislatura) pertenciam ao grupo que esteve na prefeitura municipal

até 2000. A mesma lógica mantém-se entre os anos de 2005 e 2010, nas duas últimas legislaturas (13^a e 14^a), quando a maioria da Câmara Municipal acompanha o executivo enquanto situacionista. Assim, aferimos que mesmo com a mudança de grupo político na Prefeitura Municipal durante o governo do PT (2001-2004), há a preferência do eleitorado pelo mesmo grupo de vereadores alinhados à administração municipal de 1997 a 2000²⁵ e de 2005 em diante. Portanto, muda-se o prefeito, mas permanece a base do legislativo.

3.8 Origem sócio-profissional

Para delinear o perfil dos vereadores pesquisados quanto à origem sócio-profissional, três tarefas foram realizadas: 1) cruzar a formação profissional dos vereadores em relação à última profissão exercida antes de obter o primeiro mandato como vereador; 2) delimitar os grupos profissionais, a partir das profissões e ocupações exercidas por cada parlamentar; 3) especificar as atividades profissionais desempenhadas pelos vereadores. A partir destes critérios, traçaremos o perfil sócio-profissional quanto à base de seleção das elites políticas (permeáveis ou impermeáveis, isto é, se são democráticas ou elitistas); cruzar a profissão com o comportamento político adotado, a fim de que se possa mensurar se a atividade profissional interfere na atividade política; e examinar se existe alguma profissão que combina ou facilita o exercício da vereança.

A atividade política exige disponibilidade de tempo de quem pretende executá-la, pois durante o exercício de um mandato diversos compromissos,

²⁵ Enquanto grupo político, os vereadores da 13^a e 14^a Legislaturas estão mais alinhados politicamente ao Prefeito Silvio Barros II. Todavia, durante o governo Jairo Gianoto (1997-2000), o mesmo grupo político acompanhou as ações do executivo e, no governo do PT (2001-2004), migrou para a oposição.

estudos e projetos serão incumbidos ao mandatário – além, é claro, das sessões da Câmara Municipal (nosso caso), as quais os vereadores deverão comparecer. Logo, alguns políticos deixam de exercer suas atividades profissionais após a obtenção de um mandato e, conseqüentemente, transformam a política como profissão

Assim, confrontar os dados da profissão com a ocupação pode revelar, por exemplo, que alguns vereadores assumiram o desempenho das funções legislativas como profissão – o que ocorre, normalmente, com os parlamentares que obtiveram mais de um mandato. Casos como este serão considerados, pois utilizamos os registros das candidaturas no TSE como subsídio para identificação profissional. Portanto, os próprios vereadores se declaram profissionalmente como “vereador”, não exercendo outra profissão no momento ou durante o mandato.

Em outras situações, há vereadores que possuíam uma profissão antes de assumir o mandato e continuaram exercendo-a concomitantemente a vereança, ou seja, não deixaram suas atividades profissionais e ainda assim encarregaram-se da função pública – e consideram a profissão enquanto ação do dia-a-dia. Eis as profissões e ocupações de cada vereador do período:

Tabela 32 Profissão e ocupação dos vereadores de Maringá (1997-2012)

Vereador	Profissão	Ocupação
Ailton Carlos Schiavone	Teólogo	Pastor
Aldi Cezar Mertz	Bancário	Empresário
Altamir Antonio dos Santos	Comerciante	Comerciante
Antonio Carlos Marcolin	Médico	Médico
Aparecida Fabiana Corrêa (Bia)	Vendedora	Vendedora
Aparecido Domingos Regini (Zebrão)	Vendedor	Vereador
Basílio Baccarin	Professor	Professor
Belino Bravin Filho	Agricultor	Vereador
Carlos Eduardo Sabóia	Médico	Médico
Décio Sperandio	Professor	Professor
Divanir Braz Palma	Bacharel em Direito	Empresário
Divanir Moreno Tozati	Comerciante	Comerciante
Dorival Ferreira Dias	Servidor público municipal	Servidor público municipal

Edith Dias de Carvalho	Professora	Vereadora
Edmar de Souza Arruda	Economista	Empresário
Edson Roberto Brescansin (Beto)	Historiador	Empresário
Evandro Buquera de Freitas Oliveira Junior	Estudante	Vereador
Flávio Marcelo Gonçalves Vicente	Professor	Professor
Francisco Chico Coutinho Neto	Agricultor	Agricultor
Francisco Gomes dos Santos (Chico Caiana)	Estudante - Direito	Vereador
Geremias Vicente da Silva	Pastor	Pastor
Heine Santa Rosa Macieira	Médico	Médico
Humberto José Henrique	Contador	Contador
Iran Negrão Ferreira	Advogado	Advogado
João Alves Correa (John)	Radialista	Vereador
João Batista Beltrame (Joba)	Professor	Professor
João Borri Primo	Motorista	Vendedor
José Maria dos Santos (Cabo Zé Maria)	Policial Militar	Policial Militar
Luiz Carlos Clóvis	Funcionário público municipal	Vereador
Manoel Álvares Sobrinho	Médico	Médico
Manoel Batista da Silva Júnior	Médico	Médico
Márcia do Rocio Bittencourt Socreppa	Professora	Vereadora
Marco Antonio Almendra Meger	-	Empresário
Maria Arlene de Lima	Assistente Social	Assistente Social
Mário Massao Hossokawa	Comerciante	Comerciante
Mário Sérgio Verri	Vendedor	Vereador
Marly Martin Silva	Advogada	Bancária
Miguelzinho de Oliveira	Investigador Policial	Investigador Policial
Norma Deffune Leandro	Professora	Professora
Odair de Oliveira Lima (Odair Fogueteiro)	Comerciante	Comerciante
Pastor Nilton Tuller	Pastor	Pastor
Paulo Mantovani	Publicitário	Publicitário
Paulo Sunao Kato	Corretor de Imóveis	Corretor de Imóveis
Paulo Soni	Médico	Médico
Roosevelt Carneiro de Freitas	Servidor Público Municipal	Servidor Público Municipal
Serafina Martins Carrilho	Empresária	Empresária
Shinji Gohara	Empresário	Empresário
Shudo Yasunaga	Dentista	Dentista
Silvana Maria Ribeiro Borges	Assistente Social	Assistente Social
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas	Advogado	Advogado
Umberto Carlos Becker	Advogado	Advogado
Umberto Crispim de Araújo	Servidor Público	Servidor Público
Valdir Pignata	Advogado	Empresário e Advogado
Valter Viana	Bacharel em Direito	Vereador
Victor Manoel Hoffmeister	Vendedor	Vendedor

Walter Luiz Guerlles	Comerciante	Vereador
Wellington Andrade	Radialista	Vereador

Fonte: banco de dados do autor.

Se cruzarmos as variáveis ocupação e profissão, constatamos que 33% dos vereadores possuem ocupação diferente da profissão, isto é, exercem outra atividade daquela obtida em cursos superiores ou passaram a desempenhar a vereança sem obter profissão anterior. Em vista disso, podemos afirmar que a maioria dos vereadores de Maringá (66%) no período continuou exercendo suas profissões ao longo do mandato, aliando assim a atividade profissional e o mandato como vereador, lado a lado.

Utilizando preliminarmente a classificação de Rodrigues (2006) que divide as profissões em quatro grupos (empresários, profissionais liberais, magistério e alta burocracia), obtivemos um distanciamento entre aqueles inclusos no grupo dos profissionais liberais (43,8%) dos demais grupos – inclusos outras classificações, que giraram em sua maioria na casa dos 10%.

Tabela 33 Profissões dos vereadores de Maringá segundo Grupo Profissional – classificação de Rodrigues (1997-2012)

Grupo profissional	Quantidade de vereadores	Porcentual
Profissionais Liberais	26	45,7
Magistério	07	12,3
Alta burocracia	06	10,5
Empresários	06	10,5
Outros	12	21,0
Total	57	100%

Fonte: banco de dados do autor.

Assim, optamos por criar os grupos profissionais segundo o interesse da pesquisa – até porque tais classificações diferenciam-se também por conta das esferas de representatividade: Câmara dos Deputados e Câmara Municipal. Desta forma, classificamos as profissões em onze grupos: 1) Empresariado; 2)

Professores; 3) Médicos; 4) Advogados ou bacharéis em direito; 5) Funcionalismo público; 6) Ligados aos meios de comunicação; 7) Comerciantes – isto é, funcionários pagos pelos comerciantes / empresários; 8) Outros profissionais liberais – contador e economista; 9) Religiosos; 10) Assistência social; 11) Outros – bancários, estudantes, agricultor, motorista, dentista, entre outros.

Tabela 34 Profissões dos vereadores de Maringá segundo Grupo Profissional – classificação do autor (1997-2012)

Grupo profissional	Quantidade de vereadores	Porcentual
Professores	07	12,3
Advogados	07	12,3
Médicos	06	10,5
Empresariado	06	10,5
Funcionalismo público	06	10,5
Meios de comunicação	03	5,2
Comerciantes	03	5,2
Profissionais liberais	03	5,2
Religiosos	03	5,2
Assistência Social	02	3,6
Outros	11	19,5
Total	57	100%

Fonte: banco de dados do autor.

Esmiuçando as classificações dos grupos profissionais, constatamos que os profissionais liberais ainda constituem o grupo majoritário profissional – todavia, com delimitação bem caracterizada, como o caso dos médicos, professores e advogados. Os empresários e funcionários públicos também mantiveram o mesmo percentual e, na categoria “outros”, houve apenas uma baixa. Ou seja, mesmo colocando à prova a caracterização profissional por nós elaborada, este pouco difere da definição de Rodrigues (2006) – além, é claro, das especificidades locais.

Quanto ao perfil sócio-profissional dos vereadores, podemos afirmar que a Câmara Municipal de Maringá no período foi de base elitista, ou seja, não houve permeabilidade na inserção de novos integrantes na elite política maringaense. Tal

fato comprova-se, pois as maiorias dos vereadores se enquadram nas categorias com maior incidência: professores, advogados, médicos, empresários, funcionalismo público e profissionais liberais, profissões que inserimos na elite profissional.

Em relação ao comportamento político face à atividade profissional, citamos alguns casos de destaque. Altamir Antonio dos Santos possuiu uma panificadora na região do Conjunto Habitacional Ney Braga e sempre destacou tal atividade em sua atuação política. Outro caso é de Odair de Oliveira Lima, o popular “Odair Fogueteiro”, o qual possui uma casa de fogos situada à Avenida Paraná – também ressaltando o comércio na atividade política. Por fim, evidenciamos Luiz Carlos Clóvis, o “Luiz do Postinho”, que utilizou tal codinome a partir das eleições de 2008, mediante aos atendimentos prestados em sua atividade no posto de saúde.

Além destes três casos específicos, os próprios médicos e professores, por exemplo, assumem suas atribuições profissionais para a política. Na tabela abaixo, verificamos que todos os médicos utilizaram o “título” profissional na política, pois preferiram incluir o “doutor” antes de seus respectivos nomes. Outrossim, apenas o advogado Iran Negrão Ferreira optou pelo título de “doutor” como prenome. Do mesmo modo, os pastores e os policiais militares o fizeram, sendo os primeiros indissociáveis do nome (Nilton Tuller, por exemplo, sempre foi chamado de Pastor) e os policiais utilizando a patente enquanto diferencial. Todavia, nem todos os professores e pastor, por exemplo, preferiram a alcunha no exercício político – casos de Flávio Vicente e Márcia Socreppa (professores) e de Ton Schiavone (pastor).

Tabela 35 Influência profissional na atividade política dos vereadores de Maringá (1997-2012)

Profissão / Codinome	Vereadores
Médico - Doutor	Dr. Marcolin, Dr. Batista, Dr. Sabóia, Dr. Heine Macieira, Dr. Paulo Soni, Dr. Manoel Sobrinho
Advogado – Doutor	Dr. Iran Negrão

Professor - Professor	Professora Edith Dias, Professor Baccarin, Professor Décio Sperandio, Professora Norma
Policiais	Cabo Zé Maria, Investigador Miguelzinho
Religiosos - Pastor	Pastor Geremias, Pastor Nilton Tuller

Fonte: banco de dados do autor.

E, por fim, respondemos a questão: há alguma profissão que combina com a atividade política, isto é, há o favorecimento em uma disputa eleitoral para se tornar vereador em Maringá? Da lista, as três primeiras colocadas foram Medicina, Docência (Professores) e Direito, isto é, a preferência do eleitorado maringaense é por uma classe política com ensino superior e que se formou sob duas vertentes: a tradição do bacharelismo na política brasileira (médicos e advogados) e a docência, no ensino superior ou médio.

Capítulo IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

4 Considerações finais

Ao longo do texto, procuramos expor alguns pontos que apontam para um único caminho: a questão central desta pesquisa, isto é, quem são os componentes da elite legislativa de Maringá? Para tal, percorremos o seguinte itinerário: apresentamos a Teoria das Elites, pensando a Câmara Municipal de Maringá como um espaço em que a minoria organizada e articulada – enquanto elite política local, pode comandar uma maioria desorganizada e não coesa; esclarecemos a opção pelo método posicional para delimitar nosso universo de pesquisa, ou seja, apenas aqueles que se tornaram vereadores em Maringá posicionalmente no período estudado; pontuamos notas metodológicas acerca deste estudo, classificado como uma pesquisa sobre recrutamento político; relembramos a história política de Maringá e as oscilações no número de cadeiras do legislativo local, possuindo como pano de fundo as alterações recentes de uma “prévia de reforma política”; e evidenciamos os dados referentes aos vereadores, delineando um perfil do grupo que comandou o legislativo municipal de Maringá desde 1997. Desta trajetória, quais são as considerações finais ou conclusões que podemos aferir?

Primeiramente, salientamos que houve alta rotatividade de lideranças na Câmara Municipal durante as quatro legislaturas (1997-2012). Das 72 vagas disponíveis, apenas 24 não foram ocupadas por novos nomes, isto é, 48 são os vereadores que se elegeram no período, representando assim 66% do total de cadeiras. Se considerarmos os 9 suplentes que assumiram, o número se eleva para 79% das vagas, confirmando assim a conclusão do trabalho de Tonella (1991), que salientou a alta mudança de lideranças nos postos de comando na reedição do pluripartidarismo. Logo, podemos questionar: então não há uma elite política em

Maringá definida, ou seja, pelo alto índice de alteração das lideranças, é possível dizer que não existe tal elite?

Como exposto, há valores políticos, sociais, econômicos e institucionais para que um indivíduo pertença à elite. Apesar da alta rotatividade de lideranças, é possível afirmar que existem grupos políticos em Maringá e que, apesar das mudanças nas cadeiras da Câmara Municipal, estes atores não deixaram de atuar politicamente. Ou seja, para pertencer à elite política, é necessário possuir bases sociais e psicológicas parecidas (WRIGHT MILLS, 1968, p. 25-) e, posicionalmente, os vereadores pesquisados alcançaram tal posto. Esta hipótese se confirma quando observamos a trajetória política dos parlamentares: 32 dos 57 parlamentares ocuparam cargos formais na administração pública, como Deputados Estaduais, Federais, Vice-Prefeito, Vereadores em outras legislaturas, Secretários Municipais, entre outros – sem contabilizar os vínculos institucionais, como presidentes de Associação de Bairros, por exemplo. Enfim, não necessariamente deixar de ser vereador significa deixar de pertencer à elite política.

Ainda assim, afirmamos que os integrantes da Câmara Municipal de Maringá do período não fizeram de seus respectivos mandatos um início para carreira política ascendente (no sentido de se elegerem para Deputado ou Prefeito, por exemplo). Tal ponto contradiz com a afirmação de Dias & Tonella (1999), que apontam como significativa a parcela de políticos maringaenses que iniciaram carreira no legislativo local enquanto ascensão para outros cargos. Apenas cinco parlamentares obtiveram mandatos de Deputado Estadual e Federal durante os dezesseis anos pesquisados. Por outro lado, ainda permanece a constatação dos autores, no que diz respeito à baixa incidência de Prefeitos de Maringá que começaram a carreira na Câmara Municipal, pois nenhum dos 57 parlamentares foi eleito para a chefia do executivo.

Em relação aos indicadores de escolaridade, os vereadores podem ser considerados como altamente escolarizados, já que dois terços atingiram o ensino superior, concluindo-o ou ainda em curso, superando a parcela da população que cursa ou cursou o ensino superior. Entretanto, o índice de escolaridade dos vereadores não supera os Deputados Estaduais do Paraná entre 1995 e 2002 (CODATO & GOUVÊA, 2007), pois 89% possuíam algum curso superior. Quanto à bancada dos cursos na Câmara Municipal de Maringá, os formados em Direito são a maioria, com 21% dos casos, seguidos dos graduados em Medicina, com 10,6%. Esta inclinação pelo curso de Direito pode indicar que a atividade legislativa requer um conhecimento de legislação e, pela formação universitária, provavelmente a população optou por especialistas da área. De outro lado, há casos de parlamentares que ainda estavam cursando Direito concomitantemente com o mandato, isto é, a atuação enquanto vereador influenciou na escolha da graduação.

Das quatro legislaturas pesquisadas, a 11^a Legislatura (1997-2000) foi a que possuiu o maior número de graduados no ensino superior, com 62,2% dos parlamentares. Este índice se manteve praticamente em torno de 50%, para mais ou para menos. Outrossim, o número de parlamentares que possuem apenas o ensino fundamental atualmente é zero, quer dizer, se olharmos para o grau de escolaridade dos parlamentares por legislatura, há uma tendência para a alta escolarização, um claro indicativo de pertencimento a uma elite educacional local – fator que colabora para a presença destes na elite política. Portanto, apesar de não superar os índices de escolaridade da Assembleia Legislativa, o eleitor maringaense optou por um legislativo altamente escolarizado e, ao longo dos anos, manteve esta tendência, bem como escolheu representantes com mais tempo de estudo.

Acerca da origem familiar dos vereadores, apenas seis parlamentares já possuíam algum tipo de parentesco com integrantes da história política do município. Tal fato nos permite enfatizar a alta rotatividade de lideranças, bem como confirmar que não há em Maringá uma dominação tradicional (COHN, 2005, p.131), pois crer em “poderes senhoriais há muito existentes” não é um fator preponderante para o maringaense escolher seus representantes. Neste sentido, salientamos que não existem oligarquias políticas no município, pois a liderança exercida pelos chefes do passado não foi transmitida pelos os sucessores das respectivas famílias.

Quanto aos vínculos institucionais, podemos afirmar que 63,2% dos vereadores pesquisados possuem algum tipo de identificação institucional. Deste percentual, 24,5% identifica-se por mais de um vínculo, ou seja, pertence à mais de uma categoria institucional – o que significa dizer que praticamente um quarto dos parlamentares atua intensamente em mais de um campo institucional. Ainda assim, das subcategorias criadas por nós, destacamos a forte atuação nos clubes de serviço e entidades assistenciais, com 27,5% dos parlamentares optando por este segmento, seguido pelos que atuam em sindicatos e associações classistas (19,7%), identificação religiosa (17,7%) e clubes de futebol (11,7%). Portanto, os quatro segmentos unidos representam 76,6% da parcela de vereadores que possuem vínculo institucional, isto é, os parlamentares maringaenses do período identificam-se institucionalmente nestes quatro segmentos – todos tradicionalmente ligados à atuação política: voluntariado e prestação de serviços, militância sindical e classista, representantes de agremiações religiosas e parlamentares ligados à atividade futebolística. Neste sentido, ser vereador implica em possuir uma alta vinculação institucional e, além da atuação dos parlamentares nas instituições

anteriormente listadas, salientamos que um quarto destes se inserem em mais de um vínculo institucional.

Diante dos vínculos institucionais, questionamos: pertencer a algum destes segmentos é fator que coopera para que o indivíduo torne-se vereador? E mais: vincular-se institucionalmente é uma condição preponderante para o pertencimento à elite política? Não podemos verificar quando estes vereadores começaram a atuar nos segmentos que elencamos. Alguns assumiram posição de liderança antes de vincular-se institucionalmente, outros só participaram de uma instituição após a obtenção do mandato – o que torna difícil responder tal pergunta. Todavia, pertencer a estes segmentos é uma condição importante ao passo que tais parlamentares fazem parte da elite política local. Se considerarmos que praticamente dois terços dos vereadores pesquisados vinculam-se institucionalmente, a atuação nestes segmentos nos ajuda a compreender como se comporta a elite política maringaense, quais são seus segmentos institucionais e, porque não, em qual vínculo se apoia eleitoralmente. Ademais, colocamos como hipótese que até mesmo o desempenho das atividades parlamentares deve possuir ligação com este pertencimento institucional – o que não podemos afirmar, já que não possuímos mais dados, visto não se tratar do objetivo desta pesquisa.

Da trajetória política dos vereadores pesquisados, enfatizamos que 51% dos parlamentares se elegeram a partir da primeira disputa, o que demonstra tendência para eleição de “novatos” na Câmara Municipal; entretanto, 33,3% dos parlamentares disputaram duas eleições e 22,9% três eleições. Como dito, se eleger na primeira disputa não significa que um cidadão comum candidato pela primeira vez, por exemplo, irá se eleger: é necessário estabelecer alguns vínculos para que haja viabilidade eleitoral. Tais números confirmam uma permanência média de oito

anos no cenário político local e, após o ingresso na elite política local por intermédio da única disputa, os parlamentares não deixaram de concorrer a uma vaga no legislativo local. Outro ponto relevante é a carreira prévia/posterior dos parlamentares na política maringaense: treze vereadores já haviam cumprido algum mandato na Câmara Municipal antes do período escolhido, bem como quatorze vereadores exerceram as funções de secretário municipal ou cargo de diretoria na prefeitura.

Mensuramos também a faixa etária de ingresso e encerramento da carreira política dos vereadores no período: 38,6% dos parlamentares iniciaram carreira entre 41 e 50 anos, enquanto que 33,4% encerram suas carreiras entre os 51 e 60 anos. Se compararmos estes índices com as faixas etárias do eleitorado maringaense, tais valores se aproximam²⁶: 25,5% dos eleitores tem entre 45 e 59 anos, 21,9% tem entre 25 e 34 anos e 19,9% estão entre os 35 e 44 anos. Assim, a parcela de ingresso e término de carreira política dos vereadores de Maringá se assemelha com a maior concentração da população local.

Sobre a movimentação partidária do período, destacamos as cinco maiores agremiações partidárias do período em relação ao total de parlamentares, comparados com o total de vagas: o PSDB elegeu 18,2% das cadeiras, o PP preencheu 16,7% das cadeiras e o PT, PMDB e PTB 11,2% das vagas. Contudo, apenas PSDB, PT, PMDB e DEM elegeram representantes em todas as legislaturas, consolidando assim as seis maiores siglas partidárias do período (PSDB, PP, PT, PMDB, PTB e DEM). Acerca dos partidos de menor expressão – casos de PRP, PST, PSD, PMN, PC do B e PSB, constatamos que estas legendas foram de

²⁶ Segundo dados do TSE (Julho-2010)

sazonalidade eleitoral, pois apenas elegeram representantes em uma legislatura, não prosperando eleitoralmente.

Dos partidos que elegeram representantes para a Câmara Municipal, PSDB, PP e PT venceram o pleito para o executivo, o que nos indica que os primeiros colocados na disputa do legislativo também elegeram os chefes do executivo. O legislativo local eleito em cada uma das quatro legislaturas acompanhou o prefeito municipal em três oportunidades, na 11^a, 13^a e 14^a legislaturas. Apenas entre 2001 e 2004, enquanto o PT estava à frente da prefeitura a oposição foi maior na Câmara, sendo 15 vereadores contra 6 situacionistas.

Outro destaque é a questão da fidelidade partidária dos vereadores pesquisados: 52,6% dos parlamentares não trocaram de partido e 22,9% dos vereadores mudaram apenas uma vez de partido, isto é, podemos afirmar que há a fidelidade partidária e esta é um fator inerente para que um indivíduo seja eleito vereador, desmistificando a necessidade de implantar medidas para manutenção dos políticos em seus respectivos partidos. Ainda assim, enfatizamos que permanecer no partido é sinal de liderança, não só na agremiação, mas no meio político, demonstrando assim consolidação político-partidária. Em suma: trocar de partido pode significar não se eleger para a vereança.

O levantamento dos dados quanto à origem sócio-profissional dos vereadores nos demonstrou que a base de seleção da elite política legislativa de Maringá é elitista, pois a maioria dos vereadores está classificada profissionalmente em profissionais liberais (médicos, advogados e professores) e funcionalismo público. Ainda assim, 66% dos parlamentares estão ocupados no mercado de trabalho na mesma profissão cursada no ensino superior ou exercida antes de assumir o mandato na Câmara Municipal. Dos parlamentares que não exercem a mesma

ocupação antes de assumir o mandato, destacamos 12 parlamentares que se ocupam da vereança enquanto atividade principal, ou seja, 25% dos vereadores fazem da função de vereador o principal trabalho para obtenção de renda.

Das profissões e ocupações elencadas dos parlamentares pesquisados, enfatizamos que há inclinação para os profissionais liberais, por 45,7% o são. Nas profissões que combinam com a atividade parlamentar, professores e advogados lideram o ranking, com 12,3%, seguidos de médicos, empresários e funcionalismo público, com 10,5%. Quanto aos títulos profissionais utilizados nas eleições como recurso para obtenção do mandato, destacamos os médicos, policiais e pastores, pois todos os profissionais destas áreas optaram pelos títulos de “doutor”, “cabo ou investigador” e “pastor” durante os pleitos. Na contramão, apenas um advogado optou por incluir a expressão “doutor” antes do nome. Disto, concluímos que a classe política do período em sua maioria possui algum curso superior, especialmente os voltados para a tradição dos bacharéis (médicos e advogados) e professores.

A radiografia da Câmara Municipal de Maringá entre 1997 e 2012 demonstra um parlamento com alta rotatividade de lideranças, mas que permanecem no cenário político mesmo sem exercer o mandato de vereador; a elite política é altamente escolarizada; não há presença de “oligarquias” na elite legislativa maringaense, pois somente seis foram os casos de relação de parentesco com outros políticos locais; há fortes vínculos institucionais, já que 63,2% dos vereadores atuam em alguma instituição; o tempo médio de permanência no cenário político local é de 8 a 12 anos, o que confirma a existência de uma elite política consolidada, ratificando a primeira afirmação; a faixa etária de participação política dos vereadores inicia-se, na média, aos 41 anos e se encerra aos 60 anos, confirmando

a tendência do eleitorado em eleger representantes da mesma faixa etária da maioria do eleitorado; os três partidos que chefiaram o executivo também obtiveram o mesmo êxito no parlamento – PSDB, PP e PT, somando-se ao PMDB como as maiores agremiações partidárias do período; é alto o índice de fidelidade partidária; e a opção do eleitorado quanto à profissão/ocupação dos vereadores são os profissionais liberais, capitaneados pelos médicos e advogados (tradição do bacharelismo na política brasileira) e dos professores.

Referências bibliográficas

- ANASTASIA, Fátima; AURITZER, Leonardo (Org.) **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- BOBBIO, N. **Teoria das Elites**. In: MATEUCCI, N. PAQUINO, G. (Org.). Dicionário de Política. 3.ed. Brasília: Editora UnB, 1991.
- BRAGA (1998). **Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- _____. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos. **Emenda Constitucional n° 58**: promulgada em 23 de Setembro de 2009.
- _____. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei Complementar n° 78**: promulgada em 30 de Dezembro de 1993.
- CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ. **Base de dados da Câmara Municipal de Maringá**. Disponível em: <<http://www.cmm.pr.gov.br>>. Vários acessos.
- CAYROL, Roland e PERRINEAU, Pascal. **Governing Elites in a Changing Industrial Society: The Case of France**. In M. M. Czudnowsky (ed.) Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies. DeKalb, Northern Illinois University Press, 1982, pp. 90-124.
- CODATO, A. PERISSINOTTO, R. **Por um retorno à Sociologia das elites**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba: v. 16, n. 30, p. 7-15, jun. 2008
- COHN, Gabriel (Org.) **Max Weber – Sociologia**. São Paulo: Ática, 2005.
- DAHL, Robert A. **A moderna análise política**. Rio de Janeiro: Editora Livradora, 1956.
- DAHL, Robert A. **Who Governs? democracy and power in american city**. Yale: Yale University Press, 2005.
- DAHL, Robert. **Um Prefácio à Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- DAHL, Robert. **Uma Crítica do modelo de Elite Dirigente**. In: Sociologia Política II. Trad. Sylvia Rocha Mendes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- DIAS, Reginaldo Benedito. TONELLA, Celene. **A experiência do Legislativo municipal em Maringá – 1947 – 1998**. Maringá: Câmara Municipal de Maringá, 1999.
- DIAS, Reginaldo Benedito. GONÇALVES, José Henrique Rollo. (org.) **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.
- DIAS, Reginaldo Benedito. **Da arte de votar e ser votado: as eleições municipais em Maringá**. Maringá: Clichetec, 2008.
- FLEISCHER, David V. **Thirty years of legislative recruitment in Brasil**. Center of Brazilian Studies, Johns Hopkins University, Washington D.C., August 1976.
- GINI, Sérgio. **Repensando...:a construção da hegemonia empresarial nos 10 anos que mudaram Maringá (1994-2004)**. Maringá: Sérgio Guilherme, 2008.

- GRYNSZPAN, M. **A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada**. BIB, Revista Brasileira de Informação em Ciências Sociais., Rio de Janeiro: n. 41., p. 35-83, 1º sem. 1996.
- HEINZ, Flavio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- HUNTER, Floyd. **Community Power Structure: A Study of Decision Makers**. Garden City: 1963, Anchor Books.
- KELLER, Suzanne. **O Destino das Elites**. Rio de Janeiro: Forense, 1967.
- LOVE, Joseph L. and BARICKMAN, Bert. J. “**Regional Elites**”. In CONNIFF, Michael L. and MCCANN, Frank D (eds.), *Modern Brazil: Elites and Masses in Historical Perspective*, Nebraska, The University of Nebraska Press, 1991, pp. 3-22.
- MCDONOUGH, Petter. **Power and Ideology in Brazil**. New Jersey, Princenton University Press, 1981, pp. 17-51; 247-294.
- MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora UnB, 1982.
- MILLS, C. Wright. **A Elite do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MOSCA, Gaetano. **A classe dirigente**. In: Souza, Amaury de (org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Col. “Textos Básicos de Ciências Sociais”, 1966.
- MOSCA, Gaetano. **História das doutrinas políticas: desde a antiguidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- PARETO, Vilfredo. **Tratado de sociologia geral**. In: Rodrigues, José Albertino (org.). *Vilfredo Pareto: sociologia*. São Paulo: Ática. Col. “Grandes Cientistas Sociais”, v. 43, 1984.
- PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A.; BRAGA, S. S. & FUKS, M. (orgs). **Quem governa? Um estudo das elites políticas no Paraná**. Curitiba : UFPR, 2007.
- PERISSINOTTO, Renato. **As elites políticas: questões de teoria e método**. Curitiba: IBPEX, 2009.
- PERISSINOTTO, Renato. **Notas metodológicas sobre o estudo de elites**. Curitiba: Nusp, 2003.
- PORTAL DO RUAS. **Portal do Ruas – site de notícias**. Disponível em: <<http://www.blogdoruas.com.br>>. Vários acessos.
- PORTAL G1. **Portal G1 – site de notícias**. Disponível em: <<http://www.g1.com.br>>. Vários acessos.
- PORTAL GAZETA DO POVO. **Gazeta do Povo – site de notícias**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br>>. Vários acessos.
- QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. ver. amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2006.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social.: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo, Edusp, 2002.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

TONELLA, Celene. **Poder local, partidos e eleições na reedição do pluripartidarismo em 1979/1988: um estudo de caso**. 1991. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 1991.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Base de dados do Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br>>. Vários acessos.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resolução 20.986**: promulgada em 21 de Fevereiro de 2002.

Anexo 1 – Resolução 20.986/2002**RESOLUÇÃO 20.986
INSTRUÇÃO N° 53 - CLASSE 12ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília).**

Relator: Ministro Fernando Neves. Ementa:

Dispõe sobre o número de membros da Câmara dos Deputados e da Câmara e Assembléias Legislativas para as eleições de 2002.

O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, e tendo em vista o disposto nos arts. 27, caput; 32, § 3º; e 45, caput, e § 1º, da Constituição Federal, e art. 4º, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, RESOLVE:

Art. 1º Para a legislatura que se iniciará em 2003, a representação dos estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados será a seguinte: CÂMARA DOS DEPUTADOS

ESTADO/ NÚMERO DE DEPUTADOS/AS

São Paulo 70
 Minas Gerais 53
 Rio de Janeiro 46
 Bahia 39
 Rio Grande do Sul 31
 Paraná 30
 Pernambuco 25
 Ceará 22
 Pará 17
 Maranhão 18
 Santa Catarina 16
 Goiás 17
 Paraíba 12
 Espírito Santo 10
 Piauí 10
 Alagoas 9
 Rio Grande do Norte 8
 Amazonas 8
 Mato Grosso 8
 Mato Grosso do Sul 8
 Distrito Federal 8
 Sergipe 8
 Rondônia 8
 Tocantins 8
 Acre 8
 Amapá 8
 Roraima 8
 Total 513

Art. 2º Em relação à Câmara e Assembleias Legislativas, a legislatura a ser iniciada em 2003 terá o seguinte número de deputados/as: CÂMARA E ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS

ESTADO NÚMERO DE DEPUTADOS/AS

São Paulo 94
Minas Gerais 77
Rio de Janeiro 70
Bahia 63
Rio Grande do Sul 55
Paraná 54
Pernambuco 49
Ceará 46
Pará 41
Maranhão 42
Santa Catarina 40
Goiás 41
Paraíba 36
Espírito Santo 30
Piauí 30
Alagoas 27
Rio Grande do Norte 24
Amazonas 24
Mato Grosso 24
Mato Grosso do Sul 24
Distrito Federal 24
Sergipe 24
Rondônia 24
Tocantins 24
Acre 24
Amapá 24
Roraima 24
Total 1059

Art. 3º Esta instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro NELSON JOBIM, presidente
- Ministro FERNANDO NEVES, relator
- Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE
- Ministra ELLEN GRACIE
- Ministro GARCIA VIEIRA
- Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA
- Ministro LUIZ CARLOS MADEIRA.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 21 de fevereiro de 2002.

Anexo 2 – Resolução 21.702/2004**RESOLUÇÃO Nº 21.702
PETIÇÃO Nº 1.442 - CLASSE 18ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília).**

Relator: Ministro Sepúlveda Pertence.

Instruções sobre o número de vereadores a eleger segundo a população de cada município.

O Tribunal Superior Eleitoral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, IX, do Código Eleitoral, resolve expedir a seguinte Instrução:

Art. 1º Nas eleições municipais deste ano, a fixação do número de vereadores a eleger observará os critérios declarados pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE nº 197.917, conforme as tabelas anexas.

Parágrafo único. A população de cada município, para os fins deste artigo, será a constante da estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada em 2003.

Art. 2º Até 1º de junho de 2004, o Tribunal Superior Eleitoral verificará a adequação da legislação de cada município ao disposto no art. 1º e, na omissão ou desconformidade dela, determinará o número de vereadores a eleger.

Art. 3º Sobrevindo emenda constitucional que altere o art. 29, IV, da Constituição, de modo a modificar os critérios referidos no art. 1º, o Tribunal Superior Eleitoral proverá a observância das novas regras.

Art. 4º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 2 de abril de 2004.

Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, relator e presidente
Ministra ELLEN GRACIE
Ministro CARLOS VELLOSO
Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS
Ministro JOSÉ DELGADO
Ministro FERNANDO NEVES
Ministro LUIZ CARLOS MADEIRA

ANEXO

Nº DE HABITANTES DO MUNICÍPIO	Nº DE VEREADORES
até 47.619	9 (nove)
de 47.620 até 95.238	10 (dez)
de 95.239 até 142.857	11 (onze)
de 142.858 até 190.476	12 (doze)
de 190.477 até 238.095	13 (treze)
de 238.096 até 285.714	14 (quatorze)
de 285.715 até 333.333	15 (quinze)
de 333.334 até 380.952	16 (dezesseis)
de 380.953 até 428.571	17 (dezessete)
de 428.572 até 476.190	18 (dezoito)
de 476.191 até 523.809	19 (dezanove)
de 523.810 até 571.428	20 (vinte)
de 571.429 até 1.000.000	21 (vinte e um)

Nº DE HABITANTES DO MUNICÍPIO	Nº DE VEREADORES
de 1.000.001 até 1.121.952	33 (trinta e três)
de 1.121.953 até 1.243.903	34 (trinta e quatro)
de 1.243.904 até 1.365.854	35 (trinta e cinco)
de 1.365.855 até 1.487.805	36 (trinta e seis)
de 1.487.806 até 1.609.756	37 (trinta e sete)
de 1.609.757 até 1.731.707	38 (trinta e oito)
de 1.731.708 até 1.853.658	39 (trinta e nove)
de 1.853.659 até 1.975.609	40 (quarenta)
de 1.975.610 até 4.999.999	41 (quarenta e um)

Nº DE HABITANTES DO MUNICÍPIO	Nº DE VEREADORES
de 5.000.000 até 5.119.047	42 (quarenta e dois)
de 5.119.048 até 5.238.094	43 (quarenta e três)
de 5.238.095 até 5.357.141	44 (quarenta e quatro)
de 5.357.142 até 5.476.188	45 (quarenta e cinco)
de 5.476.189 até 5.595.235	46 (quarenta e seis)
de 5.595.236 até 5.714.282	47 (quarenta e sete)
de 5.714.283 até 5.833.329	48 (quarenta e oito)
de 5.833.330 até 5.952.376	49 (quarenta e nove)
de 5.952.377 até 6.071.423	50 (cinquenta)
de 6.071.424 até 6.190.470	51 (cinquenta e um)
de 6.190.471 até 6.309.517	52 (cinquenta e dois)
de 6.309.518 até 6.428.564	53 (cinquenta e três)
de 6.428.565 até 6.547.611	54 (cinquenta e quatro)
Acima de 6.547.612	55 (cinquenta e cinco)

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (presidente): Recebi do Ministério Público Eleitoral a seguinte representação, que submeto ao Tribunal:

"A Procuradoria Geral Eleitoral, tendo conhecimento de que foi concluído, em 24 de março último, o julgamento do RE nº 197.917-8/SP (Rel.: Min. Maurício Corrêa, DJ 31/3/2004), vem expor e requerer a Vossa Excelência o seguinte:

1. O Colendo Supremo Tribunal Federal, por votação majoritária (vencidos os Ministros Sepúlveda Pertence, Marco Aurélio e Celso de Mello), deu parcial provimento ao recurso, para 'restabelecendo, em parte, a decisão de primeiro grau, declarar inconstitucional, "incidenter tantum", o parágrafo único do artigo 6º da Lei Orgânica nº 226, de 31 de março de 1990, do Município de Mira Estrela/SP, e determinar à Câmara de Vereadores que, após o trânsito em julgado, adote as medidas cabíveis para adequar sua composição aos parâmetros ora fixados, respeitados os mandatos dos atuais vereadores'.

2. Estabeleceram-se no julgado precisos critérios para a definição do número de Vereadores, segundo o número de habitantes do Município e conforme cada uma das três faixas populacionais constantes do art. 29 da Constituição (alíneas 'a', 'b' e 'c').

3. Objetivando assegurar a observância da orientação emanada da Corte Suprema, não apenas, evidentemente, para o município de Mira Estrela mas para todos os municípios brasileiros, e considerando, ainda, a proximidade das eleições municipais, o MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, invocando as competências dessa Corte Superior previstas no art. 23 do Código Eleitoral, propõe a edição de ato normativo que estabeleça prazo razoável às Câmaras Municipais para adaptação das respectivas leis orgânicas, visando o pronto atendimento dos parâmetros de fixação do número de Vereadores.

4. Sugere-se, por outro lado, que o ato normativo proposto explicitamente que o Tribunal Superior Eleitoral, uma vez superado o lapso temporal fixado sem correção das normas locais, estabelecerá, de ofício, o número de Vereadores, nos estritos termos do que decidido no RE nº 197.917-8/SP.

Brasília, 31 de março de 2004".

VOTO

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (relator): O meu voto acolhe a representação.

A manifestação do Supremo Tribunal Federal - "Guarda da Constituição" - tomada por maioria qualificada de votos, ao cabo de aprofundado debate - traduz a interpretação definitiva do art. 29, IV, da Lei Fundamental.

Por sua vez, no âmbito da sua missão constitucional, não apenas de cúpula da jurisdição eleitoral, mas também de responsável maior pela administração geral dos pleitos, incumbe ao TSE valer-se de sua competência regulamentar para assegurar a uniformidade na aplicação das regras básicas do ordenamento eleitoral do país.

Em conseqüência, proponho ao Tribunal aprovar resolução nos termos da minuta anexa.

Além de visar à observância geral dos critérios fixados pelo Supremo Tribunal Federal para a determinação do número de vereadores em cada município, o texto leva em conta a tramitação em ambas as casas do Congresso Nacional de propostas de emenda à Constituição para alterar a disciplina vigente da matéria.

Anexo 3 – PEC 336/2009

Ofício nº 146 (SF) Brasília, em 6 de março de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Rafael Guerra
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Encaminha Proposta de Emenda Constitucional à revisão.

Senhor Primeiro-Secretário,

Tendo em vista a decisão adotada pela Mesa do Senado Federal em 5 do corrente mês, no sentido de formular pedido de desistência do Mandato de Segurança nº 27.807, encaminhado a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2008, constante dos autógrafos juntos que “Altera a redação do inciso IV do *caput* do art. 29 da Constituição Federal, tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais.”

Atenciosamente,

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Altera a redação do inciso IV do *caput* do art. 29 da Constituição Federal, tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais.

Art. 1º O inciso IV do *caput* do art. 29 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29.

IV – para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de:

- a) nove Vereadores, nos Municípios de até quinze mil habitantes;
- b) onze Vereadores, nos Municípios de mais de quinze mil habitantes e de até trinta mil habitantes;
- c) treze Vereadores, nos Municípios de mais de trinta mil habitantes e de até cinquenta mil habitantes;
- d) quinze Vereadores, nos Municípios de mais de cinquenta mil habitantes e de até oitenta mil habitantes;
- e) dezessete Vereadores, nos Municípios de mais de oitenta mil habitantes e de até cento e vinte mil habitantes;
- f) dezenove Vereadores, nos Municípios de mais de cento e vinte mil habitantes e de até cento e sessenta mil habitantes;
- g) vinte e um Vereadores, nos Municípios de mais de cento e sessenta mil habitantes e de até trezentos mil habitantes;

- h) vinte e três Vereadores, nos Municípios de mais de trezentos mil habitantes e de até quatrocentos e cinqüenta mil habitantes;
- i) vinte e cinco Vereadores, nos Municípios de mais de quatrocentos e cinqüenta mil habitantes e de até seiscentos mil habitantes;
- j) vinte e sete Vereadores, nos Municípios de mais de seiscentos mil habitantes e de até setecentos e cinqüenta mil habitantes;
- k) vinte e nove Vereadores, nos Municípios de mais de setecentos e cinqüenta mil habitantes e de até novecentos mil habitantes;
- l) trinta e um Vereadores, nos Municípios de mais de novecentos mil habitantes e de até um milhão e cinqüenta mil habitantes;
- m) trinta e três Vereadores, nos Municípios de mais de um milhão e cinqüenta mil habitantes e de até um milhão e duzentos mil habitantes;
- n) trinta e cinco Vereadores, nos Municípios de mais de um milhão e duzentos mil habitantes e de até um milhão e trezentos e cinqüenta mil habitantes;
- o) trinta e sete Vereadores, nos Municípios de um milhão e trezentos e cinqüenta mil habitantes e de até um milhão e quinhentos mil habitantes;
- p) trinta e nove Vereadores, nos Municípios de mais de um milhão e quinhentos mil habitantes e de até um milhão e oitocentos mil habitantes;
- q) quarenta e um Vereadores, nos Municípios de mais de um milhão e oitocentos mil habitantes e de até dois milhões e quatrocentos mil habitantes;
- r) quarenta e três Vereadores, nos Municípios de mais de dois milhões e quatrocentos mil habitantes e de até três milhões de habitantes;
- s) quarenta e cinco Vereadores, nos Municípios de mais de três milhões de habitantes e de até quatro milhões de habitantes;
- t) quarenta e sete Vereadores, nos Municípios de mais de quatro milhões de habitantes e de até cinco milhões de habitantes;
- u) quarenta e nove Vereadores, nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes e de até seis milhões de habitantes;
- v) cinqüenta e um Vereadores, nos Municípios de mais de seis milhões de habitantes e de até sete milhões de habitantes;
- x) cinqüenta e três Vereadores, nos Municípios de mais de sete milhões de habitantes e de até oito milhões de habitantes;
- z) cinqüenta e cinco Vereadores, nos Municípios de mais de oito milhões de habitantes;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do processo eleitoral de 2008.

Senado Federal, em 06 de março de 2009.

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Anexo 4 – Emenda Constitucional 58/2009

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009

Altera a redação do inciso IV do caput do art. 29 e do art. 29-A da Constituição Federal, tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso IV do caput do art. 29 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29.

IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de:

- a) 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes;
- b) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes;
- c) 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;
- d) 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes;
- e) 17 (dezesete) Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes e de até 120.000 (cento e vinte mil) habitantes;
- f) 19 (dezenove) Vereadores, nos Municípios de mais de 120.000 (cento e vinte mil) habitantes e de até 160.000 (cento sessenta mil) habitantes;
- g) 21 (vinte e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes e de até 300.000 (trezentos mil) habitantes;
- h) 23 (vinte e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 300.000 (trezentos mil) habitantes e de até 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes;
- i) 25 (vinte e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes e de até 600.000 (seiscentos mil) habitantes;
- j) 27 (vinte e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 600.000 (seiscentos mil) habitantes e de até 750.000 (setecentos cinquenta mil) habitantes;
- k) 29 (vinte e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 750.000 (setecentos e cinquenta mil) habitantes e de até 900.000 (novecentos mil) habitantes;
- l) 31 (trinta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 900.000 (novecentos mil) habitantes e de até 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes;
- m) 33 (trinta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes e de até 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes;
- n) 35 (trinta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes e de até 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes;

o) 37 (trinta e sete) Vereadores, nos Municípios de 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes e de até 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes;

p) 39 (trinta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes e de até 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes;

q) 41 (quarenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes e de até 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes;

r) 43 (quarenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes e de até 3.000.000 (três milhões) de habitantes;

s) 45 (quarenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 3.000.000 (três milhões) de habitantes e de até 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes;

t) 47 (quarenta e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes e de até 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes;

u) 49 (quarenta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes e de até 6.000.000 (seis milhões) de habitantes;

v) 51 (cinquenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 6.000.000 (seis milhões) de habitantes e de até 7.000.000 (sete milhões) de habitantes;

w) 53 (cinquenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 7.000.000 (sete milhões) de habitantes e de até 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; e

x) 55 (cinquenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;

..... "(NR)

Art. 2º O art. 29-A da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29-A.

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;

II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;

III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes;

V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;

VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.

..... "(NR)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação, produzindo efeitos:

I - o disposto no art. 1º, a partir do processo eleitoral de 2008; e

II - o disposto no art. 2º, a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da promulgação desta Emenda.

Brasília, em 23 de setembro de 2009.

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado MICHEL TEMER
Presidente

Deputado MARCO MAIA
1º Vice-Presidente

Deputado ANTÔNIO CARLOS
MAGALHÃES NETO
2º Vice-Presidente

Deputado RAFAEL GUERRA
1º Secretário

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA
2º Secretário

Deputado Odair Cunha
3º Secretário

Deputado NELSON MARQUEZELLI
4º Secretário

Mesa do Senado Federal

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente

Senador MARCONI PERILLO
1º Vice-Presidente

Senador HERÁCLITO FORTES
1º Secretário

Senador MÃO SANTA
3º Secretário

Senador CÉSAR BORGES
no exercício da 4ª Secretaria

Anexo 5 – Balanço das eleições municipais em Maringá disputadas pelos vereadores pesquisados desde 1982

Vereadores	Eleições						
	1982	1988	1992	1996	2000	2004	2008
Ailton Carlos Schiavone			317		1.503	1.460	1.485
Aldi Cezar Mertz	891	1.172	504	1.182	1.521		
Altamir Antonio dos Santos					1.751	3.467	2.672
Antonio Carlos Marcolin				758	1.271	1.885	
Aparecida Fabiana Corrêa (Bia)				948	819		
Aparecido Domingos Regini (Zebrão)				518	1.814	4.898	2.921
Basílio Baccarin				1.431	1.597		
Belino Bravin Filho	573	749	1.386	1.721	3.579	6.422	4.265
Carlos Eduardo Sabóia							2.083
Décio Sperandio				1.412			
Divanir Braz Palma				1.769			
Divanir Moreno Tozati		461	832		1.520		
Dorival Ferreira Dias				921	1.902	2.079	2.276
Edith Dias de Carvalho		1.237	684	1.140	1.891	3.009	1.350
Edmar de Souza Arruda					2.756	25.915	
Edson Roberto Brescansin (Beto)					1.140	1.537	
Evandro Buquera de Freitas Oliveira Junior							3.220
Flávio Marcelo Gonçalves Vicente						2.826	4.250
Francisco Chico Coutinho Neto		478	719	1.387	819	699	
Francisco Gomes dos Santos (Chico Caiana)				490	1.144	2.584	2.507
Geremias Vicente da Silva					1.467		
Heine Santa Rosa Macieira						1.891	3.243
Humberto José Henrique						2.112	3.681
Iran Negrão Ferreira		07			1.231	1.795	
João Alves Correa (John)		704	933	1.561	3.833	5.098	2.133
João Batista Beltrame (Joba)					1.715	7.799	
João Borri Primo			488	1.908	952	1.241	1.995
José Maria dos Santos (Cabo Zé Maria)			647	1.480	1.805		
Luiz Carlos Clóvis						1.494	1.820
Manoel Álvares Sobrinho				840	1.724	2.445	2.791
Manoel Batista da Silva Júnior			991	3.534	39.281	37.557	10.198
Márcia do Rocio Bittencourt Socreppa					2.216	2.531	2.867
Marco Antonio Almendra Meger					1.504	1.815	
Maria Arlene de Lima			600	1.247	742		
Mário Massao Hossokawa	1.182	2.042			2.458	3.413	3.002
Mário Sérgio Verri						2.523	3.077

Marly Martin Silva				912	1.560	3.336	2.180
Miguel Vieira dos Santos Oliveira				1.484			
Norma Deffune Leandro						1.924	1.284
Odair de Oliveira Lima (Odair Fogueteiro)						2.342	2.041
Pastor Nilton Tuller				1.236	1.697	1.937	
Paulo Mantovani	2.101	1.034	593	1.700	1.874	1.283	566
Paulo Sunao Kato				990	1.465	1.778	
Paulo Soni							1.551
Roosevelt Carneiro de Freitas			626	1.531	250		233
Serafina Martins Carrilho			743	2.315			
Shinji Gohara				1.452	978		
Shudo Yasunaga							
Silvana Maria Ribeiro Borges				608	1.581	1.333	
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas				2.100	6.371		
Umberto Carlos Becker					1.172	3.049	1.964
Umberto Crispim de Araújo	754	754	1.560	932	1.168		1.193
Valdir Pignata			866	1.001			
Valter Viana					1.112	2.934	1.953
Victor Manoel Hoffmeister	778	1.119	1.127	1.078	898		
Walter Luiz Guerlles				1.028	4.002	4.809	
Wellington Andrade de Freitas						1.571	4.862

Legendas	
	Eleitos
	Suplentes que assumiram
	Candidatos a prefeito
	Suplentes / Não eleitos